



Ana Carolina Silva Franco

REPRESENTAÇÕES PARENTAIS E TRAÇOS DISFUNCIONAIS DE PERSONALIDADE:
UM ESTUDO COM UMA AMOSTRA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS



UNIVERSIDADE DE ÉVORA | ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

REPRESENTAÇÕES PARENTAIS E TRAÇOS DISFUNCIONAIS DE PERSONALIDADE:

**UM ESTUDO COM UMA AMOSTRA
DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Ana Carolina Silva Franco
Orientação: Prof. Doutor Rui C. Campos

Mestrado em Psicologia
Área de especialização: Psicologia Clínica e da Saúde

UE
172
870

Évora | 2010

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA | ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**REPRESENTAÇÕES PARENTAIS E
TRAÇOS DISFUNCIONAIS DE PERSONALIDADE:
UM ESTUDO COM UMA AMOSTRA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Ana Carolina Silva Franco

Orientação: Prof. Doutor Rui C. Campos

Mestrado em Psicologia

Área de Especialização: *Psicologia Clínica e da Saúde*



172 870

Agradecimentos

Gostaria de começar este trabalho por agradecer a quem, não o tendo feito por mim, teve uma parte activa na sua realização.

Em primeiro lugar, ao professor e orientador, o Prof. Doutor Rui Campos. Pela paciência, pelas orientações, pelos incentivos, e até pelas divergências, que são, no fundo, o combustível que nos mantêm seres pensantes e constantemente desafiantes do conhecimento do mundo, e até de nós mesmos, um grande obrigada.

Uma palavra de reconhecimento fica também para a Dr.^a Isabel Leal, que tão gentilmente disponibilizou uma das provas utilizadas neste trabalho, mostrando que a partilha de informação é necessária para que haja a construção de novos conhecimentos. Todos ficam a ganhar.

A todos os professores que permitiram a recolha dos dados utilizados para esta investigação fica também uma palavra de reconhecimento. À Prof.^a Fátima Bernardo, à Prof.^a Catarina Vaz Velho, ao Prof. José Saias, ao Prof. Luís Rato, à Prof.^a Teresa Gonçalves e à Prof.^a Graça Carita, por terem tão gentilmente cedido o seu tempo, já de si precioso, para que pudesse ser feita a recolha dos dados sem os quais nada disto seria possível.

A todos os sujeitos que acederam a responder a tão longo pacote de provas, por terem aberto um pouco a sua “janela da alma” e permitido que os conhecêssemos, e, de forma última, a nós próprios também.

A todos os professores que, num dado momento na minha vida, me inculiram o gosto pelo conhecimento, pela procura de significados. Um agradecimento especial à Prof.^a Idalina, à Prof.^a Filomena Amorim e à Prof.^a Isabel Mesquita. Por me terem transmitido a ideia de que realmente o saber não ocupa lugar, ficar-vos-ei eternamente grata.

Aos meus amigos, por todos os momentos já partilhados e pelos que ainda iremos certamente partilhar. Uma tese faz-se não só de trabalho escrito, mas também de discussão construtiva, de troca de ideias, de discussões, de críticas, de conselhos, de disparates, de riso, de telefonemas a qualquer hora para dúvidas ou apenas para desabafos... Faz-se, no fundo, através de um sentimento que não pode ter outro nome senão Amor. Um grande obrigada por tudo aquilo que são para mim, e pelo que me permitem ser para todos vós, em todos os momentos, bons e maus.

Um agradecimento especial à Maria, que além de se inserir na secção acima, também se insere na secção de génio do SPSS, e sem a qual eu teria certamente

encarado esta parte da tarefa como aterrorizante. Pela eterna paciência, e pelo tempo que tirou a si mesma para me dar a mim, deixo uma palavra de reconhecimento.

À minha família, que compreendeu o espaço de que eu precisei ao longo de algum tempo, e que se encarregou de me manter os pés assentes na terra nos momentos certos. Mas também pelas distrações, que me mantiveram (mais ou menos) mentalmente sã. Aos meus pais, particularmente, por terem sempre sido “suficientemente bons”. Devo-vos imenso.

A quem não está “aqui”, mas que transporto sempre dentro de mim.

A todos, o meu obrigada muito sentido.

Resumo

Representações Parentais e Traços Disfuncionais de Personalidade: Um estudo com uma amostra de estudantes universitários

O objectivo do presente trabalho foi estudar a relação entre representações parentais e traços disfuncionais de personalidade em sujeitos adultos da população não-clínica. Participaram 177 estudantes universitários, dos quais 104 eram mulheres e 73 eram homens, com idades entre os 18 e os 43 anos ($M=22,66$; $DP=4,054$). Foi aplicado o *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II*, o *Parental Bonding Instrument* e o *Object Relations Inventory*. De acordo com os resultados, existe uma relação entre alguns tipos de traços disfuncionais da personalidade e experiências disruptivas na relação precoce com ambas as figuras parentais, como a falta de autonomia psicológica e instrumental sentida, e com determinados elementos das representações das figuras parentais, como a percepção de uma menor benevolência ou maior punição. Encontram-se também diferenças entre sujeitos do sexo masculino e do sexo feminino no que respeita ao padrão específico de correlações entre traços de personalidade e características da relação e das representações parentais.

Palavras-chave: Representações parentais; Experiências precoces; Traços de personalidade.

Abstract

Parental Representations and Dysfunctional Personality Traits: A study with a sample of university students

The purpose of this work was to study the relation between parental representations and dysfunctional personality traits in adult subjects from a non-clinical population. Participants were 177 university students, 104 of which were female and 73 were men. Ages ranged from 18 to 43 years old ($M=22,66$; $DP=4,054$). The *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II*, the *Parental Bonding Instrument* and the *Object Relations Inventory* were administered. According to the results, there is a relation between certain types of dysfunctional personality traits and disruptive experiences in the early relations with both caregivers, like a perceived lack of psychological and instrumental autonomy, and with certain elements of parental representations, like the perception of less benevolence or a more punitive attitude. Differences between male and female subjects, concerning the specific pattern of correlations between personality traits and parental relations' and representations' characteristics, were also obtained.

Key words: Parental representations; Early experiences; Personality traits.

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Fundamentação Teórica.....	5
Capítulo I – Experiências Relacionais na Infância.....	7
1. As relações precoces.....	7
2. A teoria das relações de objecto e a teoria da vinculação.....	10
3. Da relação objectal à representação do <i>self</i> e dos outros.....	16
4. A avaliação das representações objectais.....	21
5. Perturbações das representações objectais.....	23
Capítulo II – A Personalidade: Funcionamento Normal e Patológico.....	27
1. Modelos de compreensão da personalidade e de perturbações.....	27
1.1 O modelo categorial do DSM.....	28
1.2 O modelo de traços de Theodore Millon.....	32
1.3 O modelo dimensional de Sidney Blatt.....	39
Capítulo III – Estudos Empíricos Prévios.....	45
1. Experiências infantis e perturbações de personalidade.....	45
2. Estudos sobre perturbações na formação identitária.....	46
3. Estudos sobre a depressão.....	48
4. Estudos sobre a relação entre representações objectais e perturbações de personalidade.....	48
Parte II – Estudo Empírico.....	53
Capítulo IV – Objectivos e Hipóteses de Investigação.....	55
Capítulo V – Metodologia.....	59
1. Participantes na investigação.....	59
2. Instrumentos de medida.....	59
2.1 <i>Object Relations Inventory</i>	61
2.2 <i>Parental Bonding Instrument</i>	65
2.3 <i>Millon Clinical Multiaxial Inventory – II</i>	66
3. Procedimentos e cuidados éticos.....	68
4. Metodologia de análise dos dados recolhidos.....	68

Capítulo VI – Resultados.....	69
1. Estatística descritiva.....	69
2. Análise das correlações.....	72
2.1 Análise de correlações entre as escalas do <i>MCMI – II</i> e as escalas do <i>PBI</i>	72
2.2 Análise de correlações entre as escalas do <i>MCMI – II</i> e os quatro factores e o nível conceptual do ORI para a Mãe.....	74
2.3 Análise de correlações entre as escalas do <i>MCMI – II</i> e os quatro factores e o nível conceptual do ORI para o Pai.....	76
Capítulo VII – Discussão dos Resultados.....	79
1. Representação da relação com as figuras parentais.....	79
2. Representação das figuras parentais.....	84
2.1 Representação da figura materna.....	85
2.2 Representação da figura paterna.....	88
3. Limitações do estudo.....	94
Capítulo VIII – Conclusões.....	97
Referências Bibliográficas.....	103
Anexos.....	113

Introdução

A influência que os cuidados parentais têm no desenvolvimento das crianças é inegável. Com cada vez mais frequência, investigadores de diversas áreas da Psicologia têm vindo a estudar a forma como as relações de cuidado precoce influenciam o desenvolvimento psicológico das crianças (Blatt & Lerner, 1983b).

Partindo da noção de que estas relações precoces são internalizadas e se transformam em padrões a ser repetidos ao longo da vida do sujeito, sob a forma de esquemas cognitivo-afectivos, existem diferentes teorias sobre a forma como estes surgem e influenciam o desenvolvimento das crianças, como a teoria das relações de objecto (Blatt, 1974, 1995, 2004; Blatt & Lerner, 1983a) e a teoria da vinculação (Ainsworth, 1969; Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Bowlby, 1980). Contudo, parece ser comumente aceite que será a partir das interacções com as figuras significativas na infância, normalmente o pai e a mãe, que a criança se começará a ver a si mesma e ao mundo que a rodeia, o que permitirá a emergência de representações de *self* e dos outros. Será também a partir dessas relações que a criança construirá os esquemas heurísticos que lhe permitirão a regulação do seu comportamento (Blatt, Wein, Chevron & Quinlan, 1979; Blatt, Chevron, Quinlan, Schaffer & Wein, 1992; Ainsworth, 1969; Levy, Blatt & Shaver, 1998).

A internalização destas relações passa por diversas etapas. No entanto, por vezes ocorrem disrupções demasiado intensas nas relações de cuidado, e conseqüentemente na sua internalização, para que a criança as consiga ultrapassar adequadamente, tendo esta de canalizar uma energia psíquica considerável para conseguir lidar com essas experiências perturbadoras. Como consequência origina-se uma fixação no momento do desenvolvimento em que a criança se encontrava aquando da perturbação (Harpaz-Rotem & Blatt, 2005; Ijzendoorn, 1995; Blatt & Shichman, 1983a).

Crê-se que estas interacções precoces tenham um impacto significativo e que os seus aspectos básicos tendam a perdurar ao longo da vida do sujeito, apesar de haver alguma possibilidade de alteração destes esquemas de acordo com as experiências a que o sujeito esteja exposto ao longo da vida (Beebe & Lachmann, 1988; Blatt, Auerbach & Levy, 1997). Neste sentido, torna-se premente o estudo das possíveis repercussões destas experiências disruptivas mais tarde no desenvolvimento e no funcionamento mental do indivíduo (Besser & Blatt, 2007; Bornstein, 2006), de modo a que esse conhecimento possa de certa forma contribuir para a prevenção de evoluções psicopatológicas no percurso desenvolvimental.

Teremos também como referencial teórico um modelo dimensional da psicopatologia, que prevê a existência de semelhanças entre a forma como funcionam os indivíduos normais e os indivíduos com perturbações de personalidade (Millon, 1987, 1999, 2000, 2007), assumindo uma diferença quantitativa, mas não qualitativa, entre estilos ou padrões de personalidade e perturbações da personalidade. Tentaremos no presente trabalho compreender a forma como determinados traços desadaptativos de personalidade, associados às diferentes perturbações da personalidade, podem estar relacionados, e ser consequência de experiências disruptivas nas relações precoces e uma expressão de representações objectais mais negativas e menos diferenciadas e articuladas. De certa forma, pretende-se dar um pequeno contributo para a compreensão de como se estrutura a personalidade, mas num sentido desviante, e de como determinadas experiências relacionais precoces podem ser importantes. Pensamos que esta investigação será útil se oferecer contributos para a compreensão do tipo de experiências relacionais disruptivas precoces que poderão estar associadas à exibição de determinados traços disfuncionais de personalidade na idade adulta.

Para a avaliação de traços disfuncionais de personalidade será utilizado o *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II* (Millon, 1987), que permite a avaliação de treze padrões de personalidade, dez padrões básicos e três padrões considerados graves. Para a avaliação da representação da relação estabelecida entre o sujeito e as suas figuras parentais, nas dimensões de *cuidado* e de *hiperprotecção*, será utilizada a adaptação portuguesa de Ramos, Leal e Maroco (2009) do *Parental Bonding Instrument*, prova originalmente elaborada por Parker, Tupling e Brown (1979). Para avaliar as dimensões estruturais e qualitativas das representações objectais dos sujeitos será utilizado o *Object Relations Inventory* (Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992). Trata-se de uma prova de cariz projectivo que permite avaliar o grau em que o sujeito caracteriza as figuras parentais em termos de doze características qualitativas, avaliar o grau de ambivalência com que o sujeito descreve as suas figuras parentais e, finalmente, o nível conceptual da representação.

Apesar de existirem diversos estudos que tentaram relacionar experiências precoces e patologia na idade adulta (Blatt, 1974, 1995, 2004; Besser & Blatt, 2007; Schwarz & Zuroff, 1979), não existe nenhum estudo, que tenhamos conhecimento, que tenha procurado relacionar simultaneamente a representação de algumas das dimensões da relação com as figuras parentais e os aspectos estruturais e qualitativos da representação dessas mesmas figuras com traços disfuncionais de personalidade, tal como foi conceptualizado e operacionalizado por Millon (1987, 2000). Tentaremos dar um pequeno contributo para a compreensão de como diferentes aspectos das

relações precoces e das representações das figuras parentais podem tornar os sujeitos vulneráveis ao desenvolvimento de traços de personalidade disfuncionais. Tentaremos adicionalmente verificar se existem diferenças entre homens e mulheres relativamente às relações e à representação de cada um dos progenitores na sua relação com os traços disfuncionais de personalidade.

Este trabalho encontra-se organizado em duas partes. Numa primeira parte é apresentada a *fundamentação teórica*, sendo este enquadramento teórico constituído por três capítulos distintos.

No primeiro capítulo abordamos a temática das *experiências relacionais na infância*, referindo algumas das teorias existentes sobre a influência que estas mesmas relações exercem no desenvolvimento psicológico das crianças. É ainda abordada a evolução destas relações ao longo do desenvolvimento do sujeito e discute-se também sobre como acontecimentos disruptivos podem influenciar o desenvolvimento subsequente dos indivíduos.

Num segundo capítulo abordamos a temática das *perturbações de personalidade*, e apresentaremos três modelos teóricos distintos. Num primeiro momento faremos referência ao modelo categorial do DSM (APA, 2000). Seguidamente, é apresentado o modelo de traços de Theodore Millon (1987, 1999, 2000, 2007). Finalmente, é exposta a proposta de Sidney Blatt (1974, 1991, 1995, 2004), autor da escola psicanalítica influenciado pela teoria das relações de objecto.

No terceiro e último capítulo faremos referências a alguns *estudos já realizados* que tenham tentado relacionar as experiências relacionais na infância e a exibição de traços disfuncionais de personalidade na idade adulta.

Numa segunda parte deste trabalho é apresentado o *estudo empírico*. Esta parte está dividida em cinco capítulos.

No quarto capítulo apresentamos os *objectivos e hipóteses de investigação* do presente trabalho, à luz da literatura revista na primeira parte do trabalho.

No quinto capítulo é descrita a *metodologia*. Apresenta-se uma caracterização da amostra e dos instrumentos de medida utilizados, sendo também descritos os procedimentos de recolha de dados e os procedimentos estatísticos efectuados.

Num sexto capítulo apresentamos os *resultados* e no sétimo capítulo é apresentada a *discussão* desses mesmos resultados à luz da literatura existente. São também apresentadas algumas das limitações inerentes a esta investigação.

Finalmente, num oitavo capítulo serão tecidas algumas *conclusões*, algumas considerações finais globais, de forma a reflectir sobre a forma como este trabalho poderá ter dado um pequeno contributo, de um ponto de vista metodológico e conceptual, para a área de estudo em questão.

Parte I:

Fundamentação Teórica

Esta parte do trabalho é composta por três capítulos.

No Capítulo I abordamos a temática das experiências relacionais na infância e discutimos algumas teorias existentes sobre a influência destas mesmas relações no desenvolvimento psicológico das crianças. Abordamos ainda a evolução destas relações ao longo do desenvolvimento e de como alguns momentos de disrupção podem influenciar negativamente todo o desenvolvimento subsequente das crianças.

No Capítulo II dirigimo-nos à temática das perturbações de personalidade, sendo apresentados diferentes modelos de compreensão teórica relativamente a esta questão.

Finalmente, no Capítulo III apresentamos algumas investigações já realizadas que tenham tentado relacionar as experiências relacionais na infância e a exibição de traços disfuncionais de personalidade na idade adulta.

Capítulo I – Experiências Relacionais na Infância

1. As relações precoces

Ao longo do século XX assistimos a uma ênfase crescente no estudo das estruturas psíquicas internas subjacentes aos fenómenos comportamentais para tentar alcançar a compreensão da lógica subjacente à sua ocorrência. Apesar disto, uma larga fracção da psicologia e psiquiatria americanas manteve um interesse exclusivo na sintomatologia explícita e no comportamento manifesto. Contudo, algumas excepções têm oferecido grandes contributos para a compreensão das estruturas internas principais inerentes ao comportamento humano, como é o caso das abordagens contemporâneas dos processos cognitivos e da teoria psicanalítica. Estas tentativas têm enfatizado duas dimensões primárias que são fundamentais para a compreensão da condição humana: em primeiro lugar, a capacidade do ser humano de ter uma actividade simbólica complexa, e em segundo lugar o reconhecimento da importância da existência de uma matriz interpessoal complexa dentro da qual um indivíduo não só existe mas também se desenvolve (Blatt & Lerner, 1983b).

Desta forma, assume-se que *quem somos*, e a forma *como nos relacionamos* com os outros significativos na nossa vida, tem em grande parte origem nas relações que estabelecemos ainda enquanto crianças. Neste seguimento, houve um aumento de interesse no papel dos pais na influência do desenvolvimento psicológico das crianças, pois nenhuma outra relação interpessoal tem tanta importância no desenvolvimento intelectual e afectivo (Blatt et al., 1979). O desenvolvimento psicológico é visto como a consequência dos padrões de cuidado de pessoas significativas no ambiente precoce da criança. Desta forma, a ênfase crescente na investigação das relações parentais precoces, nas relações de cuidado, surgiu no seguimento da assumpção de que a internalização dessas mesmas relações desenvolver-se-á em representações sobre os outros e sobre nós mesmos que determinarão a organização das nossas experiências interpessoais futuras e a forma como vemos o mundo. As interacções interpessoais com as figuras significativas, consistentes e cuidadoras, são então vistas como factores relevantes na formação de esquemas cognitivo-afectivos, definidos primariamente como conceitos desenvolvidos do *self* e dos outros no mundo objectal. Estes esquemas são vistos como o resultado da interacção complexa entre as bases biológicas da criança e as suas predisposições e a matriz interpessoal da família e da cultura (Blatt & Lerner, 1983b). Assim, estas figuras cuidadoras são consideradas os primeiros objectos de organização interna do

sujeito, auxiliando na maturação pulsional e na estruturação do Eu (Coimbra de Matos, 2002).

De acordo com a psicanálise e a psicologia cognitiva do desenvolvimento, as crianças transformam as interações com os seus cuidadores iniciais em esquemas cognitivo-afectivos de elas mesmas e dos outros, e estes esquemas regulam e direccionam um largo número de comportamentos subsequentes, especialmente nas relações interpessoais (Blatt et al., 1997; Blatt & Lerner, 1983b; Levy et al., 1998; Blatt & Auerbach, 2001; Besser & Blatt, 2007). Estes esquemas derivam das experiências precoces interpessoais significativas, e são constituídos por componentes cognitivas, afectivas e experienciais, de carácter tanto consciente como inconsciente, e reflectem o nível desenvolvimental do sujeito e aspectos importantes da vida psíquica, como os impulsos, os afectos, as pulsões e as fantasias. Podem ainda envolver representações verídicas da realidade consensual, construções idiossincráticas, ou distorções primitivas e patológicas que sugerem psicopatologia (Blatt, 1974, 1995; Besser & Blatt, 2007; Blatt & Blass, 1990, 1996). Estes esquemas tornam-se então nos protótipos que estruturam a forma como as pessoas pensam e se sentem em relação a elas mesmas e às outras pessoas. Assim, estes esquemas são simultaneamente o resultado da experiência do sujeito numa matriz interpessoal como estão na origem dessa experiência (Blatt & Auerbach, 2001). O desenvolvimento dos esquemas cognitivo-afectivos, ou representações mentais do próprio e dos outros, dá-se ao longo do ciclo vital. No entanto, apesar do seu carácter desenvolvimentista, estas representações são fundamentadas no início de vida relacional (Beebe & Lachmann, 1988; Blatt, 2004; Diamond, Blatt, Stayner & Kaslow, 1991; Campos, 2000, 2006; Blatt et al., 1997; Levy et al., 1998; Blatt & Auerbach, 2001; Besser & Blatt, 2007).

As crianças fazem uso destas interações com os seus cuidadores para construir esquemas heurísticos, o que permite a regulação do seu comportamento (Blatt et al., 1997; Ainsworth, 1969; Diamond et al., 1991; Fritsch & Holmstrom, 1990; Blatt, 1991, 1995). Assume-se portanto que a estrutura das interações precoces oferece uma base importante para a organização da experiência infantil e para a emergência de representações de *self* e dos outros que perdurarão ao longo da sua vida, apesar de haver a possibilidade de alteração dos esquemas de acordo com as várias experiências de vida do sujeito (Beebe & Lachmann, 1988).

As estruturas de interação são padrões característicos de regulações mútuas nos quais tanto a criança como o cuidador se influenciam mutuamente. Com a frequência das interações, a criança passa depois a reconhecer, memorizar e esperar um estilo de interação recorrente com os cuidadores privilegiados. Assim, a criança poderá esperar alguma regularidade e previsibilidade, o que lhe dá um sentido de

realidade consistente e coerente (Beebe & Lachmann, 1988; Blatt & Lerner, 1983b). De acordo com alguns autores (Schwartz, 1993; Beebe & Lachmann, 1988), a internalização destas experiências precoces dá-se de uma forma relativamente estável, com a passagem por momentos específicos. Desta forma, assume-se que num momento inicial existe a *vivência do momento* com o objecto, seguindo-se depois a *memória do momento*, sendo estes momentos organizados mentalmente em categorias funcionais ao nível das representações, em *representações dos momentos*. Contudo, apesar desta conceptualização, existem divergências de opinião sobre como se definem quais os momentos com o objecto que são memorizados e depois representados mentalmente, e quais os momentos em que se dão as distorções que poderão levar a um processo psicopatológico (Schwartz, 1993).

Uma outra perspectiva próxima ao que já referimos sobre o desenvolvimento dos esquemas cognitivo-afectivos é a de Sidney Blatt (1991, 1995; Blatt et al., 1997), autor para o qual os esquemas cognitivo-afectivos têm uma sequência desenvolvimental relativamente estável, com oito níveis que representam avanços relativamente ao nível imediatamente anterior. Desta forma, Blatt identificou vários pontos nodais no desenvolvimento das representações mentais.

Num primeiro momento (nível 1), entre os 2 e os 3 meses, encontramos a *constância de limites*, momento no qual a criança pela primeira vez toma conhecimento do facto de que existe alguém separado dela, começando assim a contactar com esse outro. O sorriso é um indicativo comportamental dessa sua capacidade de reconhecimento de alguém separado, conseguindo então a criança separar-se dos outros, ao perceber a diferença do *self* para o *não-self*.

Entre os 6 e os 8 meses (nível 2), a criança já consegue distinguir as pessoas nas quais investe das outras, havendo portanto um *reconhecimento ou constância libidinal*. A angústia despertada na presença de estranhos, típica do 8º mês, mostra que esta é responsiva ao que lhe é familiar e seguro, mantendo uma vinculação emocional consistente a uma pessoa em particular.

A *constância evocativa* do objecto (nível 3) diz respeito à capacidade de manter mentalmente a existência de um objecto que não está presente no seu campo perceptivo. Isto ocorre por volta dos 16 ou 18 meses, pela capacidade da criança de manter um sentido da sua mãe mesmo quando esta está ausente. A criança começa a conseguir deixar a sua mãe, em movimentos de afastamento como os que ocorrem quando as crianças começam a andar. Assim, a criança é capaz de alcançar e manter uma relação emocional positiva com um outro significativo mesmo quando o outro está ausente ou quando está em conflito com ela.

Entre os 30 e os 36 meses a criança adquire um sentido consolidado de *self* como separado e independente dos outros (nível 4). A emergência desta *constância de self e de objecto* é indicada pela crescente capacidade de se identificar a si mesma, ou de identificar algo como dela, com grande especificidade e precisão. Aqui a criança já tem uma representação de si própria coesa, estável e consolidada, vendo-se como diferente e distinta dos outros, de forma duradoura no espaço e no tempo, independentemente do seu estado emocional.

Por volta dos 5 anos surge o *pensamento operatório concreto* (nível 5), com uma capacidade para a coordenação de várias dimensões simultaneamente. A criança é capaz agora de lidar com conceitos como a antecipação, a transformação, a conservação e a reversibilidade de características manifestas externas. Há a noção de um “nós”, com o início da resolução da crise edípica.

O *pensamento operatório formal* é característico da entrada na adolescência, entre os 11 e os 12 anos (nível 6). Ocorre aqui o desenvolvimento dos conceitos de *self* e dos outros num conceito de “nós” de maneira mais formal e em termos abstractos, com os quais a criança já começa a conseguir lidar. Surge assim um novo nível de coordenação e integração dos conceitos de *self* e dos outros de forma integrada, com a simultaneidade da lógica da individualidade e do relacionamento. Aqui há uma mudança fundamental da internalização dos conceitos para a sua integração, passando estes agora a estar mais próximos dos processos conscientes de pensamento.

Finalmente, nos últimos dois momentos, entre o início da adultez e na meia-idade (respectivamente nível 7 e nível 8), surge a *identidade e integridade*, com síntese e a integração das expressões maduras de individualidade e de relacionamento na capacidade de se ser íntimo com outra pessoa e de contribuir para um colectivo sem perder a sua individualidade. Há um sentido de “nós” mais aprofundado, numa lógica de *self* em relação, pois o sujeito é capaz de se considerar na configuração triádica interpessoal da sua família e, por fim, num contexto social alargado (Blatt, 1995).

2. A teoria das relações de objecto e a teoria da vinculação

Da mesma maneira que existem diferentes olhares sobre a forma como se processa a formação dos esquemas cognitivo-afectivos das crianças, existem também diferentes perspectivas sobre a forma como as relações precoces influenciam o desenvolvimento das crianças. Se por um lado encontramos os teóricos das relações de objecto, como por exemplo Blatt (1974, 1991, 1995, 2004; Blatt & Shahar, 2004;

Blatt & Auerbach, 2001; Levy et al., 1998; Blatt & Lerner, 1983a, 1983b), por outro encontramos os teóricos da vinculação, como Bowlby (1980) e Ainsworth (1969; Ainsworth et al., 1978). Apesar das inúmeras críticas feitas por ambas as perspectivas teóricas entre si, existem também autores que defendem a similitude entre elas, tentando promover a integração e a ampliação destas teorias, que teriam a beneficiar de um entendimento mútuo (Goodman, 2004).

O conceito de relação de objecto deriva da teoria psicanalítica do instinto. O objecto de um instinto é o agente através do qual o objectivo instintivo é alcançado, e o agente é normalmente concebido como outra pessoa. Este objecto é definido como um outro significativo, uma pessoa que é alvo de investimento emocional significativo ou alguém com o qual uma pessoa tenha uma relação emocional significativa (Blatt et al., 1997). Geralmente é assumido que o primeiro objecto da criança é a sua mãe, e que a relação inicial entre elas é vista como sendo de natureza essencialmente oral (Ainsworth, 1969; Blatt, 1974, 1995).

As relações objectais dão lugar, quando internalizadas, às representações. Estas representações do objecto, às vezes chamadas de introjecções, desenvolvem-se ao longo do tempo, mas têm qualidades duradouras que são relativamente resistentes à mudança. Comparando a teoria das relações de objecto com a teoria da vinculação, pode afirmar-se que a primeira apresenta um conceito de representação com uma qualidade mais epigenética ou desenvolvimental. Blatt e outros (1974; Blatt & Lerner, 1983b), ao integrarem a teoria psicanalítica com a perspectiva desenvolvimental de Piaget e Werner, sugeriram que as componentes cognitivas e afectivas das representações do *self* e dos outros se desenvolvem epigeneticamente e se tornam cada vez mais exactas, articuladas e conceptualmente mais complexas ao longo do tempo. Níveis mais elevados de representação desenvolvem-se a partir de níveis mais primários. Assim, novos modos de representação são mais compreensivos e eficazes do que modos anteriores de representação. Desta forma, estas representações do *self* e dos outros vão desde mais primárias, globais, difusas, fragmentadas e inflexíveis a níveis cada vez mais sofisticados, diferenciados, flexíveis e hierarquicamente organizados, com o enfoque a mudar desde a satisfação de prazer que o objecto oferece ao *self* para uma diferenciação e aceitação das diferenças entre o *self* e o objecto (Levy et al., 1998). Estudos de alguns autores, como Blatt (1991), confirmam que a pessoa com introjecções que sejam conceptualmente sofisticadas e afectivamente positivas estão, à partida, menos vulneráveis ao desenvolvimento de psicopatologia severa e crónica, enquanto que pessoas com introjecções que sejam conceptualmente mais primárias e associadas a afectos negativos sofrem de um maior risco de patologia (Bornstein, 2006).

As três estruturas mentais – Id, Ego e Superego – têm um papel de relevo no desenvolvimento da personalidade normal e patológica. Enquanto que o Id é concebido como a fonte de impulsos, o Superego representa o *self* idealizado e a consciência, ou código moral. Já o Ego é considerado responsável pelo pensamento racional, orientado para a realidade. As experiências precoces ajudam a determinar a força do Ego da criança, que se define como o grau com que o Ego responde adequadamente aos testes da realidade e lida efectivamente com os impulsos. Uma parentalidade adequada e um mínimo de experiências traumáticas ou disrupções permitem à criança a atribuição de energia psíquica considerável para um bom teste da realidade e a aquisição de estratégias de auto-controlo eficazes. Quando isto não ocorre, parte da energia psíquica da criança tem de ser reencaminhada para as funções de lidar com experiências stressantes e dolorosas, pois em caso de perturbação demasiado forte na relação com os cuidadores, a representação ocorrerá com uma fixação num dado momento do desenvolvimento. A criança terá dificuldade em evoluir para além desse ponto se não for exposta a experiências de relação positivas que abram caminho para a reconstrução da representação anteriormente afectada (Ijzendoorn, 1995; Blatt, 1974, 1995; Blatt et al., 1997; Harpaz-Rotem & Blatt, 2005; Blatt & Shichman, 1983a).

Por seu lado, a teoria da vinculação refere-se ao estabelecimento de um laço afectivo que leva uma pessoa a ligar-se individualmente a outra pessoa específica e discriminada. Como as relações de objecto, a vinculação ocorre em todas as idades e não implica necessariamente imaturidade ou desamparo. O primeiro laço é estabelecido na maioria das vezes com a mãe, mas isto é rapidamente suplantado por vinculações a outros sujeitos específicos (Ainsworth, 1969). De acordo com a teoria da vinculação, os *modelos internos dinâmicos* são uma noção importante (Soares & Dias, 2007). Durante os primeiros anos de vida, ao longo das várias interacções com as figuras prestadoras de cuidados, a criança vai constituindo gradualmente um conjunto de conhecimentos e expectativas sobre a forma como essas figuras actuam e respondem aos seus pedidos de ajuda e protecção – no fundo, sobre a sua acessibilidade e responsividade – e sobre o *self*, em relação ao seu valor próprio e à sua capacidade para influenciar os outros. Bowlby (1980) denomina estes conhecimentos e expectativas, construídos a partir das interacções repetidas com as figuras de vinculação e internamente organizadas sob a forma de representações generalizadas sobre o *self*, sobre as figuras de vinculação e sobre os modelos, como modelos internos dinâmicos de vinculação, ou *internal working models*. Estes modelos permitem ao indivíduo tomar decisões sobre os seus comportamentos de vinculação

para com uma figura em particular, antecipar o futuro e fazer planos, para conseguir operar de forma mais eficiente (Soares & Dias, 2007).

Estes modelos tornam-se progressivamente resistentes à mudança (Bowlby, 1980) e tornam-se estáveis tão cedo quanto os 12 meses da criança (Ainsworth, 1969; Ainsworth et al., 1978; Levy et al., 1998), pois nesta altura já o Ego será capaz de distinguir entre *self* e *não-self*. A criança deixará de ser passiva e passará progressivamente a ser mais activa, e adquirirá a crescente capacidade de distinguir as pessoas, existindo condições para a formação de um vínculo estável à sua mãe. Assim, de um período indiferenciado e sem objecto, a criança passará por uma fase transitiva onde começará a estabelecer relações com o objecto, e finalmente chegará a um ponto em que haverá a constância do objecto, com uma capacidade de discriminar o objecto dos outros todos, o que vai ao encontro do que foi conceptualizado por Blatt (1995).

Associada a este conceito de modelo interno surge a proposta de três estilos básicos de vinculação, com base na conhecida experiência da “situação estranha” (Ainsworth et al., 1978), em que uma criança é sujeita a uma sequência predefinida de presença e afastamento da sua mãe, ao mesmo tempo que um terceiro elemento, o “estranho”, é introduzido e também ele retirado do ambiente em momentos específicos. Estes estilos básicos de vinculação, concebidos a partir das observações de crianças, são: a) estilo seguro, em que a criança usa o cuidador como uma base segura a partir da qual explora o mundo e à qual regressa em momentos de ansiedade ou stress; b) estilo inseguro-evitante, em que a criança explora o ambiente de forma aparentemente confiante mas ignora o cuidador quando este regressa de um momento de separação; e c) estilo inseguro-ansioso-ambivalente, em que a criança foca a sua atenção no cuidador e fica relutante em se separar e explorar o ambiente, ficando à sua espera, dependente de uma reaproximação (Blatt et al., 1997). Recentemente, emergiu uma hipótese central na teoria da vinculação que sugere que as representações mentais dos pais das suas experiências de vinculação na infância influenciam fortemente a qualidade da vinculação estabelecida com as suas crianças. É hipotetizado que a avaliação que um adulto faz das suas experiências de vinculação e a influência destas no seu comportamento actual se organiza numa concepção ou representação relativamente estável em relação à vinculação. Pensa-se que as diferenças individuais nas representações mentais de vinculação dos pais determinam a sua responsividade aos sinais de vinculação da criança e, assim, direccionam o desenvolvimento sócio-emocional da criança (Ijzendoorn, 1995).

Uma vez estabelecida, quer seja à mãe ou a outra pessoa, uma vinculação tende a perdurar. Não é um termo que se aplique a relações transitórias ou a uma

interacção situacional puramente de dependência (Ainsworth, 1969). Um estudo longitudinal que procurou verificar a estabilidade dos estilos de vinculação na infância, seguro e inseguro na “situação estranha”, entre a infância e a adolescência, mostrou uma correspondência de cerca de 75%, confirmando o carácter estável destas representações (Blatt et al., 1997).

De acordo com Goodman (2004), alguns teóricos da vinculação criticam as teorias das relações de objecto ao afirmarem que estas são baseadas num modelo de fixação-regressão que se foca na inibição de mais desenvolvimento além do ponto de perturbação na relação. Assim, um modelo de construção contínuo, como o modelo de vinculação, supostamente corrigiria os erros de um modelo de fixação-regressão porque não especificaria o ponto de origem de várias formas de psicopatologia e não os ligaria a fases particulares do desenvolvimento. Pelo contrário, a questão da sua suposta origem seria deixada em aberto. Coincidente com esta ideia, a intervenção clínica foca-se não tanto no significado ou interpretação de eventos específicos que ocorrem em etapas específicas do desenvolvimento psicossocial da criança ou em fases de separação-indivuação, mas sim no significado e interpretação de padrões de interacção, desde a infância até ao presente, expressos na relação de transferência. Assim, os modelos internos dinâmicos não representam as experiências interpessoais com um cuidador numa época desenvolvimental particular; pelo contrário, representam uma acumulação destas experiências ao longo de toda a história interpessoal da pessoa (Goodman, 2004).

Por outro lado, teóricos das relações de objecto como Blatt e Levy (1999) acusam a teoria da vinculação de reduzir a imensa variação da psicopatologia a dois ou três padrões de segurança e insegurança que não permitem fazer discriminações subtis entre níveis de funcionamento adaptativo e perturbado. Por exemplo, uma pessoa com um modelo interno dinâmico seguro pode apesar de isso ter uma representação objectal desintegrada ou indiferenciada, dependendo da gravidade da patologia. O abandono por parte dos teóricos da vinculação das teorias do desenvolvimento por estádios é então equacionado por estes autores das relações de objecto como uma desvalorização das influências do desenvolvimento, tanto da acumulação de experiências interpessoais como das mudanças maturacionais, já que assumem que aos 12 meses os estilos de vinculação estão praticamente definidos, na forma e na gravidade da psicopatologia: *«Se uma pessoa com representações psicóticas pode ser inserida numa categoria não autónoma – como a insegura – da mesma forma como o pode ser uma pessoa com uma adaptação geralmente adequada, então o sistema de classificação de vinculação necessita de refinamento»* (Goodman, 2004, pp. 600, trad. livre).

Diamond e Blatt (1994) afirmam que os modelos dinâmicos de vinculação e as representações de objecto são formas semelhantes, se não idênticas, de conceptualizar os esquemas cognitivo-afectivos internalizados que dão simultaneamente forma e se originam das relações interpessoais. A ideia de que as representações de objecto dão organização e direcção ao comportamento manifesto, incluindo relações interpessoais, funções perceptuais e cognitivas, e concepções de *self* e dos outros, corresponde em muito à ideia de que os modelos internos dinâmicos são representações mentais de aspectos do mundo, dos outros, do *self*, ou de relações com outros de especial relevância para o indivíduo. Estas representações mentais guiam a organização da informação em relação às experiências de vinculação, sentimentos e ideias, assim como recordações de experiências, e pode-se esperar que afectem a linguagem e o pensamento assim como o comportamento não verbal. Ambas as teorias conceptualizam as representações mentais como esquemas cognitivo-afectivos que dão informação emocional sobre o objecto, o *self*, e o *self* em relação com o objecto, através da internalização de memórias episódicas. Assim, parece que as definições conceptuais da *representação de objecto* e dos *modelos internos dinâmicos* estão de facto relacionadas.

Estes modelos internos dinâmicos, como são identificados pelas teorias de vinculação, são consistentes com as investigações e formulações teóricas das relações de objecto, que consideram as representações mentais como estruturas psicológicas relevantes no desenvolvimento da personalidade. As comparações entre estas duas perspectivas têm sido predominantemente teóricas (Blatt & Blass, 1990). A diferenciação das representações do *self* e de outros descrita pelos teóricos das relações de objecto pode elucidar a forma pela qual os processos de vinculação levam à formação de esquemas cognitivo-afectivos do *self* e de outros (Diamond & Blatt, 1994).

Como importante diferença pode apontar-se o facto de o estudo das representações mentais segundo a teoria das relações de objecto ser baseado primariamente no estudo da psicopatologia, especialmente nos adultos, ao passo que a investigação dos modelos internos dinâmicos na teoria da vinculação deriva predominantemente do estudo do comportamento de crianças normais na interacção com as suas mães (Ainsworth et. al, 1978; Blatt, 1995; Blatt et al., 1997; Soares & Dias, 2007).

3. Da relação objectal à representação do *self* e dos outros

De acordo com alguns autores como Hartmann, Spitz e Anna Freud (Sherwood, 1989), o desenvolvimento das relações de objecto na criança passa por duas fases distintas. A primeira fase, a das relações de objecto para *satisfação das necessidades*, é característica dos primeiros meses de vida do bebé, quando o valor que os outros significativos têm para a criança se prende com o seu papel na satisfação dos seus desejos e necessidades e, assim, na redução das tensões. Por a criança perceber a função dos outros na redução da tensão mas não a pessoa em si, os objectos podem mudar: qualquer pessoa que seja capaz de desempenhar o papel de objecto que satisfaz as necessidades pode satisfazer a criança. Assim, o objecto é percebido inteiramente dentro de um contexto de necessidades e desejos da criança (Sherwood, 1989).

Hartmann atribui o termo *constância de objecto* para descrever a segunda fase das relações de objecto, durante a qual a mãe existe continuamente para a criança e não apenas durante as funções de satisfação das necessidades: a criança fica vinculada à mãe e não às suas funções de satisfação de necessidades. Quando a noção de constância de objecto é utilizada, refere-se à capacidade de manter uma vinculação que é relativamente independente da gratificação ou frustração. Alguns autores que observaram a ansiedade das crianças ao 8º mês na “situação estranha” (Ainsworth et al., 1978) consideram-na como uma prova de que a criança escolheu um objecto libidinal específico – as pessoas já não são indiferenciadas – e de que a vinculação pode ser mantida na ausência de necessidades instintivas por satisfazer (Sherwood, 1989).

Neste seguimento, Anna Freud propôs que a *permanência do objecto* é um processo diferente da constância de objecto, e que a permanência deve preceder a constância. Se uma criança mantém uma vinculação com a mãe mesmo quando ela está ausente ou não é satisfatória, então é necessário que haja alguma capacidade cognitiva de conceber a mãe como alguém que existe mesmo quando não está à vista, e como alguém que tem atributos positivos mesmo quando não é satisfatória (Sherwood, 1989).

Numa outra perspectiva sobre a constância objectal, encontramos as formulações de Sherwood (1989), para quem é inadequado considerar a constância de objecto como a internalização de uma imagem maternal realista e disponível. Para este autor, a constância de objecto é a ilusão da constante disponibilidade da mãe na sua função de espelho, sendo que o que está na ilusão da constância de *self* é o sentido de que se está realmente ali, de que se é real. Perante as falhas empáticas

ocasionais da mãe e a sua capacidade de deixar a criança, esta experimenta movimentos de autonomia e a sua capacidade de criar distância da mãe. Neste sentido, a ilusão da constância de objecto permite-lhe validar experiências de independência. Caso a criança não sinta uma congruência entre os seus sentimentos e desejos e as respostas empáticas da mãe, correrá o risco de ficar dependente e submissa do seu objecto materno, por sentir como inaceitável a sua independência e autonomia, uma vez que a sua mãe não lhe transmitirá perante isso segurança e aceitação. Assim, Sherwood afirma que o que está de facto em risco no atingir da constância de objecto é o *self* da criança e não o da mãe, pois sem este a criança não conseguirá desenvolver uma identidade separada daquela que é a da sua mãe, por falta de empatia e correspondência. A relação disfuncional da criança com a mãe terá as suas repercussões negativas ao nível da representação que será internalizada pela criança (Sherwood, 1989).

De acordo com os teóricos das relações de objecto, assume-se então que a relação objectal se torna internalizada através de uma série de processos que permitem à criança a criação de uma base primária para o desenvolvimento de estruturas intrapsíquicas (funções do ego e estruturas cognitivas como as representações do *self* e do objecto) que vão regular e direccionar o seu comportamento (Blatt & Lerner, 1983b). Este objecto precoce relacional, enquanto internalizado, pretende-se que se vá tornando total, ou seja, que vão sendo reconhecidas ao mesmo tempo as suas qualidades mas também as suas características negativas, havendo uma articulação dentro do mesmo de todas as suas facetas, mesmo que sentidas enquanto contraditórias ou indesejáveis (Coimbra de Matos, 2002). De acordo com Melanie Klein (Marcelli, 2005; Zimmerman, 1999), é entre os 6 meses de idade e os dois anos que as crianças passam a perceber o objecto como sendo total. Até esta altura, a criança cliva os objectos, conseguindo então separar o lado “bom” do objecto do seu lado “mau”, projectando no exterior aquilo que lhe fosse prejudicial, interiorizando dessa forma no seu Eu apenas aquilo que lhe fosse benéfico (Schwartz, 1993; Sherwood, 1989). Esta posição, apelidada de *esquizo-paranóide*, é então caracterizada por esta clivagem, tendo como mecanismos de defesa adicionais a negação, a idealização e a desvalorização do objecto, entre outros. Contudo, com a maturação progressiva, a criança passa a integrar as características boas e más de um objecto num todo com sentido.

O objecto total é tipicamente definido como uma imagem integrada do objecto construída no mundo interno, representacional. Assim, a criança descobre que a mãe vive no mundo externo, isto é, que vive num domínio muito mais amplo do que aquele que é composto apenas pelas interacções imediatas com ela: «*Este reconhecimento*

da mãe [pela criança] como uma pessoa total abre um novo mundo de experiências. Reconhecer a mãe como uma pessoa total significa reconhecê-la como uma pessoa individual que tem uma vida própria e relações com outras pessoas» (Sherwood, 1989, pp. 20, trad. livre). Relações de objecto totais, então, significam uma mudança no experienciar a mãe num enquadramento puramente egocêntrico para um mais amplo, num contexto mais objectivo. Com a excepção de situações mais patológicas, esta permanência é realista. A mãe tem de facto uma vida própria, e a sua identidade não se extingue nos sentimentos momentâneos da criança sobre ela (Sherwood, 1989). Consequentemente, ao aceitar que a mãe se torna num objecto inteiro, também o Eu da criança se tornará num objecto total, bifurcando-se cada vez menos em componentes boas e más (Dias & Vicente, 1984).

Desta forma, espera-se que haja uma evolução da relação objectal, e consequentemente da sua representação, pois o objecto que inicialmente é descrito com base nas suas funções respeitantes unicamente ao indivíduo, no sentido em que lhe proporciona prazer ou dor, passará a ser alvo de uma representação articulada, integrada, complexa, simbólica e diferenciada em relação ao seu *self*. De amorfas e globais, estas representações passam com o desenvolvimento a ser diferenciadas, integradas e articuladas, permitindo ao sujeito funcionar de forma reflexiva, empática e simbólica. As representações do *self* e de outros são então inicialmente vagas e variáveis, e desenvolvem-se gradualmente para se tornarem consistentes e relativamente realísticas. De apenas baseadas nas experiências de prazer e desprazer, ou frustração e gratificação, passam depois a permitir à criança começar a orientar o seu olhar sobre o mundo que a rodeia e as pessoas com as quais interage, e ainda construir representações estáveis sobre si mesma e os outros, assim como estabelecer investimentos duradouros e compromissos afectivos. Lentamente, a criança começa a deixar de reconhecer o objecto apenas em termos das suas funções e acções de gratificação e começa a ser capaz de diferenciar representações dos outros e de ele mesmo (Sherwood, 1989; Marziali & Oleniuk, 1990; Blatt et al., 1992; Levy et al., 1998; Goodman, 2004; Blatt, 1974, 2004; Blatt & Lerner, 1983a, 1983b).

A internalização da organização e previsibilidade das relações com a mãe e o pai dão à criança a capacidade de tolerar a espera, as imposições externas. Isto eventualmente desenvolve-se na capacidade de tolerar a espera de necessidades sentidas internamente, e de estabelecer estruturas psicológicas que permitem o adiamento da descarga, e o desenvolvimento da capacidade de antecipação, planeamento e transformação, que são tarefas desenvolvimentais avançadas (Blatt & Lerner, 1983b). No entanto, existem diversos momentos de evolução ao longo do desenvolvimento da criança que esta tem de experienciar e ultrapassar até que

consiga atingir uma verdadeira autonomia das figuras parentais, o que se torna uma realidade através do atingir de uma identidade individual, ao mesmo tempo que se adquire a noção de que se está sempre inserido num colectivo (Blatt, 1995).

Neste sentido, compreende-se a assumpção de vários autores de que ao longo do crescimento as crianças enfrentam diferentes tarefas desenvolvimentais que lhes permitirão alcançar novos conceitos psicológicos de funcionamento intra e interpessoal, assim como uma maior integração dos mesmos, decorrente da sua maior capacidade de abstracção (Blatt, 1991, 1995). Para alguns autores, o verdadeiro nascimento psicológico da criança começa com a emergência da capacidade de separação e individuação à medida que a criança começa a gatinhar para longe da mãe e a desenvolver conceitos de *self*, dos outros e do futuro, uma vez que a relação objectal à nascença é muito primitiva (Blatt, 1995; Beebe & Lachmann, 1988). Assim, ao ser capaz de reter uma constância evocativa, como Blatt (1995) refere, a criança começará verdadeiramente a ser capaz de se separar, e, assim, de crescer e de se afirmar como alguém separado.

Para estes autores (Blatt, 1995; Beebe & Lachmann, 1988), a formação precoce identitária começa com as respostas diferenciadas de uma mãe aos diversos comportamentos do seu filho. A criança começa a experienciar e a perceber o *self* em diferentes contextos graças a estas respostas diferenciais da mãe, assim como de outras figuras. A identificação desenvolve-se ainda mais no reconhecimento gradual da sua participação na matriz interpessoal familiar, uma vez que o *self* se torna ainda mais rico durante a infância através da união familiar e das suas expectativas socioculturais. A formação da identidade é fortalecida nos anos escolares à medida que a criança sai do contexto familiar para o contexto dos pares e relações comunitárias, onde começa a internalizar os valores da cultura e os seus valores partilhados, sociais, culturais e religiosos. Assim, o desenvolvimento da identidade começa cedo na vida mas torna-se mais pronunciado à medida que a criança, tornada adolescente, se torna mais auto-consciente sobre as suas diferentes relações e potenciais mudanças no seu sistema de valores (Besser & Blatt, 2007). Ao adquirir uma capacidade de funcionamento abstracta, o seu funcionamento mental deixa de ser unicamente de internalização, para comportar agora uma nova vertente de integração, onde haverá a construção de um significado próprio, à luz das experiências de vida do sujeito e do conhecimento até então adquirido (Harpaz-Rotem & Blatt, 2005; Bornstein, 2006; Blatt, 1995).

Muitos autores concordam que a elaboração e consolidação de um sentido de identidade é um processo que ocorre ao longo de todo o ciclo vital, mas que é uma tarefa proeminente da adolescência. Vários autores referem que a adolescência é uma

altura em que há um enfraquecimento dos laços afectivos, um afastamento emocional e corte dos laços familiares. Isto é particularmente importante para as raparigas, uma vez que para elas esta é uma das exigências da etapa maturativa em que se encontram: o corte da dependência que naturalmente marca a relação mãe-filha, de forma a criar uma identificação madura com a mãe. Por seu lado, a tarefa desenvolvimental dos rapazes é também cortar com os laços de dependência com a mãe, mas de forma a criar uma identificação madura com o pai (Besser & Blatt, 2007).

Embora o processo de formação de identidade seja semelhante, rapazes e raparigas diferem no papel que têm duas categorias fundamentais: a autonomia e a vinculação. Para os homens, a identidade é geralmente focada na separação e autonomia, ao passo que para as raparigas, por outro lado, a identidade foca-se geralmente na vinculação e na intimidade. A masculinidade é afirmada através da separação e ameaçada pela intimidade, enquanto que a feminilidade se define pela vinculação e é ameaçada pela separação (Blatt & Blass, 1990, 1996; Besser & Blatt, 2007).

Um dos motivos que poderá levar a uma problemática na identidade sexual masculina prende-se com o papel essencial que a separação da mãe tem para esta tarefa de construção identitária. A separação de um rapaz da figura materna permite-lhe atingir uma definição de ele mesmo como diferente, masculino e independente. Em contraste, o desenvolvimento das raparigas é baseado mais na vinculação, pois estas são encorajadas a, apesar de tudo, manterem uma identificação com a cuidadora para se tornarem mais competentes e mais investidas na formação de relações íntimas (Besser & Blatt, 2007).

Desta forma, compreende-se que as representações do *self* e dos outros estão interligadas. Antes da adolescência, a construção do *self* consolida-se à volta das interações das crianças com os seus pais e outros membros da família significativos ou cuidadores. Mas durante a adolescência, a vinculação aos outros externos à família torna-se importante no desenvolvimento do *self*. A representação do *self* é reorganizada em relação a estes novos outros significativos. A revisão na representação do *self*, representação definida inicialmente em relação aos objectos primários, a mãe e o pai, é agora baseada durante a adolescência na emergência de um novo foco no sistema de vinculação, nomeadamente o grupo de pares (Harpaz-Rotem & Blatt, 2005).

Na adolescência é então muito importante a mudança de vinculação desde as influências parentais predominantes para passar a estabelecer vínculos preferenciais ao grupo de pares, o que ocorre através de algum desligamento das figuras parentais. Assim, se no início do desenvolvimento os sistemas de regulação e de representação

das crianças estão dominados pelas interações com os pais, à medida que as crianças entram na adolescência, vão passar progressivamente a integrar no seu esquema do *self* representações de outros significativos fora da matriz familiar. Desta forma, existe uma evolução da representação do *self* e dos outros, que se pretende harmoniosa e integrativa dos momentos anteriores, até ao alcançar de uma coerência e estabilidade dos outros e do próprio, numa lógica do *self* em relação (Harpaz-Rotem & Blatt, 2005; Blatt, 1991, 1995).

4. A avaliação das representações objectais

Vimos portanto que o nível de representação objectal é determinado pela natureza das relações de objecto. O estabelecimento de representações mais estáveis e diferenciadas depende da qualidade das experiências interpessoais e da forma como estas se organizarem (Blatt, 2004). Através da avaliação do conteúdo e da estrutura das representações, no que concerne por exemplo aos pais ou a outros significativos (Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992; Blatt, 1974, 1995, 2004; Marziali & Oleniuk, 1990; Levy et al., 1998), podem inserir-se estas representações num nível mais ou menos evoluído de diferenciação e integração conceptual. Temos como exemplos de tipos de instrumentos que permitem esta mesma avaliação as provas projectivas como o Rorschach ou o TAT (Fritsch & Holmstrom, 1990; Diamond et al., 1991; Urist, 1977), através das quais se mostra que as descrições de figuras humanas são diferentes em populações clínicas e não-clínicas, tendo também sido encontradas diferenças entre diferentes grupos com um diagnóstico clínico, como por exemplo entre grupos de esquizofrénicos e borderline, ou então entre pacientes narcísicos e borderline (Diamond et al., 1991).

Pelo reconhecimento crescente da importância diagnóstica decorrente da avaliação de diferentes qualidades do reportório de representações mentais dos sujeitos, Blatt e colegas (Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992) desenvolveram procedimentos que avaliam aspectos das representações mentais, pela avaliação da organização estrutural e conteúdos temáticos de descrições espontâneas do próprio e de outros significativos. Ao utilizar conceitos da teoria psicanalítica e da teoria cognitiva do desenvolvimento, estes autores desenvolveram métodos para avaliar tanto o conteúdo temático da descrição de outros significativos como o grau de diferenciação e relacionamento com o objecto. Neste sentido, Blatt e colegas (Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992) criaram o *Object Relations Inventory*, ou ORI, que tem como instrução «*Descreva o seu pai*» e «*Descreva a sua mãe*», tendo o sujeito um máximo de 5 minutos para cada descrição. A partir das descrições recolhidas, é

possível cotar a representação que o sujeito tem dos seus pais, através da avaliação do grau em que estão presentes doze características qualitativas, como por exemplo a Afectividade, o Nível de Envolvimento Construtivo, a Ambição e o Sucesso. Pode-se ainda verificar o nível conceptual da representação referente à pessoa em questão. Este nível conceptual é avaliado numa escala de 5 pontos, desde um nível sensório-motor/pré-operatório, passando por um nível concreto/perceptual, depois por um nível icónico que se divide em externo e interno, até finalmente um nível conceptual (Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992). Espera-se, por exemplo, relativamente a este parâmetro, que na adolescência o sujeito consiga atingir um nível equiparado de representação em ambos os pais, o que será representativo de um desenvolvimento mental diferenciado e estável (Besser & Blatt, 2007).

Igualmente, foi construída a Escala de Diferenciação – Relacionamento (D – R) (Diamond et al., 1991), um instrumento que se baseia na assumpção de que o desenvolvimento psicológico se move em direcção à emergência de a) um sentido de auto-definição consolidado, integrado e individual, e b) um relacionamento com os outros significativos num envolvimento empático e de mutualidade (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Blass, 1990, 1996; Blatt, 1991, 1995). A diferenciação e o relacionamento são vistas como duas dimensões interactivas que emergem no processo do desenvolvimento. A interacção dialéctica entre estas duas linhas desenvolvimentais facilita o desenvolvimento de níveis cada vez mais maduros de auto-organização, bem como de relacionamentos cada vez mais recíprocos e empáticos. Desta forma, a escala D – R assume que, com o desenvolvimento psicológico, as representações do *self* e dos outros se tornam cada vez mais diferenciadas e integradas, e que começam também a reflectir uma maior apreciação por relações interpessoais marcadas por mutualidade.

Este instrumento permite a cotação das descrições em dez níveis desenvolvimentais da representação do *self* e dos outros que dizem respeito à diferenciação e ao relacionamento. Desta forma, há uma evolução destes dois conceitos no sujeito, desde representações num nível desenvolvimental baixo, onde estas se apresentam frequentemente como rígidas e fixadas num único afecto ou ponto de vista no qual o indivíduo parece exercer pouco controlo, até altos níveis de representação que integram múltiplos pontos de vista ou sentimentos, nos quais o indivíduo consegue ter liberdade de escolha e controlo. Além disso, também há o reflexo de expressões mutuamente recíprocas de empatia relacional, e a participação em relações interpessoais complexas (Diamond et al., 1991).

Encontramos também entre os instrumentos que permitem avaliar as representações das relações de cuidado na infância o *Parental Bonding Instrument*

(PBI) de Parker et al. (1979), que é um instrumento de auto-relato onde se pretende avaliar as duas dimensões básicas da interacção entre pais e filhos: *cuidado/rejeição* (que avalia a expressão de afecto, empatia e proximidade, contra sentimentos de rejeição, indiferença e negligência), e *superprotecção* (remetendo para controlo, superprotecção, infantilização e impedimento de autonomização, em oposição à aceitação de comportamentos de autonomia e independência).

5. Perturbações das representações objectais

Ao longo do desenvolvimento, quer seja na infância ou na adolescência, podem existir momentos de separação ou de disrupção da relação entre as crianças e os seus cuidadores. Estes momentos são, até certo ponto, desejáveis (Schwartz, 1993), pois tanto os momentos de relacionamento emocional como os momentos de separação, ou de disrupção da relação, que ocorrem inevitavelmente no curso do desenvolvimento, contribuem de forma importante para a internalização das representações mentais das relações da criança com os cuidadores (Bornstein, 2006; Blatt, 1974; Besser & Blatt, 2007; Blatt & Auerbach, 2001; Blatt, 1995; Coimbra de Matos, 2002).

Pode-se então considerar que também os momentos de perturbação que invariavelmente pautam e devem pautar a interacção que se dá entre uma criança e os seus objectos promovem a sua maturação e conseqüentemente a alteração e acomodação dessas experiências, mas apenas se estas não forem demasiado severas. Os seus esquemas cognitivo-afectivos desenvolver-se-ão até níveis mais evoluídos, com o ocorrer de uma sequência desenvolvimental natural desde um nível inactivo, afectivo e fisicalista até um nível simbólico e abstracto (Blatt & Auerbach, 2001; Diamond et al., 1991; Blatt, 1995). Este desenvolvimento das representações para estruturas mais maduras permite uma melhor organização das experiências de vida, com uma maior capacidade de elaborar mentalmente as experiências relacionais. Contudo, quando as referidas perturbações ao longo do desenvolvimento forem mais intensas ou persistentes, mais graves e disruptivas do que a capacidade da criança para as acomodar, haverá uma tendência para um comprometimento mais marcado do desenvolvimento das suas estruturas cognitivo-afectivas, e está aberto o caminho para a patologia, encontrada nesta perspectiva como um desvio do desenvolvimento (Blatt, 1991, 1995; Blatt & Auerbach, 2001; Diamond et al., 1991). Desta forma, diversas formas de psicopatologia podem ser associadas a determinadas perturbações nestes esquemas cognitivo-afectivos, em termos estruturais e de conteúdo (Blatt & Auerbach, 2001; Blatt, 1995).

As perturbações que ocorrem na vivência relacional precoce podem ser de diversas ordens. Não são na maioria dos casos situações pontuais, pois podem também resultar de uma vivência e exposição prolongada a relações distantes e promotoras de desorganização. Paralelamente, há que realçar as falhas não só física mas também psicologicamente sentidas, e a restrição na ausência de contacto próximo entre criança e cuidador, o que provocará uma ruptura relacional, uma incompreensão marcada, e uma «*falta de sincronia de apelos e respostas*». Desta forma, ficará comprometida a evolução da criança, por «*carências narcísicas e psicotoxicidade*», devido a uma extensão, frequência e intensidade maior do que desejado das perturbações acima referidas (Coimbra de Matos, 2002, pp. 166; Blatt et al., 1979).

Esta evolução da criança, apesar de ser principalmente centrada no início de vida relacional, ocorre ao longo de todo o ciclo vital. No entanto, ao crescer e entrar na adolescência, é importante que os sujeitos tenham já uma estrutura identitária suficientemente estável e positiva para que possam passar pelos vários desafios que esta etapa de vida representa sem que haja o compromisso do seu desenvolvimento (Besser & Blatt, 2007). Assim, torna-se essencial que haja desde o nascimento e durante a infância o estabelecimento de uma relação calorosa e de suporte para que nesta etapa possa haver a consolidação da formação de identidade. Vários estudos demonstraram a existência de uma associação entre a qualidade da relação entre adolescentes e os seus pais e o seu nível de funcionamento psicossocial, como o desenvolvimento da identidade e bem-estar psicológico: uma relação construtiva parece inibir o desenvolvimento desviante, como os problemas de comportamento tão tipicamente associados a esta fase do desenvolvimento (Besser & Blatt, 2007).

As teorias psicanalíticas, cognitivo-sociais e desenvolvimentistas sugerem que no início da adolescência, entre os 11 e os 13 anos, as crianças devem apresentar uma maior coerência na representação do pai do próprio sexo do que do pai do sexo oposto. Esta identificação primária com o pai do mesmo sexo parece estar relacionada com uma maior saúde mental e menores níveis de problemas comportamentais e emocionais. A idealização do pai do sexo oposto às custas da uma fraca identificação com o pai do mesmo sexo no início da adolescência pode levar a uma limitação na consolidação da identidade e a um desajustamento psicológico tanto nas raparigas como nos rapazes (Besser & Blatt, 2007).

Neste seguimento, as investigações feitas no sentido de confirmar a relação entre perturbações da relação entre filhos e pais e repercussões ao nível das representações e identificação das crianças ou adolescentes, oferecem dados que confirmam que efectivamente o comportamento sintomático dos mesmos é mais

marcado quando estes apresentam discrepâncias nas representações mentais das figuras parentais, o que reflecte incongruências na configuração de género pais-filhos (Besser & Blatt, 2007).

Assim, uma das grandes tarefas da adolescência prende-se com a identificação ao progenitor do mesmo sexo, quer seja no sexo feminino, em que se deve romper com a relação de dependência com a mãe para se alcançar uma relação de identificação, quer no sexo masculino, de forma a permitir uma identificação madura com o pai, tal como já foi referido anteriormente (Besser & Blatt, 2007). Espera-se, no entanto, que numa fase mais avançada do desenvolvimento, que se consiga atingir um nível equiparado de representação em ambos os pais, o que irá contribuir para a promoção de um desenvolvimento mental diferenciado e estável (Besser & Blatt, 2007). Neste seguimento, é de referir que apesar de ser atribuído à figura materna um papel de maior importância no desenvolvimento psicológico dos seus filhos, isto não se aplica de forma unívoca. Com a entrada na adolescência, o papel da mãe no surgimento da psicopatologia poderá não ser tão importante quanto se pensava, sendo a figura paterna aquela que poderá estar, por exemplo, mais relacionada com uma maior vulnerabilidade para patologia depressiva nas filhas. No entanto, a inconsistência do amor da mãe, embora influencie menos do que a inconsistência do amor do pai, desempenha também um papel nesta vulnerabilidade (Schwarz & Zuroff, 1979). No entanto, apesar de pressupostos neste sentido, poucos estudos investigaram a hipótese de a importância do papel dos pais no desenvolvimento emocional das crianças depender do sexo da criança, o que seria de extrema importância, pois o desequilíbrio notado nas representações dos pais e o seu papel no ajustamento emocional pode representar uma relação mais ampla com o sistema de regulação de afectos da criança e o desenvolvimento de psicopatologia na adultez (Zemore & Rinholm, 1989; Besser & Blatt, 2007).

É comumente aceite que várias formas de psicopatologia na adultez envolvem perturbações diferentes nos esquemas do mundo representacional que ocorrem como uma consequência de perturbações graves da relação entre criança e cuidador (Blatt, 1991, 1995). De facto, as experiências precoces da infância têm sido frequentemente consideradas como um factor no desenvolvimento de psicopatologia do adulto, particularmente na ansiedade e depressão, pois a história precoce de pacientes adultos deprimidos e ansiosos é marcada por uma parentalidade inadequada, com pais menos cuidadosos, mais rejeitantes e/ou mais hiperprotectores do que os de sujeitos sem psicopatologia (Brewin, Andrews & Gotlib, 1993; Besser & Blatt, 2007). Semelhantemente, ficou provado através de alguns estudos que quando a relação entre os pais é marcada por hostilidade, há uma grande vulnerabilidade ao surgimento



de perturbações de foro neurótico nos descendentes do casal (Schwarz & Zuroff, 1979).

Nos estudos da teoria de vinculação da *situação estranha* de Ainsworth (Ainsworth et. al, 1978), foi possível identificar três estilos de relação entre pais e crianças, como já se referiu anteriormente, tendo sido um quarto posteriormente acrescentado por Bartholomew e Horowitz (1991): assim, aos estilos seguro, inseguro-avoidante e inseguro-ansioso-ambivalente, acrescentou-se o estilo desorganizado-desorientado. Neste estudo ficou claro que os pais de crianças seguras são geralmente mais disponíveis, responsivos e sensíveis aos sentimentos das suas crianças do que os pais de crianças inseguras. Por sua vez, os pais das crianças inseguras-avoidantes são rejeitantes, distantes e desconfortáveis com o contacto físico, tendendo a afastar-se quando a sua criança mais precisa de suporte. Os pais das crianças inseguras-ansiosas-ambivalentes são mais preocupados com eles mesmos, talvez mais sensíveis às suas próprias necessidades e ansiedades do que às necessidades das suas crianças, sendo frequentemente intrusivos e inconsistentes. Finalmente, os pais de bebés desorganizados-desorientados são mais perturbados, depressivos e abusivos, talvez porque ainda estão marcados pelos traumas e perdas no seu processo de vinculação aos seus próprios pais. Relembre-se aqui a hipótese de as experiências de vinculação de um adulto se organizarem numa representação relativamente estável em relação à vinculação em geral, o que influenciará o seu comportamento e determinará a sua responsividade aos sinais de vinculação dos seus filhos, direccionando assim o desenvolvimento sócio-emocional das crianças (Ijzendoorn, 1995).

Parecem haver realmente poucas dúvidas sobre o facto de a psicopatologia na idade adulta estar consistentemente associada a descrições de experiências precoces problemáticas. Caso o desenvolvimento da criança não tenha lugar de forma harmoniosa, por disrupções graves na relação entre a criança e o seu cuidador primário, diferentes problemas podem surgir. Várias formas de psicopatologia na idade adulta estão associadas a perturbações nos esquemas representacionais do mundo, como consequência dessas disrupções precoces. Formas demasiado idiossincráticas, patológicas e persistentes de interpretar as situações interpessoais são baseadas em experiências precoces distorcidas com os pais. Estas representações mentais maladaptativas das relações de cuidado persistem até à idade adulta, de forma a que criam uma tendência para a depressão, e alguma vulnerabilidade para o desenvolvimento de patologias de personalidade (Bowlby, 1980; Blatt & Maroudas, 1992; Blatt, 1991, 1995; Besser & Blatt, 2007; Brewin et al., 1993; Blatt et al., 1997; Zemore & Rinholm, 1989).

Capítulo II – A Personalidade: Funcionamento Normal e Patológico

1. Modelos de compreensão da personalidade e de perturbações

Os factores que interagem e influenciam a formação da personalidade são tantos e tão diversos que se torna limitativo referirmo-nos à mesma como apenas “formação”, e não como “construção”. A sua evolução não é linear, e tem lugar ao longo de toda a vida do sujeito, apesar de se poderem encontrar as suas raízes no início da vida relacional com os cuidadores, onde estes se constituem como os primeiros objectos de organização interna do sujeito (Zimerman, 1999; Blatt, 2004; Blatt et al., 1997; Coimbra de Matos, 2002; Millon, 2000).

Apesar de não haver uma definição consensual sobre o que é a personalidade, esta pode de forma genérica definir-se como um padrão complexo de características psicológicas internas do indivíduo, que se expressam automaticamente em quase todas as áreas de funcionamento psicológico (Millon, 2000). Ao longo do desenvolvimento, como já referimos, diversos momentos de disrupção que pautam a experiência de todos os sujeitos podem em algumas pessoas ser demasiado graves para que estes os consigam ultrapassar de forma adequada, o que pode originar no sujeito problemas de adaptação à realidade, com dificuldades por exemplo no controlo de emoções e impulsos ou na manutenção de relações interpessoais saudáveis e duradouras (Thobaben, 2008; Birtchnell & Shine, 2000; Ramon, Castillo & Morant, 2001).

Quando estas dificuldades se manifestam de forma duradoura e não episódica, ou seja, não apenas em determinados momentos da vida, e quando afectam toda a vivência e comportamento do sujeito, pode-se assumir que este poderá ter uma ou mais perturbações de personalidade. Assume-se então que este padrão duradouro, que se expressa em várias áreas da vida do sujeito, causando sofrimento clinicamente significativo, é desadaptativo e disfuncional (Thobaben, 2008; APA, 2002).

Existem diferentes perspectivas sobre a temática das perturbações de personalidade, sendo no entanto consensual o seu carácter mais ou menos estável e pervasivo na vida do sujeito, deixando-o vulnerável ao desenvolvimento de outros problemas psiquiátricos. Paralelamente, não é clara a origem etiológica deste tipo de perturbações, com as teorias psicanalíticas a apontar as perturbações da relação precoce como forte influência, e outras teorias a indicar alguma predisposição biológica (Watson, Clark & Harkness, 1994; Birtchnell & Shine, 2000; Millon, 2000; Ramon et al., 2001). No que diz respeito ao tratamento, existem também diferentes visões. Por um lado, alguns autores assumem que não existe propriamente uma cura

para os sujeitos com perturbações de personalidade, e que o tratamento geralmente é uma combinação de psicofármacos e de psicoterapia, o que pode ajudar os clientes a obterem um melhor controlo sobre os seus comportamentos e emoções, a aumentarem as suas competências de *coping*, a aprenderem formas mais saudáveis de interacção com as pessoas, e a ganharem *insight* sobre a responsabilidade dos problemas nas suas vidas (Thobaben, 2008). No entanto, esta visão radical de impossibilidade de cura destes pacientes leva, de acordo com alguns autores, a que estes pacientes sejam excluídos «... dos Serviços de Saúde Mental, com base na premissa da intratabilidade dos seus problemas, e a necessidade de racionalizar os poucos recursos...» (Ramon, et al., 2001, pp. 10, trad. livre; Sampson, McCubbin & Tyrer, 2006). No entanto, para Millon (2000), perante a constatação de que a personalidade tem simultaneamente componentes cognitivas, interpessoais, psicodinâmicas e biológicas, a natureza do constructo da personalidade em si «*dita que as técnicas [terapêuticas] podem, e devem, ser compostas por estas perspectivas sempre que necessário*» (Millon, 2000, pp. 141, trad. livre), não existindo para este autor, portanto, intratabilidade; apenas uma maior ou menor facilidade no estabelecimento de aliança terapêutica entre paciente e clínico, medida indispensável para o avanço no processo terapêutico.

Seguidamente, serão apresentados alguns modelos teóricos sobre as perturbações de personalidade, como o muito utilizado modelo categorial do DSM (APA, 2002), o modelo de traços de Theodore Millon (1999, 2000, 2007), importante teórico e investigador na área da psicopatologia, e ainda uma proposta alternativa de cariz dimensional de Sidney Blatt, autor da escola psicanalítica que como já vimos é muito influenciado pela teoria das relações de objecto (Blatt, 1974, 1991, 1995, 2004).

1.1 O modelo categorial do DSM

O manual de diagnóstico utilizado pela maioria dos profissionais de saúde mental, o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, é um sistema de diagnóstico multiaxial, uma vez que avalia em eixos separados os vários sintomas clínicos e características de personalidade disfuncionais, levando todos em consideração como forma de obter um reflexo do funcionamento global do indivíduo (APA, 2002; Milon, 1999, 2000). Neste sentido, os vários eixos são importantes para a compreensão do indivíduo, funcionando de forma complementar. O Eixo I, das síndromas clínicas, diz respeito às perturbações mentais propriamente ditas. O Eixo II refere-se às Perturbações de Personalidade, abordando pois situações mais habitualmente permanentes e crónicas. O Eixo III deste manual refere-se aos Estados

Físicos Gerais. O Eixo IV faz menção aos Problemas Ambientais e Psicossociais, e tem em conta as informações que dizem respeito às relações que o sujeito estabelece e que podem ser facilitadoras ou que podem dificultar a sua adaptação, como é por exemplo o caso da estrutura familiar e da situação profissional. Finalmente o Eixo V diz respeito à Avaliação Global do Funcionamento do sujeito, havendo a consideração do funcionamento psicológico como um continuum. Esta avaliação tanto pode ser feita à entrada do sujeito num serviço de saúde mental como à sua saída, e espera-se que haja uma evolução nos valores apresentados (APA, 2002; Millon, 2000).

Neste manual de diagnóstico, que está actualmente na sua quarta edição revista (APA, 2002), o Eixo II diz respeito, como já foi referido, ao diagnóstico de perturbações de personalidade, e é feita uma descrição específica de quais os critérios que um sujeito tem de preencher para que um tal diagnóstico possa ser efectuado. Espera-se que haja um *«padrão duradouro de experiência interna e comportamento que se desvia marcadamente do esperado na cultura da pessoa»* (pp. 689), sendo necessário que este padrão seja expresso em pelo menos duas das seguintes áreas: cognição, afectividade, funcionamento interpessoal e controlo dos impulsos. Espera-se que este padrão tenha tido o seu início *«o mais tardar na adolescência ou no início da idade adulta»* (pp. 689) e que seja duradouro e inflexível, manifestando-se numa variedade de situações tanto sociais como pessoais, originando *«sofrimento clinicamente significativo ou deficiência na vida social, profissional ou noutras áreas importantes de funcionamento»* (pp. 689). Além disto, este padrão não pode ser *«melhor explicado como manifestação ou consequência de outra perturbação mental»* (pp. 689) ou como o efeito decorrente de uso/abuso de substâncias ou de um estado físico geral (APA, 2002).

Este manual de diagnóstico tem vindo a sofrer várias reformulações ao longo dos anos, desde a sua primeira edição. Se no DSM-I houve uma grande influência da teoria psicanalítica na conceptualização da patologia de personalidade, isto já não foi tão evidente na segunda versão deste manual. Apesar de no DSM-II ainda existirem algumas referências a temáticas psicanalíticas, como o estado interno de necessidades dos sujeitos e dinâmicas internas, torna-se claro em retrospectiva que no final dos anos 60 houve uma mudança paradigmática nos profissionais de saúde mental e na sua conceptualização das perturbações de personalidade (Bornstein, 2006; Thobaben, 2008). Quando entre o final da década de 70 e o início da década de 80 surgiu a terceira versão do DSM, praticamente toda a linguagem psicodinâmica tinha desaparecido do manual. As descrições das perturbações de personalidade focavam-se agora quase exclusivamente nos comportamentos observáveis. A descrição dos processos psicológicos, quando ocorria, era em termos meramente

ateóricos (Bornstein, 2006; Millon, 2000). Isto aconteceu devido à insatisfação dos académicos e dos profissionais com a imprecisão dos critérios diagnósticos psiquiátricos. No entanto, vários autores têm vindo a criticar o DSM pelos seus muitos problemas, sendo este carácter ateuórico um deles (Blatt & Levy, 1998).

Ao tentar não articular e assumir um corpo teórico específico, o DSM acabou por ser influenciado por uma série de forças inconsistentes, sofrendo diversos enviesamentos teóricos que acabaram por influenciar a formulação das perturbações do Eixo II. É necessário ter um modelo teórico de psicopatologia para que se possa construir um método de avaliação que seja tanto válido quanto fiável (Blatt & Levy, 1998). Não há dúvida de que a evolução das descrições das perturbações de personalidade nas sucessivas edições do DSM resultam de um esforço amplo por parte da comunidade científica ligada à saúde mental de construir um manual de diagnóstico que não esteja ligado a nenhum corpo teórico, de forma a poder ser utilizado por profissionais de qualquer orientação. Assim, uma nomenclatura anteriormente dominada por conceitos e noções psicanalíticas passou a ser apenas influenciada de forma modesta por esses conceitos. Em poucas décadas, o sistema diagnóstico oficial psiquiátrico passou de predominantemente psicanalítico a determinadamente ateuórico e não analítico (Bornstein, 2006; Blatt & Levy, 1998).

Também o facto de o DSM ser um sistema de diagnóstico categorial e não dimensional implica sérias limitações. Um sistema dimensional baseado em distribuições contínuas permite uma melhor compreensão do fenómeno em termos de etiologia, patologia, prognóstico e tratamento, como Sidney Blatt preconiza (Blatt, 1974, 1991, 1995, 2004; Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Levy, 1998). Os sistemas categoriais, por seu lado, são muito limitativos, reducionistas e simplistas. As perturbações psicológicas não são totalmente discretas, e isso faz com que um modelo dimensional seja apontado como mais adequado para a consideração da psicopatologia. Mais à frente neste trabalho será abordada uma outra perspectiva sobre a psicopatologia, inserida numa lógica dimensional desenvolvimentista (Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shichman, 1983a; Bornstein, 2006; Blatt & Shahar, 2004; Watson et al., 1994).

Um dos grandes problemas do DSM prende-se com a arbitrariedade dos pontos de corte, a partir dos quais os profissionais deverão considerar a existência ou não de uma perturbação psicológica em geral, ou de personalidade em particular. Estes pontos são aparentemente estabelecidos sem grande justificação teórica ou empírica, o que influencia profundamente a frequência de alguns diagnósticos e a co-morbilidade de algumas perturbações. Assim, também a co-morbilidade se estabelece como um problema, visto que o DSM permite que o diagnóstico simultâneo de várias

perturbações de personalidade seja feito num mesmo nível, sem a consideração de qualquer hierarquia. Isto não parece reflectir nenhuma ordem na natureza da psicopatologia, mas sim uma consequência do extenso número de categorias imprecisas e sobrepostas nas entidades diagnósticas propostas por este sistema (Blatt & Levy, 1998).

Além das críticas enunciadas, muitas mais são feitas a este tipo de diagnóstico categorial, sendo que algumas dessas limitações se prendem com a excessiva preocupação com sinais e sintomas em detrimento de sentimentos e pensamentos, a não consideração dos mecanismos de defesa, e a reduzida importância dada a questões de intervenção terapêutica e de etiologia, entre outros (Blatt & Levy, 1998).

De acordo com o DSM-IV-TR (APA, 2002), existem dez perturbações de personalidade que estão agrupadas em três clusters. Num primeiro cluster, o cluster A, são diagnosticados os sujeitos que são definidos como transmitindo sentimentos de estranheza, que exibem comportamentos bizarros e excêntricos e alguma tendência para a introversão, apresentando dificuldades relacionais. De acordo com este manual, inserem-se neste cluster as perturbações de personalidade Paranóide, Esquizóide e Esquizotípica. Num segundo cluster, o cluster B, encontramos sujeitos com perturbações de personalidade Histriónica, Anti-Social, Borderline e Narcísica. Estes sujeitos parecem frequentemente inconstantes, emocionais ou dramáticos. Finalmente, no terceiro cluster, o cluster C, encontramos sujeitos evitantes, que são muitas vezes ansiosos e medrosos. Inserem-se neste cluster as perturbações de personalidade Evitante, Dependente e Obsessivo-Compulsiva (APA, 2002).

É preciso notar que as descrições que acompanham esta divisão das perturbações de personalidade em três clusters dizem respeito ao que é objectivamente observável, sendo dada pouca importância ao que é internamente sentido pelos sujeitos. Algumas críticas foram feitas também a esta divisão por esta parecer de alguma forma artificial, uma vez que não se baseia em nenhum corpo teórico (Blatt & Levy, 1998).

Consequentemente, Bornstein (2006), um autor de orientação psicodinâmica, sugeriu a divisão das perturbações de personalidade do DSM-IV-TR em dois clusters, de acordo com a centralidade ou importância dos processos psicodinâmicos no seu desenvolvimento, uma vez que os processos psicodinâmicos afectam todas as perturbações de personalidade, mas não de igual forma. Se por um lado os elementos psicodinâmicos desempenham um papel central em algumas perturbações, terão para outras apenas uma função secundária de outras variáveis (Bornstein, 2006).

Foi então constituído um cluster psicodinâmico primário, onde seis perturbações de personalidade do DSM-IV-TR podem ser inseridas, dada a forte influência que os

processos psicodinâmicos parecem desempenhar. Desta forma, as perturbações de personalidade Dependente, Narcísica, Borderline, Histriónica, Obsessivo-Compulsiva e Paranóide são consideradas perturbações psicodinâmicas primárias, uma vez que para cada uma delas se podem encontrar raízes nas relações precoces problemáticas que conduzem a perturbações do funcionamento do Ego, a introjecções disfuncionais e a mecanismos de defesa ineficazes, como por exemplo a negação. Embora outros factores possam contribuir para a etiologia destas perturbações, como alterações neurológicas hereditárias, efeitos de condicionamento e de modelação, os processos psicodinâmicos são centrais para cada uma destas perturbações de personalidade (Bornstein, 2006).

Num cluster psicodinâmico secundário inserem-se as restantes quatro perturbações de personalidade consideradas no DSM-IV-TR, por se pensar que são caracterizadas por percepções desadaptativas do *self* e dos outros, problemas no teste da realidade e mecanismos de defesa que prejudicam o funcionamento interpessoal e/ou o controlo dos impulsos. Assim, considera-se que existem factores neurofisiológicos importantes na etiologia das perturbações de personalidade Anti-Social, Evitante, Esquizóide e Esquizotípica, que são precursores de comportamentos interpessoais disfuncionais observáveis muito cedo como diferenças de temperamento, sendo que estes factores precedem os processos psicodinâmicos que ajudam a modular o funcionamento intra e interpessoal (Bornstein, 2006).

A nosso ver, esta proposta de Bornstein (2006) apresenta alguns avanços relativamente às conceptualizações feitas pelo DSM. No entanto, as várias perturbações de personalidade não são diferenciadas dentro do cluster em que se inserem, parecendo então que o autor as considera, entre si, semelhantes.

1.2 O modelo de traços de Theodore Millon

No âmbito de uma tradição diferente da perspectiva psicodinâmica do estudo da psicopatologia, podemos encontrar os trabalhos de Theodore Millon (1987, 1999, 2000, 2007), que propõe uma arrumação das diferentes formas de psicopatologia, quer das síndromas clínicas, quer das perturbações de personalidade. De acordo com este autor, os estilos de personalidade, que podem ser vistos como um aglomerado de traços de personalidade formando um todo coerente, constituem-se com uma concepção estável que o indivíduo tem sobre o *self* e sobre o mundo, assim como o que está tipicamente associado a essas concepções, como a forma de pensar, de sentir e padrões de comportamento (Millon, 2000; Campos, 2006; Watson et al., 1994). Millon considera que existem semelhanças entre a forma como funcionam os

indivíduos normais e as patologias que caracterizam as várias perturbações de personalidade (Campos, 2001). É de referir que, em princípio, os estilos de personalidade são entidades não patológicas. Contudo, alguns serão certamente mais adaptados do que outros, dependendo disso do contexto no qual o indivíduo se insira, da rigidez desse mesmo estilo e de outros aspectos patológicos do sujeito (Campos, 2001). Haverá então semelhanças entre a forma de funcionamento dos sujeitos normais e as patologias que caracterizam as várias perturbações da personalidade, pois estas serão entidades patológicas apenas no sentido em que não são adaptadas ao contexto onde o indivíduo se insere, quando são demasiado rígidas ou inflexíveis ou quando estas geram sofrimento. Assim, quando não são adaptativos, estes estilos de personalidade constituir-se-ão como perturbações da personalidade (Millon, 2000).

Desta forma, Millon propõe dez padrões básicos de personalidade, de acordo com duas dimensões: em primeiro lugar, a fonte primária a partir da qual se obtém comodidade e satisfação (reforços positivos) ou se evita a angústia emocional e a dor (reforços negativos); e em segundo lugar, o carácter activo ou passivo dos indivíduos em termos de conduta instrumental para aumentar as gratificações ou minimizar a dor (Millon, 1999). A matriz de 5 X 2 resultante das diversas combinações permite conceptualizar os dez estilos de personalidade. Seguidamente apresentaremos uma breve descrição de cada um deles, de acordo com Campos (2001) e Millon (1987, 1999, 2000, 2007).

Encontramos então os sujeitos desligados, ou seja, aqueles que não estabelecem relações fortes com os outros, como os sujeitos *esquizóides* e os sujeitos *evitantes*. Os sujeitos esquizóides, que são sujeitos desligados passivos, tendem a ser apáticos, indiferentes, distantes e sem interesse por qualquer actividade social. São reconhecidos pela sua incapacidade para experienciar prazer ou sofrimento, e têm necessidades emocionais reduzidas. Tendem a funcionar como observadores passivos, sem se ligarem às recompensas e exigências das relações humanas. Não têm medo, nem evitam activamente as relações sociais, sendo sim indiferentes e tendo pouca necessidade de se relacionar e de comunicar com os outros. O seu conceito de *self* é vago, e estes sujeitos apresentam algum embotamento emocional e insensibilidade relativamente aos afectos dos outros e até aos seus próprios afectos. O seu processo de pensamento não é deficiente, mas sim vago e impreciso. Há uma ausência quase total de objectos internos, sendo estes reduzidos tanto em número como em articulação. Estes sujeitos são desprovidos em grande parte de recordações diversas, assim como de uma capacidade de gestão dinâmica das pulsões e conflitos que caracterizam as pessoas bem ajustadas. Por outro lado, os indivíduos evitantes são em geral desconfiados, medrosos e apreensivos, e podem ser considerados

desligados activos. Tendem a afastar-se activamente de relações sociais uma vez que temem a rejeição por parte dos outros. Têm um forte desejo de relacionamento e de serem aceites pelos outros, mas tendem a negar estas suas necessidades, mantendo uma considerável distância interpessoal, sentindo-se assim isolados. Por serem hipersensíveis e com dificuldades sociais, tendem a evocar reacções humilhantes dos outros, o que acaba por reforçar os seus mecanismos defensivos e, conseqüentemente, a sua retirada das relações. As pessoas evitantes apresentam objectos danificados, com representações internas compostas por recordações motivadas por conflitos intensos e de fácil reactivação, fontes limitadas de gratificação e escassos mecanismos para canalizar as necessidades, dominar os impulsos, resolver os conflitos, e desviar os stressores externos.

Em todas as outras perturbações existe o estabelecimento de relações, mas estas podem ser caracterizadas por dependência, independência, ambivalência e discordância. Nos padrões com um carácter dependente, inserem-se os sujeitos *dependentes* e os *histriónicos*. Os sujeitos dependentes, que podem ser vistos como dependentes passivos, são aqueles que se habituaram a recorrer aos outros como fonte de segurança, esperando passivamente pela sua orientação. Não têm autonomia nem iniciativa, esperando afecto, segurança e aconselhamento por parte dos outros. Submetem-se aos desejos dos outros de forma a manter o seu carinho e suporte, comportando-se então de forma passiva nas relações. São pouco competitivos e agressivos, com tendência para se diminuir para que os outros não se sintam ameaçados e os rejeitem. Por outro lado, ao se diminuir, esperam que os outros não sejam exigentes para com eles, permitindo-os continuar numa posição de dependência. São dóceis, afáveis, cordiais e generosos. As suas representações internas são imaturas, compostas de ideias simples e recordações incompletas, pulsões rudimentares e impulsos com aparência infantil, assim como uma capacidade mínima para manipular e mentalizar os estímulos stressores. Por outro lado, os sujeitos *histriónicos*, ou dependentes activos, têm uma necessidade insaciável de estimulação, de excitação e de atenção e afecto por parte dos outros. Para os obterem, recorrem à sedução, ao exibicionismo e a comportamentos dramáticos. Apesar de aparentarem força egóica e independência, temem autonomizar-se e têm necessidade de elicitar nos outros sinais de afecto e aprovação. Incorrem muito em relações superficiais, mas tendem a ter problemas quando as relações se tornam mais profundas e duradouras. Oscilam emocionalmente entre uma grande excitação e o aborrecimento com facilidade. Os sujeitos com personalidade *histriónica* tendem a ter representações internas superficiais, compostas em grande parte por afectos isolados

e sem profundidade, por recordações de conflitos, assim como por pulsões fáceis e mecanismos sem substância.

Os sujeitos independentes, por seu lado, são quem domina nas suas relações. Há dois tipos de padrão independente: os *narcísicos* e os *anti-sociais*. Os sujeitos narcísicos, que são independentes passivos, centram-se em si mesmos, e obtêm prazer com isso. Tendem a manter uma presunção arrogante e exploram as pessoas em benefício próprio, sem pensarem muito que podem prejudicar os outros. Como acreditam que tudo correrá da melhor forma para eles, envolvem-se pouco no dar e receber da vida social. Comportam-se com base na premissa de que têm o direito de receber consideração especial sem retribuições, e apresentam um sentimento de superioridade que nem sempre é baseado nem em premissas nem em factos reais. Apresentam representações internas artificiais, com a presença maior do que é habitual de ideias ilusórias, pulsões e conflitos sintéticos e de percepções e aptidões pretensiosas, quando não simuladas, apresentando uma capacidade de rapidamente se adaptarem às necessidades do momento. Os sujeitos anti-sociais, por seu lado, são independentes activos, e tendem a agir contra o sofrimento que antecipam receber dos outros. São rudes e insensíveis, como estratégia para evitar o abuso e a vitimização, sendo então muito cépticos em relação às intenções dos outros. São impulsivos e irresponsáveis, dada a sua convicção de que os outros são desleais e não merecedores de confiança. Desejam ser autónomos e obter vingança e recompensa por aquilo que sentem como injustiças passadas. Os sujeitos anti-sociais apresentam representações internas de atitudes vingativas e impulsos inquietos, conduzidos para subverter costumes e ideais culturalmente estabelecidos, para a degradação de sentimentos pessoais e para a conquista de bens materiais da sociedade que sentem que lhes foram negados.

Os sujeitos *compulsivos* e os *negativistas*, ou passivo-agressivos, mantêm relações ambivalentes, isto é, com características tanto de dependência como de independência. Os sujeitos negativistas, ou ambivalentes passivos, lutam internamente entre duas tendências: trabalhar para conseguir as suas próprias gratificações ou aceitar as gratificações oferecidas pelos outros, sendo que esta luta representa uma incapacidade para resolver conflitos. Contudo, ao contrário do que acontece no compulsivo, estes conflitos permanecem mais perto da consciência, invadindo a sua vida do dia-a-dia. Oscilam entre uma atitude de deferência e de desafio, tendo um padrão errático de comportamentos de raiva explosiva e teimosia, oscilando com períodos de vergonha e culpa. Têm objectos internos discrepantes, pois as representações internas são compostas por uma mistura cruzada e complexa de impulsos opostos e divergentes, que os conduzem persistentemente para fortes

impulsos contraditórios, na tentativa de anular as aspirações e satisfação dos demais. Já os indivíduos compulsivos, ou ambivalentes activos, são aqueles que apresentam características da perturbação de personalidade obsessivo-compulsiva que consta do DSM-IV. São rígidos, perfeccionistas e controlados emocionalmente, sendo que isto deriva de um conflito entre uma hostilidade dirigida aos outros e o medo da desaprovação social. Resolvem esta ambivalência através da supressão de sentimentos, hiperconformando-se e exigindo imenso de si mesmos e dos outros. A sua forte auto-disciplina tem como objectivo o controlo de fortes sentimentos de oposição, e por detrás de uma imagem de correcção existem intensos sentimentos de raiva que quando se tornam visíveis manifestam-se de forma explosiva. Vêem o mundo como uma estrutura hierárquica; assim, comportam-se de forma autoritária e com independência para com aqueles que percebem enquanto inferiores, sendo submissos, dependentes e condescendentes para com os que vêem como superiores. Os seus objectos internos são encobertos, pois só aceitam os afectos internos, atitudes e acções que recebem aprovação social, fazendo com que as suas gratificações estejam altamente reguladas, com que os seus impulsos sejam severamente controlados e confinados a estreitos limites, e com que se neguem veementemente a conflitos sociais e pessoais, mantendo tudo sob um controlo intenso.

Finalmente, encontramos os sujeitos discordantes, os quais substituem a dor pelo prazer. Por um lado temos os indivíduos *auto-destrutivos*, ou discordantes passivos, que se relacionam com os outros de uma forma masoquista, permitindo e até encorajando que os outros se aproveitem deles, pois acham que devem ser envergonhados e humilhados. De forma a salientar a sua dor e angústia, que é sentida como confortante, relembram repetidamente os seus infortúnios passados, e esperam que situações actuais afortunadas terminem mal. Exageram frequentemente as suas deficiências, colocando-se numa posição inferior. Têm objectos internos deteriorados, apresentam representações internas compostas de recordações passadas de insucesso ou aspirações falhadas, e têm sentimentos positivos e impulsos eróticos direccionados a pessoas do sexo oposto menos atraentes que eles, possuindo também mecanismos de redução de ansiedade subvertidos por processos que intensificam o mal-estar. Por fim, temos os sujeitos *agressivos*, ou discordantes activos, que são hostis, muito combativos e aparentemente indiferentes ou até satisfeitos pelas consequências destrutivas do seu comportamento. Podem não revelar publicamente as suas tendências maliciosas e de poder, não sendo abertamente agressivos, mas apresentam frequentemente comportamentos de dominação, antagonistas e persecutórios. Este padrão pode corresponder ao padrão

“sádico” frequentemente referido na literatura. Os seus objectos são perniciosos, com representações internas marcadas por uma energia fortemente dirigida para a agressão e atitudes de vingança, sendo também caracterizados pela escassez de recordações sentimentais, afectos calorosos, conflitos internos ou sentimentos de vergonha ou culpa.

Além destes dez estilos referidos, são também formuladas por Millon três categorias adicionais de personalidade patológica, representando problemas estruturais graves e processos disfuncionais no que concerne principalmente à falta de competências sociais e à ocorrência de episódios psicóticos frequentes. Há uma transversalidade no que diz respeito ao carácter activo e passivo ou ao estilo básico de personalidade, uma vez que esta formulação não se limita a essas dimensões (Millon, 1999). Desta forma, as perturbações de personalidade Esquizotípica, Borderline e Paranóide são consideradas perturbações graves de personalidade (Millon, 1987, 2000).

Na perturbação de personalidade Esquizotípica, que se situa no espectro da Esquizofrenia, os sujeitos não são capazes de alcançar uma representação básica de *self* e dos objectos, motivo pelo qual são considerados como tendo uma personalidade estruturalmente deficitária. Os sujeitos esquizotípicos reagem a um mundo que sentem como frio, rígido, e estão privados de experiências de qualidade devido à regressão a um estado do ego estável, mas primitivo, daí os seus episódios psicóticos temporários. O mundo interno do esquizotípico é pautado por muito pouca integração. Uma capacidade básica de consolidação coerente de um sentido de *self*, dos outros e do mundo está, de alguma forma, em falta. Como resultado disso, as suas representações internas tanto de *self* como dos outros são um misto de memórias, percepções, impulsos e sentimentos mal assimilados e frequentemente contraditórios. Por vezes exibem maneirismos bizarros e excêntricos, assim como pensamentos idiossincráticos que reflectem a sua retirada do mundo, como a crença de que conseguem ler o pensamento dos outros. Assim, estes sujeitos têm esbatida a linha da realidade e da fantasia.

A perturbação de personalidade Borderline, ou estado-limite, caracteriza os sujeitos que não se enquadram nem numa perturbação neurótica nem psicótica, mas sim entre ambas. Estes sujeitos são descritos como apresentando uma configuração triádica, de *difusão de identidade*, de *manifestações emocionais primitivas* e de *problemas no controlo de impulsos*. São sujeitos com graves perturbações na integração e formação de conceitos, no julgamento e na planificação da realidade, e com elaboradas fantasias contra as quais não se conseguem defender. Estas fantasias estão muitas vezes relacionadas com a acessibilidade do objecto, pois o

sujeito não consegue deixar de pensar que qualquer partida do objecto será definitiva. Assim, há uma incapacidade no sujeito para a constância do objecto, por nunca se ter conseguido separar e individualizar do objecto: só na sua presença é que se sente definido, real. As representações dos objectos são então clivadas, sendo impossível ao sujeito borderline consolidar numa mesma pessoa a noção de que esta terá tanto características boas como más. Assim, os seus objectos tanto são idealizados como atacados, no sentido em que estarão presentes e o farão sentir-se bem, reconhecido, ou o abandonarão, momento no qual rapidamente poderão ser trocados por qualquer outro objecto que o satisfaça.

Finalmente, o sujeito com uma perturbação de personalidade Paranóide é altamente defensivo e desconfiado, vive hipervigilante e defende-se sistematicamente das supostas tentativas dos outros de o magoar ou boicotar. A sua maior preocupação é a manutenção de limites entre ele e os outros, como uma forma de manter a todo o custo a sua autonomia e a sua vontade própria, que ele sente postas em causa pelas manifestações de autoridade dos outros. Os objectos internos são pautados por raiva e desconfiança, sendo frequente alguma ambivalência entre a obediência culposa e o desafio encolerizado contra cuidadores que o sujeito sentia como próximos apenas em momentos de tentativa de controlo esfínteriano, conflito central na infância aquando do treino da criança para hábitos de higiene mais evoluídos. No sujeito paranóide, há uma clivagem no que concerne às representações, no sentido em que as imagens positivas são internalizadas no *self*, tendo o sujeito uma representação de si mesmo agradável, e as imagens negativas são projectadas no mundo exterior e nos outros, como forma de protecção do *self* de tudo o que é prejudicial e danoso. No entanto, pelo facto de tanto o que é benéfico como o que é nocivo ser derivado do *self*, é impossível ao paranóide fugir dele mesmo, estando assim constantemente com a sensação megalómana de estar a ser perseguido por alguém que o quer prejudicar: ele mesmo.

Desta forma, é como se o autor colocasse num mesmo patamar os dez estilos de personalidade considerados mais adaptados, ou moderados, sendo a distinção de gravidade feita relativamente às três perturbações mais severas tendo em conta a possível descompensação a que os indivíduos podem ceder, quando sujeitos a condições de adversidade de forma prolongada e persistente (Millon, 1999). Apesar de haver uma descrição das configurações internalizadas, esta não é suficientemente específica no que diz respeito aos objectos e, igualmente, não é trabalhada concreta e isoladamente enquanto critério para descrição do estilo de personalidade em questão.

1.3 O modelo dimensional de Sidney Blatt

Outra forma de estabelecimento de diagnósticos que leva em consideração o desenvolvimento da personalidade, e que considera como as várias perturbações podem derivar de disrupções nos processos normais desenvolvimentais, foi proposta por Sidney Blatt e colegas (1974, 1991, 1995, 2004; Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shichman, 1983^a; Blatt et al., 1997; Campos, 2003), numa perspectiva psicodinâmica do desenvolvimento da personalidade, como se descreve seguidamente.

De acordo com este autor, o desenvolvimento da personalidade decorre de uma transacção complexa entre duas linhas desenvolvimentais: uma linha anaclítica, em que há a preocupação em estabelecer relações interpessoais íntimas e satisfatórias, e uma linha introjectiva, onde se tenta alcançar uma identidade estável, realista e essencialmente positiva (Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shichman, 1983^a; Campos, 2000, 2003). O desenvolvimento ao longo destas duas linhas faz parte de um processo dialéctico complexo, pois o desenvolvimento de uma destas linhas é contingente ao desenvolvimento da outra: o desenvolvimento de conceitos de *self* está dependente do estabelecimento de relações interpessoais satisfatórias, e a experiência de relações interpessoais satisfatórias depende do desenvolvimento de um conceito de *self* cada vez mais maduro. Assim, há uma dependência mútua entre as duas linhas; o estabelecimento de relações interpessoais satisfatórias fará com que o indivíduo consiga alcançar uma identidade estável, realista e essencialmente positiva, sendo que essa identidade dará ao sujeito uma maior capacidade de estabelecer novas relações (Cramer, Blatt & Ford, 1988).

No desenvolvimento normal, estes dois processos desenvolvem-se numa interacção dialéctica interdependente, mas coordenada. Ao longo da vida, da infância à velhice, o progresso numa linha desenvolvimental favorece o progresso na outra. Assim, um sentido de *self* diferenciado, maduro e integrado depende do estabelecimento de relações interpessoais satisfatórias, e, paralelamente, o desenvolvimento de relações interpessoais maduras e satisfatórias depende de um sentido de *self* integrado e uma identidade madura (Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shichman, 1983^a; Blatt et al., 1997; Diamond et al., 1991). O funcionamento normal é então essencialmente um sistema aberto no qual a qualidade das relações interpessoais e a auto-definição se desenvolvem numa interacção complexa e mutuamente facilitadora. Neste sentido, de acordo com o modelo de Blatt, que é baseado na teoria das relações de objecto, a psicopatologia é uma consequência de falhas no desenvolvimento que interferem com o desenvolvimento recíproco de relações interpessoais satisfatórias e de um conceito de *self* significativo. Cada forma

de psicopatologia, por sua vez, é considerada um exagero de um modo de funcionamento que é considerado normal e saudável num dado momento do desenvolvimento, constituindo-se então como um desvio disruptivo.

As perturbações, ao poderem ser vistas como decorrentes de disrupções nestes processos desenvolvimentais normais, não são vistas como doenças discretas e separadas mas como perturbações funcionais que derivam de disrupções de sequências desenvolvimentais normais. A psicopatologia do adulto é então vista como uma expressão de perturbações no desenvolvimento normal numa das duas linhas desenvolvimentais acima referidas. Os padrões de psicopatologia formam-se num momento precoce no desenvolvimento normal sequencial e são eventualmente evocados mais tarde num processo de acção diferida. Desta forma, os sintomas psicopatológicos são exageros e distorções extremas do desenvolvimento normal, uma vez que os indivíduos irão lidar com as disrupções ocorridas no seu desenvolvimento de uma forma ou tentativa exagerada de alcançar equilíbrio, quer seja nas suas relações interpessoais quer seja no atingir de um conceito de *self* consolidado e diferenciado. Assim, as psicopatologias anaclíticas relacionar-se-ão com tentativas exageradas e distorcidas de manter experiências interpessoais satisfatórias, ao passo que as psicopatologias introjectivas estarão relacionadas com tentativas exageradas e distorcidas de estabelecer um conceito eficaz do *self* (Blatt & Shichman, 1983a). A determinação de qual a linha desenvolvimental que é o foco das manobras compensatórias e onde se expressam sintomaticamente em psicopatologia é influenciada por uma série de parâmetros, que incluem predisposições biológicas e factores ambientais específicos, assim como eventos como o momento no desenvolvimento no qual as falhas ocorrem, os factores de conflito específicos envolvidos, a matriz cultural e familiar, os estilos de carácter dos prestadores de cuidado e os valores do indivíduo e da família. Além do que foi dito, considera-se neste modelo que as diferentes formas de psicopatologia estão relacionadas porque emergem de disrupções no mesmo processo desenvolvimental fundamental, embora em diferentes pontos do desenvolvimento (Blatt & Levy, 1998; Cramer et al., 1988).

Não existem diferenças fundamentais entre a vida mental dos neuróticos ou psicóticos e das pessoas normais, existem apenas diferenças de grau. A pessoa normal passa pelas mesmas problemáticas; a diferença é que ela lida com estes eventos de forma menos perturbada e com mais sucesso. Assim, há a assumpção da continuidade entre o normal e o patológico, com diferenças apenas no que concerne à adaptabilidade, ao grau de exacerbação, à rigidez e ao contexto em que o indivíduo se insere (Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shichman, 1983a; Campos, 2000, 2003). Este pressuposto de continuidade entre normal e patológico aproxima em parte esta

perspectiva de outras, nomeadamente a de Millon, já anteriormente referida (1987, 1999, 2000, 2007).

Assim sendo, assume-se que existem duas linhas primárias ao longo das quais a psicopatologia pode ocorrer. Estas duas linhas, a anaclítica e a introjectiva, definem duas configurações primárias de psicopatologia que diferem entre si na ênfase relativa em diferentes preocupações instintivas (libidinais ou agressivas), no foco do mundo representacional (ligado à relação interpessoal ou à autodefinição), na ênfase básica nos acontecimentos de vida (amar ou trabalhar), e na utilização primária de diferentes tipos de operações defensivas (evitantes ou neutralizantes). Desta forma, a diferenciação das duas configurações de personalidade, anaclítica e introjectiva, permite estabelecer uma base estrutural para diferentes tipos de psicopatologia e considerar relações entre elas (Blatt & Levy, 1998).

Considerando as duas linhas desenvolvimentais isoladamente, pode-se afirmar que a configuração anaclítica da personalidade é orientada para o objecto e envolve temas de relacionamento e intimidade. Estas questões de relacionamento interpessoal são expressas em preocupações sobre a confiança, proximidade, afecto e a possibilidade de se depender do outro, assim como a possibilidade de se dar e receber amor num contexto de segurança, cooperação e mutualidade. Assim, a psicopatologia dentro da configuração anaclítica envolve preocupações e conflitos à volta dos temas do inter-relacionamento, e os sintomas são expressões de tentativas exageradas de compensar por disrupções nas relações interpessoais. O desejo básico é querer ser amado (Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shichman, 1983a; Harpaz-Rotem & Blatt, 2005).

A patologia anaclítica tem sido ligada a parentalidade rejeitante, a uma atitude parental ora de privação ora de indulgência, e ainda de imprevisibilidade. Como consequência de uma disrupção nesta linha desenvolvimental por estilos de parentalidade inadequados, a criança torna-se intensamente preocupada com uma tentativa de re-estabelecimento e manutenção da relação com os cuidadores, em detrimento do desenvolvimento de um adequado sentido de *self*. Considera-se que são os indivíduos do sexo feminino quem mais frequentemente ficam centrados excessivamente em questões de relacionamento interpessoal às custas do desenvolvimento do seu sentido de *self* (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Levy, 1998; Layne, Porcerelli & Shahr, 2006).

As dificuldades podem ocorrer a vários níveis da configuração anaclítica, e as perturbações podem estar relacionadas com questões mais globais e fundamentais de relacionamento que ocorrem na díade mãe/filho ou com questões de relacionamento já na configuração triádica edipiana. Existem dois pontos nodais primários para a

ocorrência de perturbação na configuração anaclítica: um primeiro na ligação básica com o prestador de cuidado – a mãe ou seu substituto – onde predominam questões de oralidade, cuidado e confiança, e um segundo, num ponto mais avançado do complexo edípico, à medida que a criança consolida a sua identidade sexual e progride para uma fase genital. Neste nível mais maduro, os temas da sexualidade, reciprocidade e mutualismo predominam. Se a disrupção ocorrer cedo no ciclo de vida, pode contribuir para o desenvolvimento de uma *personalidade infantil*, com manifestações de uma excessiva necessidade de gratificação dos desejos, e também de o sujeito se sentir amado e cuidado; há então uma centração em temas orais, de incorporação, com uma incapacidade de tolerar as separações. Se a disrupção for mais tardia, poderá mais provavelmente surgir uma *organização histérica*, onde há uma preocupação não só em receber amor mas também em o poder expressar; há aqui uma temática edípica envolvida, com competição pelo amor de um pai em detrimento do amor do outro. As seguintes perturbações podem ser consideradas tipos de psicopatologia anaclítica: esquizofrenia não paranóide, personalidade infantil, depressão anaclítica, várias organizações histriónicas, e a perturbação histérica (Blatt & Shichman, 1983a, 1983b).

Tanto no nível oral como no nível edípico, as defesas são essencialmente de tipo evitante – negação e repressão. A negação, a defesa predominante nos níveis mais baixos da configuração anaclítica, é usada frequentemente para o sujeito se defender de raiva intensa relativamente à privação e à frustração gerada pelo objecto: as expressões de raiva ameaçam “a mão que alimenta” e, por isso, devem ser negadas. Em níveis mais elevados desta configuração, o indivíduo evita desejos eróticos e sentimentos de competição intensa através da repressão. Através da passividade e complacência, o indivíduo tenta alcançar harmonia interpessoal e tenta agradar aos outros (Blatt & Shichman, 1983a; Cramer et al., 1988; Blatt & Levy, 1998).

Por outro lado, a psicopatologia na configuração introjectiva centra-se primariamente em temas de autodefinição, autocontrolo, valor próprio e identidade. O foco não é em partilhar afectos – em se amar e ser amado – mas sim na definição do *self* como uma entidade separada e diferente do outro, com um sentido de autonomia e controlo sobre o seu corpo e mente e com sentimentos de valor próprio e integridade. A preocupação com questões de autodefinição domina todas as relações interpessoais na configuração introjectiva.

Crê-se que a patologia introjectiva, que é mais comum em sujeitos do sexo masculino, resulta de interacções com cuidadores que pautem a relação precoce com um carácter intrusivo, muito crítico e punitivo. Sujeitas a este estilo parental punitivo e controlador, as crianças em desenvolvimento poderão fazer excessivos esforços para

manter a auto-estima e a independência, frequentemente às custas de um empenho paralelo na manutenção das relações interpessoais. Assim, perturbações significativas nesta linha desenvolvimental levam o sujeito a exagerar as tentativas de consolidação de um sentido de *self* (Layne et al., 2006; Blatt & Shichman, 1983a).

A patologia introjectiva envolve primariamente o estabelecimento e a manutenção de um sentido viável de *self*, de autonomia e de valor próprio como forma de se poder separar e estabelecer uma auto-definição e independência de figuras controladoras, intrusivas, punitivas e excessivamente críticas. Há uma tendência para enfatizar processos cognitivos, partilhando as várias perturbações da configuração introjectiva uma gestão e contenção do afecto, que se traduz numa ênfase na agressão dirigida aos outros ou ao *self* (Blatt & Shichman, 1983a). Desta forma, cada forma de psicopatologia na configuração introjectiva vai expressar tentativas distorcidas e exageradas de estabelecer uma integridade do *self* e autodefinição. No paciente paranóide, parece haver uma preocupação constante em manter um sentido de *self* como uma entidade separada. A projecção *paranóide* tenta manter uma definição de *self* como distinta e separada dos outros, sendo que o *self* é definido não internamente, mas em contraste com os outros, contra os quais o sujeito se tenta constantemente defender. Por seu lado, o paciente *obsessivo-compulsivo* preocupa-se em estabelecer autonomia, autocontrolo e mestria sobre o seu corpo e mente. As suas defesas são expressões exageradas da necessidade de se defender e controlar, e são direccionadas para controlar as suas acções, pensamentos e sentimentos – para preservá-los como sendo as suas próprias produções e prerrogativas. Na *depressão introjectiva* há um conjunto de sentimentos punitivos e duros de dúvida, autocrítica, culpa e depressão. Há uma introjecção, ou identificação, muito forte com uma figura parental muito rígida, exigente e crítica, o que resulta numa atitude de hipercrítica contra o próprio, e a sensação de se ter falhado relativamente aos padrões morais ideais internalizados. O envolvimento em actividades serve o propósito de compensar sentimentos de inferioridade, falta de valor próprio e culpa contra os quais o sujeito luta incessantemente. Num nível mais elevado encontramos o *narcisismo fálico*, no qual há um sentido exagerado de valor próprio. Há pouca preocupação e sentimentos pelos outros, que são utilizados para o engrandecimento do próprio. As relações interpessoais são pautadas por impulsos agressivos e sádicos; as pessoas são tratadas como posses que têm de ser controladas e retidas ou rejeitadas e destruídas. Há uma qualidade penetrante, fria e implacável nas relações interpessoais, e há um exagero e um insuflar do sentido da atractividade, poder e capacidade do indivíduo. No entanto, este insuflar serve o propósito de o sujeito se defender contra os seus sentimentos de insegurança e baixa auto-estima, assim como culpa, vergonha e

humilhação (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Levy, 1998; Blatt & Shahar, 2004; Blatt & Lerner, 1983b).

Nesta configuração há uma similaridade básica na natureza das defesas, pois o isolamento dos afectos, a projecção, a formação reactiva, a intelectualização e a racionalização, entre outras, são defesas neutralizantes, em vez de evitantes. Têm o propósito de controlar, modificar ou converter um impulso ou conflito em vez de evitá-lo. Assim, as defesas expressam uma luta para alcançar um sentido de autodefinição e controlo em vez de se destinarem a negar ou evitar questões e conflitos que possam ser disruptivos para as relações interpessoais (Blatt & Shichman, 1983a). Estas defesas variam no grau de primitividade e eficácia dependendo do nível de desenvolvimento em que se configura a patologia, pois se num nível mais baixo há a predominância de formas de defesa mais paranóides, de projecção, já num nível intermédio encontramos por exemplo a oposição, o negativismo, a intelectualização e a obstinação para estabelecer o controlo e repudiar impulsos inaceitáveis em vez de os externalizar, sendo estas tentativas de mestria e de estabelecimento de controlo questões maladaptativas, rígidas e inflexíveis. Contudo, num nível mais elevado encontramos, entre outras, a introjecção, a internalização, a identificação com o agressor, e a racionalização. Estas defesas são, por sua vez, mais aloplásticas, permitindo uma acção mais enquadrada no ambiente, com maior potencial de serem apropriadas e realistas e menos pervasivas e primitivas (Cramer et al., 1988; Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Levy, 1998).

É de referir que as fronteiras entre as perturbações indicadas em ambas as linhas desenvolvimentais não são rígidas. Isto sucede pelo facto de nenhuma das perturbações indicadas ser considerada uma unidade discreta estanque, mas sim por representar incapacidades numa fase particular da sequência de desenvolvimento: os sujeitos localizam-se algures numa das linhas referidas, e podem evoluir ou regredir para qualquer ponto nodal na configuração em que se rigidificaram, de acordo com o seu estado actual (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Levy, 1998).

Capítulo III – Estudos Empíricos Prévios

1. Experiências infantis e perturbações de personalidade

Apesar da extensa literatura sobre a importância das relações precoces, especificamente no papel dos pais na formação da estrutura de personalidade em geral, e da psicopatologia em particular, é surpreendente quão pouca investigação sistemática tem sido feita relativamente à forma como os sujeitos pensam e experienciam os seus pais e como estas representações se relacionam com vários aspectos de desenvolvimento pessoal e da psicopatologia (Quinlan, Blatt, Chevron & Wein, 1992). No entanto, alguns autores têm vindo a desenvolver estudos que relacionam os diversos aspectos das experiências infantis de adultos com algumas perturbações de personalidade (ver Blatt & Auerbach, 2001; Richman & Sovoloke, 1992; Layne et al., 2006; Besser & Blatt, 2007; Harpaz-Rotem & Blatt, 2005; Sherwood, 1989; Blatt et al., 1979; Blatt, 1974, 1995; Schwarz & Zuroff, 1979; Zemore & Rinholm, 1989; Porcerelli et al., 1998). Uma das vantagens destes estudos prende-se com a possibilidade de recolha de informações úteis para serem utilizadas em psicoterapia, uma vez que há de facto uma centralidade das representações do *self* e dos outros no desenvolvimento psicológico. Consecutivamente, se formas variadas de psicopatologia envolvem distorções das representações do *self* e dos outros, e se vinculações satisfatórias na infância resultam na formação de esquemas interpessoais cada vez mais maduros, então as interacções construtivas entre paciente e terapeuta deverão facilitar a revisão de representações imperfeitas ou distorcidas do *self* ou de objectos e levar ao estabelecimento de esquemas cada vez mais integrados e maduros. Existem efectivamente estudos que comprovam a relação entre o progresso terapêutico e uma maior articulação e diferenciação da representação de figuras significativas, especialmente a mãe e o terapeuta, e a capacidade de relações interpessoais marcadas pela mutualidade (Blatt & Auerbach, 2001; Harpaz-Rotem & Blatt, 2005).

Para Urist (1977), é especialmente nas áreas da patologia de carácter narcisista e borderline que o nível desenvolvimental da capacidade do paciente para a relação objectal é visto como um ponto fulcral no diagnóstico e na terapia. De facto, em alguns estudos sobre a patologia borderline, como os realizados por Richman e Sokolove (1992), Westen, Lohr, Silk, Gold e Kerber (1990), Blatt (1995), Blatt et al. (1997) e Blatt e Auerbach (2001), ficou visível que os pacientes borderline têm significativamente menos memórias precoces positivas e mais memórias precoces negativas do que grupos de controlo. Além disso, no que concerne ao nível das representações

objectais, estes tendem a apresentar um nível inferior a grupos de pacientes neuróticos, mas superior a grupos de pacientes esquizofrénicos (Richman & Sokolove, 1992; Blatt & Auerbach, 2001).

2. Estudos sobre perturbações na formação identitária

As repercussões ao nível do desenvolvimento psicológico das crianças expostas precocemente a experiências disruptivas são visíveis tão cedo quanto logo na infância, mas é por vezes na adolescência que algumas problemáticas se tornam mais evidentes (Schwarz & Zuroff, 1979). De acordo com uma investigação de Besser e Blatt (2007), e partindo do pressuposto que na adolescência as raparigas tendem a apresentar uma maior taxa de internalização de problemas, algo que se verifica em patologias ansiosas, depressivas ou somáticas, ao passo que os rapazes tendem a exteriorizá-los, como sucede no *acting-out* e na delinquência, tentou compreender-se de que forma as representações dos pais poderiam estar relacionadas com esta exibição de problemas de comportamento.

Sabendo de antemão que se esperava que a representação da figura materna alcançasse um nível conceptual superior ao do pai tanto no caso das filhas como no caso dos filhos, pelo facto de esta ser nas culturas ocidentais a figura preferencial de vinculação, procedeu-se à análise das respostas dos sujeitos às provas aplicadas pelos autores de forma separada. Assim, foram analisadas as respostas relativamente às figuras maternas e paternas dos rapazes e raparigas envolvidos na investigação de forma independente, tendo esta divisão sido realizada por, de acordo com Besser e Blatt (2007), se afigurarem como importantes as discrepâncias entre ambos os sexos no que concerne à formação da identidade e do papel que cada um dos pais desempenha.

Assim sendo, de acordo com os autores, além de se ter confirmado a hipótese de a representação da figura materna ser, de forma geral, conceptualmente mais elevada, verificou-se uma relação entre um nível de representação objectal superior no pai do sexo oposto relativamente ao pai do próprio sexo, e uma maior exibição de problemas de internalização ou de externalização, respectivamente no caso de sujeitos do sexo feminino ou masculino. Assim, as meninas que descrevem o seu pai de forma conceptualmente mais elevada do que descrevem a sua mãe tendem a exhibir mais problemas de internalização do que as outras meninas, da mesma forma como os rapazes que descrevem a sua mãe de forma conceptualmente mais evoluída do que o seu pai tendem a exhibir uma maior externalização de comportamentos desviantes do que os outros rapazes. De acordo com os autores, os problemas

internalizados nas raparigas e externalizados nos rapazes são função de uma perturbação ao nível da consolidação da sua identidade. Como se pode esperar, uma representação de nível conceptual mais elevado no progenitor do mesmo sexo reflecte uma identificação mais consolidada e, assim, um melhor funcionamento e ajustamento psicológico.

Traçando um paralelo com o que já foi dito anteriormente relativamente à formação de identidade, que tem lugar nos dois sexos de forma diferenciada, pela sua ênfase na autonomia para os rapazes e na vinculação para as raparigas (Blatt & Blass, 1990, 1996; Besser & Blatt, 2007), compreende-se o papel essencial que a separação da mãe tem nesta tarefa identitária, tanto no sexo masculino como no sexo feminino. Desta forma, pretende-se que os rapazes se separem das suas mães e se identifiquem aos seus pais, e que os consigam definir de forma mais integrada. Da mesma forma, pretende-se que as meninas consigam quebrar a relação de dependência com a mãe mas que ao mesmo tempo mantenham uma relação de identificação com a cuidadora, de forma a se manterem mais competentes e investidas na formação de relações íntimas, tarefa por excelência do sexo feminino (Besser & Blatt, 2007).

Neste sentido, alguns estudos mostram que as interacções entre os pais de crianças neuróticas são marcadas por grande hostilidade, e que as crianças neuróticas são predominantemente do sexo oposto ao pai do sexo dominante, isto é, a díade parental de rapazes neuróticos foi caracterizada por domínio maternal, ao passo que a díade parental de raparigas neuróticas foi caracterizada por dominância paternal (Schwarz & Zuroff, 1979). Isto poderá decorrer principalmente de um conflito identificatório: a criança ou se identifica com a figura parental do mesmo sexo que o seu, e que é não dominante, o que poderá dar na criança origem a problemas de auto-estima, ou se identifica com o pai dominante que é do sexo oposto, dando origem a um conflito na identidade sexual. Desta forma, torna-se visível o papel que o pai do sexo oposto tem enquanto figura de equilíbrio para a criança, uma vez que se tem de manter uma figura estável, aceitante e equilibrada para que a criança se possa identificar ao pai do seu sexo de forma adequada (Schwarz & Zuroff, 1979). Igualmente, também se torna patente a relação entre o conflito familiar e a vulnerabilidade à patologia daí decorrente, uma vez que a mesma investigação demonstrou que a inconsistência do amor dos pais pode tornar as crianças predispostas a algum tipo de patologia depressiva, sendo isto particularmente evidente entre a inconsistência de amor por parte da figura paterna e a vulnerabilidade nas filhas (Schwarz & Zuroff, 1979). Um estudo paralelo de Zemore e Rinholm (1989), por sua vez, demonstrou que no que concerne à figura materna, as suas manifestações de

superprotecção deixam as suas filhas vulneráveis à depressão, enquanto que esta vulnerabilidade nas crianças do sexo masculino está relacionada com a rejeição paterna. No entanto, como os autores afirmam, esta relação não foi estudada com outras perturbações neuróticas (Zemore & Rinholm, 1989).

3. Estudos sobre a depressão

Esta temática da depressão, que tem vindo a ser muito estudada enquanto constructo unitário (Campos, 1999, 2000, 2006; Coimbra de Matos, 2001, 2002), é uma das que mais tem sido investigada no que respeita aos seus antecedentes distais, muito em parte devido aos esforços de Sidney Blatt (1974, 1995, 2004; Blatt & Auerbach, 1983; Blatt et al., 1979). Este autor tem vindo a contribuir de sobremaneira para a compreensão do fenómeno depressivo, em toda a sua magnitude. De acordo com este autor, existem dois tipos de depressão, uma de tipo anaclítico e outra de tipo introjectivo. Estes dois tipos de depressão relacionam-se intimamente com as já referidas duas linhas desenvolvimentais (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Auerbach, 2001). Para este autor, a depressão anaclítica centra-se em temas de desamparo e dependência; a representação está a um nível sensório-motor e pré-operatório, com uma forte preocupação sobre acções físicas concretas e com a necessidade da manutenção de contacto sensorial, físico, directo, com o objecto de satisfação. Há frequentemente uma necessidade desesperada de negar a perda do objecto, e quando esta ocorre, há a procura imediata de um substituto que satisfaça o sujeito. Na depressão introjectiva, as representações estão principalmente num nível perceptual e icónico, e são fragmentadas, isoladas e ambivalentes. A tentativa de alcançar a perfeição e procurar sempre atingir metas muito “elevadas” é uma tentativa de ganhar amor e aprovação. A auto-crítica constante e a culpa são maneiras de manter contacto com os objectos críticos e punitivos através da identificação (Blatt et al., 1979).

4. Estudos sobre a relação entre representações de objecto e perturbações de personalidade

No que concerne especificamente a estudos sobre as perturbações de personalidade, Porcerelli, Cogan e Hibbard (1998), tentaram relacioná-las como estas foram operacionalizadas por Theodore Millon no seu instrumento *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II* (Millon, 1987) com o *Social Cognition and Object Relations Scale* (SCORS), uma prova de avaliação de representações de objecto construída a partir do Teste de Apercepção Temática (TAT). Neste sentido, os autores verificaram que os

aspectos afectivos das representações objectais, mas não os cognitivos, se correlacionavam sempre de forma negativa com as perturbações de personalidade avaliadas pelo instrumento de Millon. Assim, a complexidade da representação e a sua causalidade social, considerados elementos do cluster cognitivo da representação, não mostraram ter qualquer relação com os dez estilos de personalidade e com as três personalidades patológicas conceptualizadas por Millon, ao passo que o cluster afectivo composto pelos constructos de investimento emocional e de tónus afectivo se mostrou relacionado com as escalas do MCMI-II. No entanto, pelo facto de este estudo ter sido realizado apenas com 71 sujeitos inseridos num programa de psicoterapia para relações abusivas, incluindo tanto os sujeitos abusadores como os abusados, estes resultados não se impõem como passíveis de generalização, uma vez que reflectem de forma mais exacta a dinâmica que se gera em personalidades com uma componente agressiva, como é o caso das perturbações de personalidade Narcisista, Anti-Social, Sádica, Negativista e Paranóide (Porcerelli et al., 1998).

Apresenta-se ainda um estudo de Ouimette et al. (cit. por Blatt & Levy, 1998) que procurou relacionar as doze perturbações de personalidade do DSM-III-R com escalas de diferentes instrumentos que levassem em consideração a perspectiva do desenvolvimento da personalidade como ocorrendo ao longo de duas linhas desenvolvimentais fundamentais: a linha anaclítica, com um enfoque em questões de relacionamento, e a linha introjectiva, com uma centração em temáticas de auto-controlo, auto-definição e valor próprio (Blatt & Levy, 1998; Blatt, 1974, 1991, 1995; Blatt & Shichman, 1983a). Através da análise de dados recolhidos, os autores obtiveram resultados que apontaram para o agrupamento de onze dessas doze perturbações em duas configurações primárias associadas a disrupções no relacionamento interpessoal ou disrupções na auto-definição, auto-controlo e valor próprio. Desta forma, três perturbações de personalidade, nomeadamente a dependente, histriónica e borderline, correlacionavam-se unicamente com medidas de relação interpessoal, como por exemplo as escalas de dependência de alguns instrumentos utilizados. Paralelamente, diversas outras perturbações de personalidade, nomeadamente a paranóide, esquizóide, esquizotípica, anti-social, narcísica, evitante, obsessivo-compulsiva e masoquista, relacionavam-se apenas com medidas de auto-definição, como as escalas de alguns dos instrumentos utilizados referentes a auto-crítica e autonomia. Assim, estes resultados parecem indicar que «... as diversas perturbações de personalidade do DSM-III-R podem ser sistemática e parcimoniosamente integradas em termos das configurações anaclítica e introjectiva de psicopatologia (isto é, em termos de preocupação com disrupções primariamente

no relacionamento ou primariamente na auto-definição, auto-controlo e valor próprio)» (Blatt & Levy, 1998, pp. 97).

Desta forma, parece que três perturbações de personalidade, especificamente a histriónica, dependente e borderline, parecem estar relacionadas com questões de relacionamento interpessoal, apesar de esta relação ser diferente entre perturbações, e em níveis desenvolvimentais diferentes, como referem os autores. Da mesma forma, as já referidas oito perturbações de personalidade agrupadas em torno de preocupações com o estabelecimento, preservação e manutenção de um sentido de *self*, estarão relacionadas com estas preocupações em diferentes maneiras e níveis desenvolvimentais (Blatt & Levy, 1998). Assim, estes resultados sugerem que muitas das perturbações de personalidade listadas no Eixo II do DSM-III-R estão interrelacionadas, e que estas relações podem ser definidas em termos das duas dimensões primárias do desenvolvimento da personalidade previstas por Blatt, nomeadamente o relacionamento e a auto-definição (Blatt & Blass, 1996), assim como em termos das duas configurações primárias da psicopatologia – a linha anaclítica e a linha introjectiva (Blatt, 1974, 1991, 1995; Blatt & Shichman, 1983a, 1983b).

Voltando-nos ainda para Blatt (1974, 1991, 1995, 2004), e para os seus estudos na temática de depressão, pode-se por fim mencionar que este autor considera que as descrições parentais tanto de amostras clínicas como de amostras não clínicas podem ser avaliadas de forma fiável, e que o seu «... *conteúdo e aspectos estruturais* [das representações parentais] *se relacionam significativamente com a depressão*» (Blatt, 2004, pp. 219). De acordo com este autor, sujeitos depressivos tendem a representar as suas mães e pais como tendo sido na infância pouco cuidadosos, e como tendo apresentado um excesso de rejeição, criticismo e de punição (Blatt, 2004; Blatt et. al, 1979). Assim, é descrito por este autor que, comparativamente com sujeitos sem depressão, os sujeitos com depressão tendem a reportar mais experiências negativas com os seus pais (Blatt, 2004), numa análise retrospectiva das relações estabelecidas precocemente. Tanto Brewin et al. (1993) como Blatt (2004) assumem que existem algumas limitações na utilização de relatos retrospectivos. No entanto, tal como Brewin e colegas (1993, pp. 94, trad. livre) referem, «*parecem haver poucos motivos para pensar que a relação documentada entre experiências precoces adversas, que frequentemente envolvem tratamento disruptivo severo dos pais, e manifestações de psicopatologia na idade adulta, seja decorrente das distorções das percepções dos pacientes*».

Em síntese, apesar da existência de alguns estudos sobre a relação entre as experiências precoces e a exibição de psicopatologia na idade adulta, ainda há alguma escassez no que concerne a estudos que se dirijam às representações

mentais dos indivíduos. Só recentemente se começou a dar maior atenção à avaliação do sentido de *self* do indivíduo e ao seu reportório relacional, o que estimulou a utilização de provas projectivas de forma a aceder ao mundo mental representacional dos sujeitos. Esta resistência por parte dos profissionais prendia-se, e de certa forma ainda se prende, com as dúvidas sobre a exactidão das recordações de sujeitos seriamente perturbados das suas experiências. No entanto, alguns autores consideram que apesar das óbvias limitações inerentes às descrições dos sujeitos, existem algumas medidas que poderão aumentar a sua fiabilidade, como a utilização de outros informadores além do sujeito para confirmação de eventos passados (Brewin et al., 1993).

Parte 2:

Estudo Empírico

Esta parte do trabalho contém cinco capítulos.

No Capítulo IV apresentamos de forma enquadrada os objectivos e as hipóteses de investigação do presente trabalho.

No Capítulo V será descrita a metodologia de realização deste trabalho, com especial ênfase na amostra utilizada e nos instrumentos de medida aplicados para a realização desta investigação, sendo ainda descritos os procedimentos de recolha de dados e os procedimentos estatísticos efectuados.

No Capítulo VI apresentamos os resultados obtidos a partir da aplicação dos instrumentos descritos no capítulo anterior, assim como uma breve delineação de quais os dados estatísticos encontrados.

No Capítulo VII discutimos os resultados obtidos através do estudo correlacional dos instrumentos à luz da literatura existente. Serão também discutidas algumas das limitações inerentes ao presente trabalho.

Finalmente, no Capítulo VIII serão elaboradas algumas considerações finais, de um ponto de vista global, de forma a reflectir sobre as possíveis contribuições deste trabalho para a área de estudo em questão.

Capítulo IV: Objectivos e Hipóteses de Investigação

Como foi discutido nos capítulos anteriores, diferentes autores salientam que as relações precoces são de extrema importância para o desenvolvimento da personalidade das crianças, e que perturbações na vivência destas relações poderão dar origem a diferentes problemas psicológicos. A investigação nesta área será importante se puder contribuir para esclarecer de que forma e que tipo de disrupções nessas relações podem criar uma vulnerabilidade para o surgimento de psicopatologia, e como é que podem contribuir para que o desenvolvimento da personalidade seja perturbado.

As crianças tendem a internalizar as relações estabelecidas com os seus pais, e a construir esquemas mentais que lhes servirão de base para a compreensão de si mesmos e dos outros, assim como para o estabelecimento de relações interpessoais mais tarde, na adolescência e na idade adulta. Estas relações, ao se tornarem internalizadas, permitem que se construam representações mais ou menos estáveis, que funcionam então como modelos de regulação comportamental, facilitando a organização do *self* e a compreensão do mundo (Blatt et al., 1997; Blatt & Lerner, 1983ab; Levy et al., 1998; Blatt & Auerbach, 2001; Besser & Blatt, 2007; Ainsworth, 1969; Beebe & Lachmann, 1988). Sabendo-se então que as relações precoces e consequentes representações objectais contribuem para a forma como se estrutura a personalidade, e que perturbações relacionais podem provocar disrupções nos processos de identificação, individuação, diferenciação e maturação, afigura-se como essencial tentar compreender como se desenvolvem determinadas perturbações psicopatológicas.

Tendo em consideração que algumas perturbações terão características comuns entre si, mas que existirão também algumas diferenças entre perturbações, poderá ser relevante estudar a forma como estas poderão ser decorrentes de uma vivência relacional perturbada na infância com os cuidadores primários, o pai e a mãe. Desta forma, o objectivo deste estudo foi estudar a forma como se poderão relacionar diversas dimensões das representações das figuras parentais e das representações da relação com estas figuras com a presença de traços disfuncionais de personalidade tipicamente associados a diferentes perturbações de personalidade.

Como vimos anteriormente, existem diferentes modelos de compreensão da personalidade e da patologia. Se por um lado encontramos o modelo categorial do DSM, que tem em conta principalmente os aspectos observáveis ou manifestações comportamentais dos sujeitos com perturbações de personalidade, um modelo predominantemente ateórico (APA, 2002), existem outros modelos que consideramos

mais satisfatórios, como os modelos psicodinâmicos de compreensão da personalidade e da patologia, sendo o modelo de Sidney Blatt uma referência. Este modelo assume que existem duas linhas ao longo das quais um indivíduo se desenvolve, podendo ocorrer diversas disrupções em diferentes momentos da vida do indivíduo, numa ou em ambas as linhas desenvolvimentais (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt & Auerbach, 2001; Blatt & Levy, 1998). Decorrente da nossa reflexão sobre este tipo de perspectiva, faz-nos sentido estudar mais aprofundadamente algumas dimensões envolvidas na relação entre pais e filhos e a forma como as representações dessa relação e desses cuidadores poderão estar relacionadas com alguns traços desadaptativos de personalidade, em indivíduos adultos.

A teoria de Millon (1999, 2000), que emprega uma divisão entre três perturbações de personalidade graves e dez estilos de personalidade, embora muito interessante, parece insuficiente dada a pouca atenção atribuída à internalização do objecto enquanto aspecto significativo nas perturbações de personalidade e para a distinção das diferentes perturbações. Desta forma, pareceu-nos interessante tentar estudar se haverá alguma diferença no que concerne ao nível conceptual do objecto interno associado aos diferentes traços desadaptativos nas diferentes perturbações de personalidade, e verificar se isso está em concordância com a perspectiva dimensional proposta por Blatt e colegas (Blatt, 1974, 1995; Blatt & Shichman, 1983a; Blatt et al., 1997; Blatt & Levy, 1998). Assim sendo, tentar-se-á esclarecer essa questão da possibilidade de haver um nível conceptual do objecto diferente associado aos diferentes estilos de personalidade.

É de realçar que o presente estudo não será conduzido com uma amostra clínica, mas sim com sujeitos adultos, estudantes universitários. Assim, não serão estudados indivíduos com perturbações de personalidade diagnosticadas. Contudo, dada a continuidade entre estilo de personalidade e perturbação de personalidade postulada por diferentes autores, nomeadamente Millon, este tipo de estudo continua a ser pertinente. Relembre-se que Millon (1999, 2000, 2007) considera que existem semelhanças entre a forma como funcionam os indivíduos normais e as patologias que caracterizam as várias perturbações de personalidade, vendo os traços patológicos como exacerbações de traços ditos normais (Millon, 2000; Campos, 2001).

Utilizar-se-á uma tradução do *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II* (Millon, 1987) (ver Anexo A), que permite a avaliação, entre vários aspectos, de dez estilos de personalidade e de três tipos de personalidade patológica. Assim, serão consideradas neste estudo as seguintes treze escalas de personalidade: Esquizóide, Evitante, Dependente, Histriónica, Narcisista, Anti-Social, Sádica, Compulsiva, Negativista, Masoquista, Esquizotípica, Borderline e Paranóide (Millon, 1987).

Será também utilizada a adaptação portuguesa de Ramos et al. (2009) do *Parental Bonding Instrument* (Parker et al., 1979) (ver Anexo B), que permite avaliar a representação do sujeito da relação estabelecida com o seu pai e a sua mãe até aos seus 16 anos, nas dimensões de avaliação de *Cuidado* e de *Hiperprotecção*. Para a figura paterna encontramos as escalas de *Cuidado*, *Autonomia Instrumental* e *Negação de Autonomia Psicológica*, ao passo que para a figura materna encontramos as escalas de *Cuidado Contingente*, *Negação de Autonomia Psicológica*, *Autonomia Instrumental* e *Cuidado Negligente* (Ramos et al., 2009; Leal & Maroco, 2009).

Finalmente, faremos uso da prova de cariz projectivo *Object Relations Inventory* (Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992) (ver Anexo C), que permite avaliar as representações objectais dos sujeitos, sendo nesta investigação avaliadas as representações relativas às figuras parentais. Este procedimento permite avaliar o grau em que o sujeito caracteriza as figuras em termos de doze características qualitativas, como por exemplo o afecto, a ambição, o nível de envolvimento construtivo, a intelectualidade e a punição. É também possível avaliar o grau de ambivalência presente na descrição do sujeito. Por sua vez, estas doze características e a ambivalência são agrupadas em três factores: Factor I, Benevolência; Factor II, Punição; e Factor III, Ambição. O tamanho da descrição constitui-se como o Factor IV, e é também avaliada a representação das figuras do sujeito em termos de nível conceptual.

Através da análise dos dados obtidos, esperamos vir a confirmar algumas hipóteses. Em primeiro lugar, esperamos encontrar diferenças entre o sexo feminino e o sexo masculino, uma vez que as tarefas desenvolvimentais em ambos os sexos têm como base diferentes categorias fundamentais: a autonomia para o sexo masculino e a vinculação para o sexo feminino (Blatt & Blass, 1990, 1996; Besser & Blatt, 2007). Para tal, a análise dos dados será feita em separado para as sub-amostras do sexo feminino e do sexo masculino.

Em segundo lugar, esperamos vir a encontrar padrões específicos de correlações de acordo com o sexo dos sujeitos e o sexo das figuras parentais, uma vez que o papel assumido pelas figuras parentais na construção da personalidade dos sujeitos será diferente de acordo com o seu sexo. Espera-se, por exemplo, que a relação com a figura paterna, quando perturbada, esteja mais correlacionada com a exibição de traços desadaptativos de personalidade na sub-amostra do sexo masculino, sendo de esperar que tenha lugar a relação inversa para o sexo feminino, relacionando-se assim com perturbações na vivência com a figura materna (Besser & Blatt, 2007).

Em terceiro lugar, esperamos conseguir organizar sistematicamente os diferentes estilos de personalidade em termos do nível conceptual obtido pelos sujeitos na prova ORI. Assim, espera-se que os vários factores considerados na avaliação da representação do pai e da mãe dos sujeitos se associem de forma diferenciada aos diferentes tipos de traços típicos das perturbações de personalidade considerados para o presente estudo. Desta forma, espera-se que os sujeitos com traços de perturbações de personalidade que sejam conceptualmente mais primitivas, como previsto por Blatt e colegas (Blatt & Shichman, 1983a; Blatt et al., 1997; Blatt & Levy, 1998) nas suas propostas de existência de duas linhas desenvolvimentais, a anaclítica e a introjectiva, obtenham valores de nível conceptual das representações inferiores aos sujeitos que exibam traços de personalidade que os situem em pontos nodais mais avançados.

Finalmente, temos a expectativa de obter dados que nos indiquem a existência de padrões específicos de correlação entre os diferentes tipos de traços disfuncionais de personalidade e as diferentes dimensões das representações parentais, o que permitiria compreender a especificidade da natureza e organização da introjecção das figuras parentais.

Capítulo V: Metodologia

1. Participantes na investigação

Participou neste estudo uma amostra não clínica de 177 sujeitos, estudantes universitários da Universidade de Évora, por conveniência da autora. A sua participação foi voluntária. Cento e quatro sujeitos (58,8%) eram do sexo feminino e setenta e três (41,2%) do sexo masculino. As suas idades eram compreendidas entre os 18 e os 43 anos, com média de 22,66 (DP=4,054).

Da totalidade dos participantes, 171 (96,6%) eram de nacionalidade portuguesa, existindo na nossa amostra também um sujeito de nacionalidade brasileira, um de dupla nacionalidade (portuguesa e brasileira), um de nacionalidade espanhola, um de nacionalidade moçambicana, um de nacionalidade moldava e um de nacionalidade santomense, cada um a representar aproximadamente 0,57% da amostra.

Apesar de serem originários de cursos variados, a grande maioria dos participantes eram alunos de Psicologia (66,1%) e de Engenharia Informática (28,8%). Distribuíram-se desde o primeiro até ao quinto ano de curso, com a maior percentagem dos estudantes (33,9%) a frequentar o 3º ano.

Dos 177 participantes, onze (6,2%) perderam um dos pais até à data da sua participação nesta investigação. Desses onze sujeitos, dez (90,9%) perderam o seu pai, enquanto que um (9,1%) perdeu a sua mãe.

A maioria dos sujeitos é solteira (97,2%) mas mantém uma relação interpessoal íntima (62,7%). Na Tabela I apresentam-se as características demográficas da amostra em estudo.

2. Instrumentos de medida

Foi constituído um pacote de instrumentos utilizados em três investigações referentes a três dissertações de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade de Évora, de forma a facilitar a recolha de dados de um maior número de sujeitos. Cada participante respondeu a esse pacote de questionários constituído por nove provas diferentes, sendo que para a presente investigação foram utilizados apenas três desses instrumentos.

Para a avaliação das representações parentais utilizou-se o *Object Representations Inventory* (Blatt et al., 1992) e a adaptação portuguesa de Ramos et al. (2009) do *Parental Bonding Instrument* de Parker et al. (1979), para avaliar dimensões da relação precoce com ambos os pais. Finalmente, para a avaliação de

traços desadaptativos de personalidade foi utilizado o *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II* (Millon, 1987).

Tabela I: Características demográficas dos participantes na investigação

		N	%
Sexo	Feminino	104	58,8%
	Masculino	73	41,2%
Idade	18 – 22	114	64,41%
	23 – 27	52	29,39%
	28 – 32	4	2,25%
	33 – 37	3	1,70%
	38 – 43	4	2,25%
Curso	Arquitectura	2	1,1%
	Artes Visuais	1	0,6%
	E. F. Desporto	2	1,1%
	Enfermagem	1	0,6%
	E. Informática	51	28,8%
	Gestão	2	1,1%
	História	1	0,6%
	Psicologia	117	66,1%
Ano de Curso	1	4	2,3%
	2	51	28,8%
	3	60	33,9%
	4	41	23,2%
	5	13	7,3%
	Não respondeu	8	4,5%
Estado Civil	Solteiro	172	97,2%
	Casado	2	1,1%
	Divorciado	1	0,6%
	Viúvo	2	1,1%
Relação Íntima	Sim	111	62,7%
	Não	61	34,5%
Falecimento de pais	Sim	11	6,2%
	Não	166	93,8%
Quem faleceu	Pai	10	9,1%
	Mãe	1	90,9%

2.1 *Object Relations Inventory (ORI)*

Este instrumento de cariz projectivo permite avaliar as representações objectais relativamente ao pai ou à mãe mas também em relação a qualquer figura significativa, como o cônjuge, um filho, etc. (Blatt et al., 1992). Neste caso, dado o interesse em avaliar as representações parentais, e de acordo com o sugerido pelos autores, foram dadas a cada sujeito duas folhas, consecutivamente, com a instrução escrita no topo «*Descreva o seu pai*» e «*Descreva a sua mãe*», sendo dados 5 minutos para a execução de cada uma das tarefas. O que se pretendia, portanto, era obter as descrições espontâneas das figuras parentais que os sujeitos dariam perante a instrução.

Este procedimento permite avaliar o grau em que o sujeito descreve o seu pai e a sua mãe em termos de doze características, numa escala de 7 pontos. As características em questão são:

1. *Afectividade*: Se a figura descrita demonstra afecto abertamente ou sentimentos calorosos; demonstração e exposição activa de afecto. É importante diferenciar o facto de se demonstrar afecto do facto de se ser caloroso, já que se pode ser caloroso sem se mostrar necessariamente afecto de forma activa (1 = Pouco afecto; 7 = Muito afecto).

2. *Ambição*: Reflexo das aspirações do indivíduo em questão. A ambição é definida como um desejo ardente de alcançar um objectivo específico, exigindo ou pressionando-se a si mesmo e/ou aos outros (1 = Relativamente não-ambicioso e exigente; 7 = Muito ambicioso e exigente de si mesmo e/ou dos outros).

3. *Malevolente – Benevolente*: A malevolência relaciona-se com o facto de o indivíduo expressar má-vontade, desprezo ou raiva. A benevolência é definida como boa-vontade, uma inclinação ou disposição para fazer o bem. Pretende-se que seja uma medida global da visão do sujeito sobre a pessoa em questão e em relação ao seu efeito nos outros. Uma pessoa super-protectora e afectuosa não tem necessariamente de ser benevolente. Esta dimensão malevolente/benevolente deve ser vista como uma medida global da influência do outro como positiva ou negativa (1 = Malevolente; 7 = Benevolente).

4. *Frio – Caloroso*: Se é caloroso no que concerne aos outros; a capacidade de fazer com que os outros se sintam amados independentemente de como isso for comunicado. Frio refere-se à falta de sentimentos calorosos, sem emoções, impessoal (1 = Frio; 7 = Caloroso).

5. *Nível de Envolvimento Construtivo*: O extremo negativo da escala indica comportamentos distantes, reservados, ou então sobre-envolvimento, de forma a que as pessoas ou são ignoradas, ou inapropriadamente tratadas de forma intrusiva. O extremo positivo da escala indica envolvimento e interesse construtivo, mas com um respeito pela expressão da individualidade do outro (1 = Desinteresse ou envolvimento destrutivo; 7 = Envolvimento positivo e construtivo com encorajamento de autonomia e individualidade).

6. *Intelectualidade*: Avalia se o sujeito a ser descrito é dado ao estudo, à reflexão e à especulação, se tem um interesse em ideias, se usa criativamente o seu intelecto, se tem uma capacidade para pensamento racional e inteligente, mostrando apreço por complexidades e significados (1 = Não intelectual; 7 = Muito intelectual).

7. *Crítica*: Julgamento e crítica surgem como opostos de aceitação e tolerância; o facto de se ter padrões de exigência demasiadamente elevados; inflexibilidade no que concerne a estes padrões para que os outros sintam que não estão ao mesmo nível que o seu (1 = Não julga; 7 = Julga muito).

8. *Ideal Negativo – Positivo*: Baseia-se na crença de quem cota de se o sujeito se identifica e/ou gostava de ser como a pessoa que descreveu; o nível de admiração pelas qualidades que a pessoa tem (1 = Ideal negativo; 7 = Ideal positivo).

9. *Cuidado*: Se dá cuidado e atenção, como oposto de exigir dos outros ou de os explorar para seu proveito próprio. O cuidado pode ser descrito como o acto de dar sem esperar receber (1 = Pouco cuidado; 7 = Muito cuidado).

10. *Punição*: Avalia se o indivíduo descrito é física ou emocionalmente abusivo e se inflige sofrimento ou dor (1 = Não punitivo; 7 = Muito punitivo).

11. *Sucesso*: Visão do sujeito do sucesso da pessoa que descreve, em termos de aspirações pessoais. Ultrapassa os trâmites convencionais e profissionais de sucesso, como dinheiro ou poder. Deve envolver características de satisfação no papel que assume na sua vida. O sucesso deve ser a avaliação da impressão do sujeito da satisfação que o indivíduo que descreve tem na sua vida e nas suas conquistas (1 = Falhanço; 2 = Sucesso).

12. *Força (Fraco – Forte)*: Não se refere necessariamente a força física. Esta qualidade deve-se basear na eficácia e eficiência da pessoa, em oposição ao ser-se fraco e instável; se a pessoa é resistente e possui um sentido de *self* suficientemente estável para parecer uma figura consistente (1 = Muito fraco; 7 = Muito forte).

Além da avaliação da presença e do grau destas características na descrição do sujeito, faz também parte do procedimento a avaliação do grau de ambivalência da descrição numa escala de cinco pontos (1 = Não ambivalente; 2 = Um pouco

ambivalente; 3 = Moderadamente ambivalente; 4 = Marcadamente ambivalente; 5 = Extremamente ambivalente).

Também a fluência verbal é cotada, contabilizando-se o número de linhas que constam da descrição. Assim, esta avaliação poderá oscilar entre o nível 1, com descrições inferiores a 5 linhas, ou o nível 7, com descrições maiores de 19 linhas. É de referir que estudos demonstraram que há uma associação significativa entre o nível conceptual e o tamanho da descrição (Blatt et al., 1979; Marziali & Oleniuk, 1990).

Após a avaliação qualitativa da descrição, é feita a avaliação do nível conceptual envolvido na descrição do objecto. Apesar de Marziali e Oleniuk (1990) sugerirem uma adaptação do instrumento em questão para a alteração de cinco níveis conceptuais para nove, havendo então a multiplicação em dois de cada um dos níveis, exceptuando o nível 3, manter-nos-emos fiéis ao procedimento proposto por Blatt et al. (1992), uma vez que os autores já prevêm a existência de um nível intermédio entre cada um dos níveis conceptuais descritos, que são:

1. Sensório-motor / Pré-operatório: É atribuído o valor de 1 quando a pessoa é descrita primariamente pela sua referência à gratificação ou frustração que proporciona. Há uma ênfase na pessoa como alguém que causa ao sujeito dor ou prazer, fazendo-os sentir mal ou bem. O foco é pessoal e subjectivo e a pessoa é descrita basicamente nessa sua característica. Há pouca noção da existência da pessoa como uma entidade separada e independente. A descrição centra-se então no valor directo da pessoa para o sujeito, como no seguinte: *«Ela está ressentida comigo por coisas que eu fiz. Ela diz que me ama mas eu acho que não. Ela mentiu-me porque eu lhe menti a ela».*

3. Concreto / Perceptual: A pessoa já é descrita como uma entidade separada, mas esta descrição é feita primariamente em termos literais, em termos de atributos físicos. É uma descrição concreta, literal, global. A ênfase é muitas vezes sobre como a pessoa é, e sobre as suas características externas ou físicas, numa forma literal e concreta. Um valor de 3 seria dado, por exemplo, a uma descrição como a seguinte: *«Tem 1,50m, cabelo curto e castanho, e algumas rugas. Os óculos estão constantemente a escorregar do nariz dela. Geralmente usa vestidos e tem pés estranhos, não sei porquê mas acho-os estranhos».*

5. Icónico externo: Há um enfoque em partes da pessoa em termos da sua actividade, mas a actividade e as funções, em contraste ao nível 1, são unicamente da pessoa e não se relacionam com uma possível gratificação ou frustração do sujeito, havendo então a atribuição de um valor de 5. Há o reconhecimento da pessoa como uma entidade separada, e isto diz respeito às suas actividades e atribuições. Isto é

notório no seguinte exemplo: *«Ela é nova, atraente, calorosa e conversadora. Apoia-se muito no meu pai, mas não demasiado. A minha mãe tenta sempre acalmar as discussões, e age sempre animada. Gosta de ir tomar café com as amigas»*.

7. Icónico interno: Há a descrição de partes da pessoa mas em termos dos seus sentimentos, valores, pensamentos, em vez de aquilo que faz. A descrição é direccionada para dimensões internas. Importantemente, muitos adjectivos utilizados para descrever os outros são descrições comportamentais da pessoa, pontuando-se 5 e não 7. Se a pessoa for descrita como simpática, divertida, etc., isso reflecte a percepção do sujeito sobre o seu comportamento, e a isto corresponde um valor de 5. Por outro lado, o valor de 7 é reservado para descrições que envolvam o estado interno da pessoa de forma a que o leitor pode empatizar com a experiência da pessoa, tal como o sujeito o fez. A frase seguinte receberia um valor de 7: *«Ela é professora, é inteligente. Tem muito senso comum e preocupa-se seriamente sobre outras pessoas mas fica facilmente magoada. Tenta sempre ajudar as pessoas a ajudarem-se a si mesmas e tem muito orgulho na sua capacidade para o fazer»*.

9. Representação conceptual: A pessoa é descrita de forma integrada, de acordo com os níveis anteriores. A descrição total indica que existe um vasto leque de níveis nos quais a pessoa é compreendida e aceite, e há um apreço pelas suas dimensões internas e externas. Há uma linha temporal na qual há consideração pela mudança e pela variação da pessoa. Existe uma série de dimensões que são integradas e as aparentes contradições entre características aparentemente paradoxais são resolvidas. Assim, embora pareça haver alguma contradição entre algumas dimensões, essa contradição surge na forma de uma síntese complexa e integrada. Podem surgir elementos de todos os níveis anteriores, como uma descrição física, das suas actividades, mas tudo surge numa descrição integrada e coesa. Isto manifesta-se no seguinte: *«Inteligente, incisiva, uma pensadora independente que expressa as suas opiniões. É uma estranha combinação entre uma emocionalidade considerável e intelecto considerável. Fica desapontada por nunca ter tido uma carreira mas chegou a um ponto na sua vida em que está satisfeita sem isso»*.

Quando uma descrição tem elementos substanciais de vários níveis diferentes, então dever-se-á atribuir o valor mais elevado. Por exemplo, se uma descrição for predominantemente a um nível icónico interno, de valor 7, deve-se dar essa mesma pontuação não obstante a presença de elementos hierarquicamente inferiores, como é o caso de elementos referentes ao aspecto físico da pessoa em questão. É de realçar também que os valores par (2, 4, 6 e 8) que se localizam entre cada um dos níveis desenvolvimentais podem ser utilizados quando for necessário notar que, embora a

descrição do sujeito não esteja ainda num dado nível, é não obstante mais avançada do que o nível anterior.

Através da Análise das Componentes Principais seguida de uma rotação Varimax realizada às várias componentes de avaliação desta prova, os autores verificaram que se podiam considerar quatro factores, que explicam 71% da variância total. O primeiro factor é constituído por oito das características qualitativas em que se avalia a descrição do sujeito: 1. *Afectividade*, 3. *Malevolente – Benevolente*, 4. *Frio – Caloroso*, 5. *Nível de Envolvimento Construtivo*, 8. *Ideal Negativo – Positivo*, 9. *Cuidado*, 11. *Sucesso*, e 12. *Força (Fraco – Forte)*. Este factor diz respeito a aspectos dos papéis parentais tipicamente avaliados como positivos, tendo-se dado a este factor o nome de *Benevolência*. O segundo factor diz respeito a características tipicamente associadas como negativas nas relações parentais, incluindo os itens 7. *Crítica*, 10. *Punição* e ainda o nível de ambivalência da descrição, tendo assumido este factor a denominação de *Punição*. O terceiro factor faz menção às características de 2. *Ambição* e 6. *Intelectualidade*, tendo sido atribuído a este factor o nome de *Ambição*. O tamanho da descrição é considerado o Factor IV.

As dúvidas relativas à cotação foram esclarecidas com o orientador, tendo sido os protocolos codificados na totalidade pela mestranda.

2.2 Parental Bonding Instrument (PBI)

Este instrumento foi desenvolvido por Parker et al. (1979) e foi adaptado para a população portuguesa por Ramos et al. (2009; Leal & Maroco, 2009), estando no seu original organizado de acordo com duas dimensões de avaliação do conceito de *Ligação (Bonding)*, sendo estas: o *Cuidar*, que tem a ver com as expressões de afecto, calor emocional e proximidade ou, pelo contrário, de frieza emocional, indiferença e negligência; e a *Hiper-Protecção*, que tem a ver com a percepção de controlo, hiperprotecção, intrusão, proximidade excessiva e reforço dos comportamentos de dependência ou, em contrapartida, com atitudes e comportamentos que incentivam a independência e autonomia.

O instrumento original é constituído por duas versões, uma para a mãe e outra para o pai, que são constituídas por 25 itens a serem respondidos numa escala de Likert de 4 pontos, de 0 – *Discordo totalmente* a 3 – *Concordo totalmente*. No entanto, após o estudo realizado pelos autores da adaptação portuguesa, alguns itens foram retirados e as duas versões passaram a ser constituídas respectivamente por 21 e 24 itens. Face à não confirmação da estrutura factorial proposta pelo autor da escala original, procedeu-se à análise da estrutura dos itens do *Parental Bonding Instrument*

através da Análise das Componentes Principais seguida de uma rotação Varimax realizada separadamente para a versão materna e paterna do instrumento.

Os quatro factores encontrados para a sub-escala relativa à percepção da ligação estabelecida com a figura materna explicam 59% da variância total, ao invés das duas dimensões definidas na escala original, as quais foram designadas pelos autores da forma portuguesa de: *Cuidar Contingente*, *Negação da Autonomia Psicológica*, *Autonomia Instrumental* e *Cuidar Negligente*. No mesmo sentido, os três factores encontrados após a análise factorial exploratória para a versão relativa à percepção da ligação estabelecida com a figura paterna explicam 55% da variância original, ao invés das duas dimensões definidas na escala original, as quais foram designadas pelos autores de: *Cuidar*, *Autonomia Instrumental* e *Negação da Autonomia Psicológica*. Os índices de consistência interna estimados pelo alfa de Cronbach apresentam valores considerados bons para qualquer uma das sete escalas da adaptação portuguesa, todas com valores superiores a 0,72 (Leal & Maroco, 2009).

Após obter os resultados de um dado sujeito para cada escala em ambas as versões, procede-se à avaliação do estilo de ligação dominante a cada uma das figuras parentais, com a consideração da relação entre pais e filhos como sendo ou não pautada por Negação de Autonomia Psicológica, onde há uma tentativa de impedir os filhos de se crescerem e diferenciarem dos pais. Também há a consideração da existência de Autonomia Instrumental, onde os pais dão aos seus filhos a possibilidade de tomarem as suas decisões. Na escala de Cuidado, na versão paterna, é considerado o valor obtido na escala como representativo do cuidar prestado aos filhos pelo pai, sendo que no entanto na versão materna encontramos a divisão desta escala em duas, em Cuidado Contingente e Cuidado Negligente, de acordo com as posturas possíveis das mães em relação aos seus filhos numa lógica de afecto (Leal & Maroco, 2009).

2.3 Millon Clinical Multiaxial Inventory – II (MCMI-II)

O Inventário Multiaxial Clínico de Millon II (Millon, 1987) surgiu como uma revisão da versão original, com um reforço das suas características psicométricas e da sua utilidade enquanto inventário clínico de avaliação. Além disso, o facto de estar construído de uma forma que se harmoniza com as perturbações incluídas no DSM-III e no DSM-III-R, principalmente as perturbações do Eixo II, faz com que a sua utilidade seja ampla.

Apesar de ser um instrumento que não foi construído para ser utilizado com a população não-clínica, uma vez que as suas normas são baseadas em amostras

clínicas, vários autores têm utilizado o dito instrumento em investigações, aplicando-o a sujeitos de amostras clínicas e não-clínicas, como por exemplo Campos (2006). Sendo assim, parece-nos adequado a sua utilização na presente investigação.

Os resultados de cada indivíduo serão utilizados para se avaliar o grau em que estão presentes as características associadas às diferentes perturbações da personalidade, numa lógica dimensional de avaliação dos traços de personalidade subjacente ao modelo de Theodore Millon, como foi descrito no capítulo de revisão de literatura. Este instrumento permite a avaliação de vários estilos de personalidade, fazendo também três propostas de personalidade patológica e de síndromas clínicas. Assim, o autor organiza o seu inventário nas seguintes escalas:

1. Esquizóide
2. Evitante
3. Dependente
4. Histriónica
5. Narcisista
- 6A. Anti-social
- 6B. Sádica
7. Compulsiva
- 8A. Negativista
- 8B. Masoquista
- S. Esquizotípica
- C. Borderline
- P. Paranóide
- A. Ansiedade
- H. Somatoforme
- N. Bipolar: Maníaco
- D. Distímia
- B. Dependência de álcool
- T. Dependência de drogas
- SS. Perturbação do pensamento
- CC. Depressão major
- PP. Perturbação delirante
- Y. Desejabilidade
- Z. Vergonha
- V. Validade

Desta forma, apesar de o questionário permitir esta vasta avaliação do sujeito em tantos constructos, este estudo irá apenas considerar os resultados das dez escalas de padrões de personalidade e as três personalidades patológicas acima referidas, fazendo também uso da escala V de forma a descartar protocolos eventualmente inválidos.

3. Procedimentos e cuidados éticos

A aplicação dos questionários foi feita em contexto de sala de aula, em grupos que variaram aproximadamente entre os 15 e os 40 elementos, tendo sido também feita uma aplicação numa residência universitária, a um grupo de 10 elementos. Salvaguardou-se aos participantes o carácter anónimo e confidencial das suas respostas, assim como o carácter voluntário da sua participação. Procedeu-se em qualquer um dos casos a uma descrição genérica das instruções do protocolo, tendo-se cronometrado o tempo de aplicação da primeira prova, o *Object Representations Inventory* (Blatt et al., 1992), em virtude de o manual prever apenas a atribuição de 5 minutos para cada descrição. O tempo de resposta ao pacote na sua totalidade oscilou aproximadamente entre os 40 e os 115 minutos.

4. Metodologias de análise dos dados recolhidos

Os dados recolhidos foram tratados utilizando o software de tratamento de dados *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) (versão 17.0 para Windows). Este programa permitiu calcular os valores de correlação entre as dimensões avaliadas, verificando assim quais as relações estabelecidas entre as variáveis estudadas.

Capítulo VI: Resultados

Neste capítulo apresentam-se duas secções: uma primeira em que se descrevem os valores médios obtidos pelos sujeitos nos diferentes instrumentos utilizados, e uma segunda onde se apresentam as correlações entre as variáveis relativas às características de personalidade e as variáveis relativas aos relatos da infância com as figuras significativas. De forma a verificar a existência de diferenças entre o sexo feminino e o sexo masculino, compararam-se os dois grupos relativamente às variáveis independentes e à variável dependente e calcularam-se as correlações respectivas para o sexo feminino e o sexo masculino.

1. Estatística descritiva

Na tabela II apresentam-se as médias e desvio-padrão das treze escalas do *Millon Clinical Multiaxial Inventory – II* em estudo.

Tabela II: Média e desvio-padrão das treze escalas do MCMI-II das sub-amostras de sujeitos do sexo feminino e de sexo masculino e da amostra total

	Amostra Total (n=177)		Sexo Feminino (n=109)		Sexo Masculino (n=78)		T de Student	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	t =	p =
Esquizóide	18,14	7,11	17,49	6,50	19,05	7,85	1,446	0,150
Evitante	17,23	11,94	16,62	9,89	18,11	14,40	0,768	0,444
Dependente	25,02	7,08	24,00	6,48	26,48	7,67	2,322	0,021
Histriónico	28,52	9,19	27,83	9,13	29,51	9,24	1,199	0,232
Narcisista	35,72	10,15	34,70	9,33	37,19	11,12	1,565	0,120
Anti-Social	27,24	9,84	25,82	9,16	29,26	10,47	2,320	0,022
Sádico	29,95	10,55	28,50	9,99	32,03	11,05	2,213	0,028
Compulsivo	37,21	7,52	36,63	7,44	38,04	7,62	1,226	0,222
Negativista	24,23	12,27	24,63	11,98	23,66	12,74	0,515	0,607
Masoquista	13,50	10,29	12,98	9,35	14,23	11,53	0,796	0,427
Esquizotípico	15,79	10,96	15,03	9,05	16,88	13,21	1,037	0,302
Borderline	21,23	14,60	21,52	14,12	20,81	15,35	0,318	0,751
Paranóide	25,50	11,54	23,18	10,88	28,81	11,72	3,279	0,001

Como se pode observar nas escalas Dependente, Anti-Social, Sádica e Paranóide, existem algumas diferenças significativas entre sexos, com o sexo

masculino a exibir um valor médio mais elevado em todas as escalas consideradas, com a exceção da escala Negativista. É de realçar a escala Paranóide, que apresenta a diferença de valores mais significativa entre o sexo feminino e o sexo masculino.

Na tabela III apresentam-se as médias e desvio-padrão das escalas do *Parental Bonding Instrument*, variável relativa à infância.

Tabela III: Média e desvio-padrão das escalas para o Pai e para a Mãe do PBI das sub-amostras de sujeitos do sexo feminino e de sexo masculino e da amostra total

	Amostra Total		Sexo Feminino		Sexo Masculino		T de Student	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	t =	p =
Pai: Cuidado	17,17 (n=171)	2,91	17,18 (n=101)	3,10	17,16 (n=70)	2,63	0,051	0,959
Pai: Autonomia Instrumental	5,76 (n=171)	3,44	6,35 (n=101)	3,64	4,92 (n=70)	2,94	2,723	0,007
Pai: Negação de Autonomia Psicológica	4,99 (n=171)	4,06	5,17 (n=101)	4,27	4,73 (n=70)	3,77	0,699	0,486
Mãe: Cuidado Contingente	11,99 (n=175)	5,02	10,77 (n=102)	5,22	13,68 (n=73)	4,20	4,082	0,000
Mãe: Negação de Autonomia Psicológica	5,63 (n=175)	3,30	6,15 (n=102)	3,25	4,90 (n=73)	3,26	2,508	0,013
Mãe: Autonomia Instrumental	9,58 (n=175)	2,83	9,17 (n=102)	2,69	10,15 (n=73)	2,94	2,264	0,025
Mãe: Cuidado Negligente	10,81 (n=175)	3,75	10,05 (n=102)	3,81	11,88 (n=73)	3,41	3,283	0,001

Mais uma vez é possível dar conta de diferenças significativas em algumas das escalas, nomeadamente a escala de Autonomia Instrumental na relação paterna, e todas as escalas da relação materna. É de destacar a significativa diferença existente entre rapazes e raparigas no que concerne às escalas maternas de Cuidado Contingente e Cuidado Negligente, com os sujeitos do sexo masculino a apresentarem um valor médio mais elevado nas duas escalas.

Na tabela IV apresentam-se as médias e desvio-padrão dos factores do *Object Representation Inventory*, variável relativa à infância.

Tabela IV: Média e desvio-padrão dos quatro factores e do nível conceptual do ORI para a Mãe e para o Pai, das sub-amostras de sujeitos do sexo feminino e de sexo masculino e da amostra total

	Amostra Total		Sexo Feminino		Sexo Masculino		T de Student	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	t =	p =
ORI Mãe Factor I	5,41 (n=148)	0,87	5,45 (n=92)	0,94	5,33 (n=55)	0,75	0,803	0,423
ORI Mãe Factor II	2,73 (n=73)	1,10	2,70 (n=50)	1,14	2,81 (n=23)	1,03	0,400	0,690
ORI Mãe Factor III	4,54 (n=74)	0,96	4,62 (n=46)	0,83	4,36 (n=29)	1,14	1,145	0,256
ORI Mãe Factor IV	2,50 (n=170)	1,30	2,92 (n=101)	1,31	1,88 (n=69)	1,02	5,526	0,000
ORI Mãe Nível Conceptual	5,50 (n=170)	1,63	5,79 (n=101)	1,55	5,13 (n=69)	1,69	2,604	0,010
ORI Pai Factor I	4,57 (n=139)	1,37	4,64 (n=89)	1,42	4,46 (n=49)	1,28	0,737	0,463
ORI Pai Factor II	3,43 (n=67)	1,03	3,35 (n=40)	1,10	3,55 (n=27)	0,91	0,800	0,427
ORI Pai Factor III	4,91 (n=89)	1,05	4,90 (n=46)	1,06	4,92 (n=43)	1,05	0,073	0,942
ORI Pai Factor IV	2,39 (n=160)	1,29	2,80 (n=95)	1,30	1,77 (n=65)	0,99	5,764	0,000
ORI Pai Nível Conceptual	5,50 (n=160)	1,37	5,74 (n=95)	1,51	5,15 (n=65)	1,06	2,864	0,005

Os resultados nos factores e no nível conceptual são semelhantes em ambos os sexos, havendo diferenças significativas apenas no que concerne ao tamanho da descrição e ao nível conceptual de ambos os pais. Contudo, tal como previsto, o nível conceptual das descrições dos participantes é ligeiramente mais elevados no que diz respeito ao progenitor do mesmo sexo. Isto faz com que as participantes do sexo feminino obtenham em média um valor de nível conceptual ligeiramente mais elevado na descrição das suas mães do que dos seus pais, ao passo que os participantes do sexo masculino obtêm em média um valor de nível conceptual ligeiramente mais elevado na descrição dos seus pais do que das suas mães. No entanto, a média do nível conceptual das raparigas no que diz respeito aos seus pais apresenta sempre um valor mais elevado do que os rapazes.

2. Análise de correlações

Perante a escassez de estudos que tenham em consideração o sexo dos sujeitos no que diz respeito a investigações sobre representações parentais, a análise das correlações entre as diferentes provas foi efectuada separadamente por sexo. Apresentam-se seguidamente as correlações entre as escalas do nosso estudo: treze escalas do MCMI-II de perturbações de personalidade, sete escalas que compõem a prova relativa às representações das relações na infância, e cinco escalas referentes à representação dos pais dos sujeitos.

2.1 Análise de correlações entre as escalas do *Millon Clinical Multiaxial Inventory – II* e as escalas do *Parental Bonding Instrument*

Na tabela V apresentam-se os valores de correlação entre as treze escalas do MCMI-II e as escalas da forma pai e mãe, para os participantes do sexo feminino.

Tabela V: Valores de correlação entre as escalas do MCMI-II e as escalas da forma pai e da forma mãe do PBI dos participantes do sexo feminino

	Pai: Cuidado	Pai: Autonomia Instru- mental	Pai: Negação de Autonomia Psicológica	Mãe: Cuidado Contin- gente	Mãe: Negação de Autonomia Psicológica	Mãe: Autonomia Instru- mental	Mãe: Cuidar Negli- gente
Esquizóide	0,060	0,089	-0,069	0,178	0,102	-0,132	0,78
Evitante	0,178	0,134	0,057	0,147	0,163	-0,275**	0,009
Dependente	0,109	0,013	0,045	0,228*	0,065	-0,186	0,142
Histriónico	0,116	0,036	0,153	-0,020	0,178	-0,022	-0,072
Narcisista	0,192	0,079	0,018	-0,035	0,137	-0,069	-0,128
Anti-Social	0,145	0,127	0,055	-0,006	0,205*	-0,153	-0,097
Sádico	0,088	0,019	-0,100	0,002	0,133	-0,047	-0,119
Compulsivo	0,080	-0,003	-0,177	0,270**	-0,174	-0,063	0,118
Negativista	0,167	0,136	0,119	0,012	0,320**	-0,234*	-0,114
Masoquista	0,082	0,191	0,134	0,160	0,199*	-0,233*	0,025
Esquizotípico	0,121	0,150	0,054	0,145	0,198*	-0,241*	0,001
Borderline	0,174	0,173	0,182	0,150	0,306**	-0,236*	0,012
Paranóide	0,212*	0,135	-0,039	0,134	0,132	-0,211*	-0,043

Nota: O número de casos válidos variou entre 101 e 102

** . A correlação é significativa para $p < 0.01$

* . A correlação é significativa para $p < 0.05$

Obtiveram-se correlações significativas entre algumas das escalas do MCMI-II e algumas das escalas do PBI no que diz respeito às participantes do sexo feminino, quase exclusivamente no que diz respeito à relação com a figura materna. O maior número de correlações significativas é entre algumas escalas do MCMI-II e as escalas de Negação de Autonomia Psicológica e de Autonomia Instrumental do PBI, verificando-se então que a dimensão da autonomia relativamente à figura materna se revela como muito importante para a compreensão das características disfuncionais de personalidade no sexo feminino. Destacam-se principalmente as escalas Negativista, Masoquista, Esquizotípica, Borderline e Paranóide.

Na tabela VI apresentam-se os valores de correlação entre as treze escalas do MCMI-II e as escalas da forma pai e da forma mãe para os participantes do sexo masculino.

Tabela VI: Valores de correlação entre as escalas do MCMI-II e as escalas da forma pai e da forma mãe do PBI dos participantes do sexo masculino

	Pai: Cuidado	Pai: Autonomia Instrumental	Pai: Negação de Autonomia Psicológica	Mãe: Cuidado Contingente	Mãe: Negação de Autonomia Psicológica	Mãe: Autonomia Instrumental	Mãe: Cuidar Negligente
Esquizóide	0,021	0,091	0,183	0,173	0,120	-0,189	0,065
Evitante	-0,029	0,155	0,279*	0,085	0,133	-0,336**	-0,059
Dependente	-0,053	-0,011	0,011	0,181	0,013	-0,092	0,093
Histriónico	0,027	0,114	0,129	0,039	0,065	-0,024	0,062
Narcisista	0,066	0,138	0,235	0,055	0,115	-0,051	0,070
Anti-Social	0,053	0,074	0,188	0,078	0,115	-0,081	0,079
Sádico	-0,072	0,068	0,174	0,051	0,068	-0,005	0,102
Compulsivo	-0,088	-0,103	-0,065	0,232**	-0,195	0,131	0,199
Negativista	-0,068	0,224	0,394**	0,003	0,312**	-0,252*	-0,090
Masoquista	-0,058	0,137	0,291*	0,023	0,171	-0,308**	-0,098
Esquizotípico	-0,023	0,165	0,333**	0,070	0,185	-0,300**	-0,060
Borderline	-0,062	0,198	0,325**	0,040	0,219	-0,268*	-0,047
Paranóide	0,017	0,100	0,294*	0,166	0,127	-0,155	0,119

Nota: O número de casos válidos variou entre 101 e 102

** . A correlação é significativa para $p < 0.01$

* . A correlação é significativa para $p < 0.05$

No que concerne aos sujeitos do sexo masculino, as características da relação com ambas as figuras parentais surge como associada a diversos tipos de traços desadaptativos de personalidade, sendo mais uma vez as escalas relacionadas com a

temática da autonomia as de destaque, tanto na relação com a figura materna como com a figura paterna. Desta forma, a autonomia instrumental sentida na relação com a figura materna e a autonomia psicológica sentida na relação com a figura paterna são factores de relevo. Destacam-se as escalas Evitante, Negativista, Masoquista, Esquizotípica e Borderline.

2.2 Análise de correlações entre as escalas do *Millon Clinical Multiaxial Inventory – II* os quatro factores e o nível conceptual do ORI para a Mãe

Na tabela VII apresentam-se os valores de correlação entre as treze escalas do MCMI-II e os factores e o nível conceptual da figura materna no ORI dos participantes do sexo feminino.

Tabela VII: Valores de correlação entre as escalas do MCMI-II e os quatro factores e o nível conceptual do ORI para a descrição da mãe dos participantes do sexo feminino

	Factor I (n=92)	Factor II (n=50)	Factor III (n=46)	Factor IV (n=101)	Nível conceptual (n=101)
Esquizóide	-0,256*	0,248	-0,161	-0,080	0,028
Evitante	-0,289**	0,306*	-0,143	-0,137	0,048
Dependente	0,008	0,068	-0,097	-0,025	-0,099
Histriónico	0,085	0,043	0,180	0,185	-0,118
Narcisista	-0,084	0,153	0,187	0,121	-0,156
Anti-Social	-0,192	0,185	-0,022	0,008	-0,049
Sádico	-0,232*	0,161	-0,83	-0,050	-0,067
Compulsivo	-0,127	0,028	-0,288	-0,032	-0,059
Negativista	-0,248*	0,276	-0,065	-0,134	-0,121
Masoquista	-0,147	0,170	-0,049	-0,185	-0,106
Esquizotípico	-0,255*	0,251	-0,166	-0,193	0,026
Borderline	-0,140	0,222	-0,093	-0,174	-0,087
Paranóide	-0,279**	0,255	-0,142	-0,110	-0,069

Nota: O número de casos válidos variou entre 46 e 101

** A correlação é significativa para $p < 0.01$

* A correlação é significativa para $p < 0.05$

No que concerne às correlações entre o MCMI-II e o ORI para a figura materna, na sub-amostra de raparigas, as correlações significativas são principalmente ao nível do Factor I, Benevolência. Não se observam correlações significativas entre as

escalas do MCMI-II e os factores III e IV, assim como com o nível conceptual da descrição da figura materna. A ausência de Benevolência parece estar especialmente correlacionada com alguns traços desadaptativos de personalidade, como aqueles considerados nas escalas Esquizóide, Evitante, Sádica, Negativista, Esquizotípica e Paranóide, sendo de destacar as escalas Evitante e Paranóide.

É de referir que alguns valores de correlação, apesar de elevados, não são considerados significativos, em particular no que concerne ao Factor II. Isto deve-se à oscilação do número de casos válidos nos diferentes factores, não se podendo então assumir a significância dos valores obtidos por tão reduzido número de casos.

Na tabela VIII apresentam-se os valores de correlação entre as treze escalas do MCMI-II e os factores e o nível conceptual da figura materna no ORI dos participantes do sexo masculino.

Tabela VIII: Valores de correlação entre as escalas do MCMI-II e os quatro factores e o nível conceptual do ORI para a descrição da mãe dos participantes do sexo masculino

	Factor I (n=55)	Factor II (n=23)	Factor III (n=29)	Factor IV (n=69)	Nível conceptual (n=69)
Esquizóide	-0,187	0,117	-0,165	-0,086	-0,120
Evitante	-0,271*	0,272	-0,230	-0,051	-0,141
Dependente	0,016	-0,115	0,005	0,133	0,083
Histriónico	0,073	0,205	-0,070	0,294*	0,018
Narcisista	0,121	0,202	-0,052	0,280*	-0,071
Anti-social	0,092	0,062	-0,036	0,234	-0,080
Sádico	0,104	0,191	-0,029	0,162	-0,144
Compulsivo	0,264	-0,159	0,082	0,004	-0,092
Negativista	-0,195	0,315	-0,162	0,125	-0,144
Masoquista	-0,275*	0,319	-0,282	-0,029	-0,050
Esquizotípico	-0,273*	0,255	-0,196	-0,086	-0,124
Borderline	-0,228	0,246	-0,169	0,002	-0,165
Paranáide	0,064	0,184	-0,118	0,151	-0,177

Nota: O número de casos válidos variou entre 23 e 69

** . A correlação é significativa para $p < 0.01$

* . A correlação é significativa para $p < 0.05$

No que concerne ao sexo masculino, apesar de se verificarem poucas correlações significativas, surge mais uma vez o factor Benevolência como o factor mais correlacionado com os traços desadaptativos de personalidade, sempre de forma

negativa. Pode não ser alheio a isto o facto de o Factor I ser aquele que explica maior percentagem da variância nesta prova. Surge ainda o tamanho da descrição como correlacionado com algumas escalas do MCMI-II. O que se verifica é uma relação entre o factor Benevolência e traços de personalidade Evitante, Masoquista e Esquizotípica, e entre o tamanho da descrição e as escalas Histriónica e Narcisista.

Mais uma vez, surgem valores de correlação que, apesar de elevados, não são considerados significativos pelos motivos acima indicados, principalmente no Factor II.

2.3 Análise de correlações entre as escalas do *Millon Clinical Multiaxial Inventory – II* os quatro factores e o nível conceptual do ORI para o Pai

Na tabela IX apresentam-se os valores de correlação entre as treze escalas do MCMI-II e os factores e o nível conceptual da figura paterna no ORI dos participantes do sexo feminino.

Tabela IX: Valores de correlação entre as escalas do MCMI-II e os quatro factores e o nível conceptual do ORI para a descrição do pai dos participantes do sexo feminino

	Factor I (n=89)	Factor II (n=40)	Factor III (n=46)	Factor IV (n=95)	Nível conceptual (n=95)
Esquizóide	-0,310**	0,311	0,098	-0,133	0,057
Evitante	-0,189	0,393*	-0,011	-0,135	-0,058
Dependente	0,025	0,282	0,211	-0,104	-0,208*
Histriónico	-0,023	0,238	0,159	0,103	-0,157
Narcisista	-0,246*	0,314*	0,029	0,045	-0,029
Anti-social	-0,206	0,320*	-0,035	-0,057	-0,045
Sádico	-0,209*	0,197	-0,041	-0,057	0,016
Compulsivo	-0,179	0,111	-0,105	-0,046	-0,010
Negativista	-0,202	0,345*	0,047	-0,160	-0,164
Masoquista	-0,157	0,415**	0,048	-0,174	-0,219*
Esquizotípico	-0,271**	0,380*	0,014	-0,207*	-0,065
Borderline	-0,187	0,421**	-0,020	-0,167	-0,145
Paranóide	-0,349**	0,358*	-0,051	-0,145	0,013

Nota: O número de casos válidos variou entre 40 e 95

** A correlação é significativa para $p < 0.01$

* A correlação é significativa para $p < 0.05$

Considerando a sub-amostra de raparigas, são sobretudo o Factor I, Benevolência, e o Factor II, Punitivo, os que mais se correlacionam com as características desadaptativas de personalidade. Relativamente ao Factor IV e ao nível conceptual, apenas uma e duas correlações respectivamente são significativas.

Na tabela X apresentam-se os valores de correlação entre as treze escalas do MCMI-II e os factores e o nível conceptual da figura paterna no ORI dos participantes do sexo masculino.

Tabela X: Valores de correlação entre as escalas do MCMI-II e os quatro factores e o nível conceptual do ORI para a descrição do pai dos participantes do sexo masculino

	Factor I (n=49)	Factor II (n=27)	Factor III (n=43)	Factor IV (n=65)	Nível conceptual (n=65)
Esquizóide	-0,123	-0,037	-0,231	-0,128	0,034
Evitante	-0,133	0,120	-0,204	-0,040	0,146
Dependente	-0,054	0,082	0,061	0,008	0,154
Histriónico	-0,108	0,346	0,106	0,282*	-0,028
Narcisista	-0,125	0,176	-0,055	0,307*	-0,177
Anti-social	-0,335*	0,302	-0,157	0,244*	-0,106
Sádico	-0,036	0,139	-0,075	0,139	-0,122
Compulsivo	0,196	-0,299	0,022	-0,129	-0,105
Negativista	-0,360*	0,470*	-0,099	0,098	0,053
Masoquista	-0,181	0,266	-0,092	-0,030	0,217
Esquizotípico	-0,165	0,158	-0,220	-0,104	0,143
Borderline	-0,314*	0,376	-0,138	-0,028	0,079
Paranóide	-0,041	0,064	-0,157	0,156	-0,101

Nota: O número de casos válidos variou entre 27 e 65.

** A correlação é significativa para $p < 0.01$

* A correlação é significativa para $p < 0.05$

Finalmente, ao considerar especificamente os participantes do sexo masculino na relação com a sua figura paterna, observa-se que mais uma vez existem poucas correlações significativas com as escalas referentes a traços desadaptativos de personalidade. Além disso, estas centram-se principalmente entre algumas escalas do MCMI-II e o Factor I e o Factor IV do ORI, que representam respectivamente a benevolência sentida na figura parental e o tamanho da descrição dessa mesma figura. São de destacar as escalas de personalidade Histriónica, Narcisista, Anti-Social, Negativista e Borderline.

Novamente, surgem valores de correlação que, apesar de elevados, não são considerados significativos, pelo reduzido número de casos válidos. Isto ocorre principalmente no que diz respeito ao Factor II e ao Factor III, respectivamente a punição que se sente partir da figura paterna e a ambição que se pensa poder atribuir a essa mesma figura. Assim, ficou impedida a assumpção de significância de alguns resultados.

Capítulo VII: Discussão dos resultados

A discussão dos resultados será dividida em duas partes: em primeiro lugar, será apresentada uma análise sobre a importância da representação da relação com as figuras materna e paterna para a disfuncionalidade ao nível da personalidade, e em segundo lugar discutir-se-á a importância da representação objectal, das figuras materna e paterna propriamente ditas.

1. Representação da relação com as figuras parentais

No que concerne à relação entre as dez escalas de padrões de personalidade e as três personalidades patológicas do MCMI-II e a representação da relação com o pai e com a mãe avaliadas pelo PBI, são evidentes as diferenças entre sexos no que concerne às representações das relações na infância com a mãe e com o pai, sendo que a representação da relação com este último só surge como mais associada a disfuncionalidade no caso dos sujeitos do sexo masculino. Estes dados vão ao encontro da hipótese de que a mãe é a figura de maior relevo para o desenvolvimento psicológico das crianças (Ainsworth, 1969; Blatt, 1995), permanecendo também, no entanto, como a figura de referência para as meninas quando estas crescem e se começam a definir e a criar uma identidade própria. No entanto, para os rapazes é o pai quem se estabelece como figura identificatória na infância, sendo então de esperar que uma perturbação da vivência relacional com essa figura se afigure como mais perturbadora para o seu desenvolvimento psicológico do que para as meninas (Blatt & Blass, 1990, 1996; Besser & Blatt, 2007).

De acordo com os dados obtidos, quando a relação com os pais é sentida como disfuncional, isto deve-se principalmente ao facto de os sujeitos sentirem existir na relação uma ausência de autonomia psicológica e também de autonomia instrumental. Estes resultados coincidem com os dados teóricos, pois as meninas têm de se separar das suas mães para que possam criar a sua própria identidade feminina, ao passo que os rapazes precisam de se separar das suas mães para se autonomizarem num movimento identificatório à figura paterna (Schwarz & Zuroff, 1979). Desta forma, mostrou-se haver correlações entre relações pautadas por negação de autonomia psicológica e de autonomia instrumental e alguns traços desadaptativos de personalidade. No caso das meninas, os aspectos relacionados dizem respeito à figura materna. Contudo, no caso dos rapazes, o factor de negação de autonomia psicológica sentida centra-se na relação estabelecida com a figura paterna, o que está de acordo com o proposto por Besser e Blatt (2007).

É possível então encontrar um padrão de diferenças entre sexos, sendo que as principais diferenças dizem respeito à temática da autonomia psicológica, que para cada sub-amostra de estudantes do sexo feminino e do sexo masculino se centrará no progenitor do mesmo sexo. No caso do sexo feminino, onde ambas as escalas de negação de autonomia dizem respeito à figura materna, encontramos então a negação de autonomia psicológica e instrumental sentidas na relação entre a mãe e a filha como correlacionadas com alguns tipos de traços disfuncionais de personalidade, sendo que os mais relevantes são os traços de personalidade negativista, masoquista, esquizotípico e borderline.

É então evidente a relação existente entre relações mães-filhas pautadas por negação de autonomia psicológica e instrumental e traços desadaptativos de personalidade de carácter negativista. Desta forma, é de assumir que o impedimento de manifestações de autonomia tanto psicológica como instrumental no que diz respeito às mães para com as suas filhas poderá fazer com que estas fiquem presas num conflito entre aceitar as gratificações a que terão acesso pelo facto de não terem autonomia para procurar alcançar as suas próprias conquistas e entre os sentimentos de raiva e desafio para com a mãe, pelo sentimento de falta de independência e de liberdade. Poderá haver então uma possibilidade de evolução nestes sujeitos para a formação de traços de tipo negativista, onde há uma tendência para exibir alguma fixação nesta temática da autonomia, sendo característico um conflito interno entre a inclinação que o indivíduo tem para desafiar o objecto que o limita, ao mesmo tempo que sente culpa por tal atitude de afronta contra um objecto que, paradoxalmente, também o satisfaz (Millon, 1994, 1999, 2000).

Há também um padrão de correlação entre as escalas de autonomia materna sentida e traços de personalidade masoquista. Assim, uma relação com a figura materna na infância pautada por ausência de autonomia tanto instrumental como psicológica, onde os sujeitos tantas vezes podem ser colocados numa posição de humilhação e dor, faz surgir a hipótese de que os sujeitos reproduzirão este tipo de relação com os seus objectos ao longo da vida, na medida em que isto será sentido como reconfortante, conhecido e familiar. Assim, é como se os sujeitos tirassem prazer de relações que os coloquem numa posição de inferioridade, tal como aconteceu enquanto crianças (Millon, 1994, 1999, 2000).

Há inerente à perturbação esquizotípica da personalidade uma certa condicionante biológica (Millon, 2000). Assim, ao não terem a capacidade de alcançarem uma representação básica de *self* e dos outros, e ao se associar a isso a falta de oportunidade de serem autónomos em termos instrumentais e psicológicos, é de assumir que alguns sujeitos poderão regredir a estados do ego estáveis mas

primitivos, de forma a reagir a um mundo que sentem que os priva de experiências de qualidade. Desta forma, além das condicionantes biológicas que se sabe terem influência nos sujeitos que desenvolvem este tipo de perturbação, estes sujeitos poderão ficar ainda mais propícios a se retraírem do mundo ao não lhes ser dada a possibilidade de serem autónomos em termos instrumentais e psicológicos, correndo assim um maior risco de descompensação (Blatt & Auerbach, 2001).

A não autonomia psicológica nem instrumental na relação com a figura materna poderá estar nas raparigas ligada a alguma dificuldade relativamente à definição de *self*. Verifica-se uma relação entre esta falta de autonomia instrumental e psicológica na relação com a figura materna e a patologia borderline. É sabido que esta está intimamente ligada à incapacidade de separação do objecto, uma vez que o objecto não foi inicialmente retido mentalmente para que a criança o possa transportar consigo, permitindo a separação do objecto mas a permanência do seu conceito dentro de si mesma (Blatt et al., 1997). Desta forma, o sujeito borderline sente não ter autonomia, pelo facto de precisar do objecto para se definir a si mesmo (Richman & Sokolove, 1992). Assim, a relação entre mães e filhas, quando pautada por excessivo controlo sobre a criança, tenderá aparentemente a elicitar o desenvolvimento de traços desadaptativos de tipo borderline, pela sensação de se depender do outro para se poder sentir definido.

No que diz respeito ao sexo masculino, tal como referido anteriormente, o padrão de correlações diz respeito aos mesmos estilos de personalidade e às mesmas dimensões nas relações parentais do que o sexo feminino. No entanto, ao passo que no sexo feminino ambas as dimensões de autonomia dizem respeito à figura materna, pelo papel não só de cuidadora que a mãe assume mas também como de figura identificatória, por sua vez no sexo masculino a dimensão de autonomia psicológica diz respeito à figura paterna, uma vez que esta é a figura com a qual o sujeito em termos psicológicos se identificará, e à qual irá recorrer para um sentimento crescente de masculinidade e autonomia identitária. Desta forma, o que foi referido anteriormente relativamente à relação entre mãe e filha é paralelo ao que se pode referir no que concerne à relação entre o pai e o filho (Besser & Blatt, 2007). Como única excepção encontramos o estilo de personalidade negativista, onde nos deparamos com uma correlação entre não só a negação de autonomia psicológica paterna e a negação de autonomia instrumental materna mas também a negação de autonomia psicológica materna. Assim, é de prever que para os rapazes também se revela como perturbador o facto de as suas mães não os verem como seres autónomos e separados, capazes de tomar as suas próprias decisões (Millon, 2000).

Surge em ambos os sexos uma correlação negativa acentuada entre o estilo de personalidade evitante e a escala de vivência de autonomia instrumental na relação materna. Assim, perante a impossibilidade de tomarem as suas próprias decisões, estes indivíduos tenderão a fugir de relações próximas pelas suas incapacidades sociais, uma vez que terão internalizado objectos que lhes terão oferecido uma gratificação limitada. Estes sujeitos poderão ter tido acesso a apenas escassos mecanismos para lidar com a ansiedade e o stress, recorrendo então à evitação como forma de contornar as suas dificuldades (Millon, 2000). No caso do sexo masculino, há ainda uma associação deste estilo de personalidade evitante com uma relação pautada por negação de autonomia psicológica com a figura paterna. Desta forma, é de prever que os rapazes, ao crescerem num meio familiar onde as suas mães não os deixam tomar decisões e os seus pais não lhes permitem afirmarem-se como seres autónomos e individuais, poderão estar em risco de desenvolver uma personalidade com traços evitantes, o que os poderá levar a temer o estabelecimento de relações interpessoais, como é referido por Millon a propósito do padrão de personalidade evitante (2000).

Esta escala de negação de autonomia psicológica por parte da figura paterna afigura-se ainda como importante para o sexo masculino na medida em que se correlaciona com os traços típicos do estilo de personalidade paranóide. Pode-se portanto assumir que um excessivo controlo do pai sobre o seu filho, não permitindo que este se autonomize e se possa individuar perante esta figura, poderá abrir caminho à crença de que também os outros terão a intenção de o controlar e de o dominar. Assim, esta constante desconfiança sobre essas intenções poderá dar origem a traços típicos do estilo de personalidade paranóide, onde a temática da autonomia é central. Não é de desprezar a íntima relação desta perturbação com uma problemática ao nível do período do desenvolvimento em que é fomentado pelos pais o controlo esfínteriano, que tantas vezes dá origem a problemáticas nas relações pais-filhos: ao sentir um excessivo controlo por parte das figuras parentais, sendo que no caso dos rapazes será o pai a figura mais relevante, estes sentirão uma tentativa de controlo por parte dos outros, como se estes quisessem tomar as suas decisões por si, dando origem, segundo Millon (2000) e Blatt e Shichman (1983a), a uma postura de hipervigilância e constante desejo de separação dos outros, que são sentidos como invasores.

Para o sexo feminino, por seu lado, o estilo de personalidade paranóide tende a correlacionar-se com a escala de cuidado na figura paterna e com uma negação de autonomia instrumental na figura materna. Assim, parece haver uma associação entre este estilo de personalidade e uma inversão dos papéis tradicionais das figuras

parentais. Assim, ao encontrarem uma relação paterna de cuidado e uma relação materna pautada por falta de autonomia, as raparigas tenderão a tornar-se hipervigilantes das intenções dos seus pais de controlo sobre as suas acções, podendo no futuro vir a exibir traços paranóides, de constante desconfiança sobre os propósitos dos outros (Millon, 2000). Desta forma, também a questão do *controlo esfínteriano* surge como de relevo: ao sentirem um excessivo controlo por parte da mãe e uma falta de autonomia para poderem tomar as suas decisões, ao mesmo tempo que passam por uma vivência de cuidado paterno que pode ser sentido como excessivo, ou de certa forma discordante, uma vez que deveria ser proporcionado pela mãe, as raparigas terão a tendência para sentir estas relações como tentativas de boicote às suas incursões autónomas pelo mundo. Isto poderá despertar algum sentido paranóide, que como é sabido se associa à sensação megalómana de se estar a ser constantemente perseguido e invadido, como referem Blatt e Shichman (1983a).

Encontramos também em ambos os sexos a personalidade compulsiva como relacionada com a escala de cuidado contingente materno. Este cuidado contingente pode ser visto como característico de uma relação demasiado próxima, onde os sujeitos poderão sentir a intervenção materna como reguladora de comportamentos. Assim sendo, esta relação internalizada pode ser vivenciada constantemente como um sistema de regras morais contra as quais o sujeito se tenta insurgir mas não consegue: este conflito é característico da personalidade compulsiva. Desta forma, é de prever que um excesso de cuidado por parte da figura materna poderá levar a um sentimento de ambivalência ou conflito, que poderá ser descrito como a hostilidade que sentem perante os outros e o hiperconformismo a que cedem como forma de lidar com o medo de desaprovação social, caso fossem abertos relativamente a essa mesma hostilidade (Blatt & Shichman, 1983a; Millon, 2000).

No sexo feminino, ainda associado ao cuidado contingente materno, encontramos o estilo de personalidade dependente. É de assumir portanto que uma relação demasiadamente protectora, que promova um contacto excessivamente próximo, e onde não haja espaço para que as raparigas tenham autonomia nem iniciativa própria, poderá comportar o risco de desenvolver traços de personalidade dependente na adultez, uma vez que estes sujeitos, como refere Millon (1999, 2000), se habituarão a recorrer aos outros como fonte de segurança, funcionando passivamente perante eles.

Finalmente, encontramos a correlação nos sujeitos do sexo feminino entre traços de personalidade anti-sociais e uma exibição de negação de autonomia psicológica por parte da figura materna. Assim, ao experienciarem uma relação com a sua mãe em que seja característica a negação de autonomia psicológica, as meninas poderão

criar um protótipo relacional que as levará a crer que todos os outros serão desleais e pouco confiáveis, e que, tal como as suas mães, todos os outros também lhes negarão o acesso a experiências de qualidade, característica esta típica deste estilo de personalidade, de acordo com Millon (2000).

Pode-se então constatar a existência de um padrão de correlações em ambos os sexos da nossa amostra entre os estilos de personalidade Negativista, Masoquista, Esquizotípico e Borderline e as escalas de autonomia das figuras parentais. A destacar surge o facto de a autonomia instrumental em questão ser sempre aquela que diz respeito à figura materna, ao passo que a autonomia psicológica em questão é relativa à figura parental do mesmo sexo do sujeito. Assim, os estilos de personalidade acima citados surgem associados à ausência de autonomia instrumental e psicológica por parte da figura materna para o sexo feminino, ao passo que para o sexo masculino esta associação se prende com a ausência de autonomia instrumental por parte da figura materna e ausência de autonomia psicológica por parte da figura paterna.

Desta forma, torna-se essencial levar em consideração estes factores de forma a compreender a possível evolução dos sujeitos para uma personalidade com traços dos estilos acima descritos, que apresentam em comum o facto de a autonomia se assumir como central, quer seja ao provocar um conflito no sujeito que vive ambivalente entre a autonomia e a falta dela (como os sujeitos negativistas), quer seja ao despertar no sujeito diversas estratégias para evitar a autonomia e o distanciamento dos outros (como nos sujeitos masoquistas), quer seja ao despertar movimentos de afastamento e desligamento da realidade perante vivências precoces disruptivas (como nos sujeitos esquizotípicos), ou ainda por representar nos sujeitos uma luta pela permanência constante do objecto junto de si, estando totalmente dependentes deles (como nos sujeitos borderline) (Millon, 1999, 2000; Blatt & Shichman, 1983a).

2. Representação das figuras parentais

A análise da importância da representação das figuras parentais para a desadaptação de personalidade foi dividida de acordo com o sexo dos participantes e dos pais. Desta forma, serão apresentados em separado os dados referentes à representação da figura materna para ambas as sub-amostras do sexo feminino e masculino, e depois para a representação da figura paterna.

É de realçar desde já que algumas correlações, apesar de elevadas, não são consideradas significativas. Não será a isto alheio o facto de o número válido de casos ter oscilado bastante entre os diversos resultados ou factores dentro da mesma prova, como se referiu no capítulo dos resultados.

2.1 Representação da figura materna

No que concerne à análise da relação entre a representação da figura materna e a exibição de traços desadaptativos de personalidade, encontramos uma vez mais diferenças entre sexos. Assim, enquanto que no sexo feminino encontramos as correlações centradas principalmente no Factor I da representação da figura materna, que diz respeito à benevolência que se sente por parte dessa figura, para o sexo masculino o tamanho da descrição também se parece correlacionar com algumas escalas de personalidade. No entanto, as correlações no sexo masculino são em número inferior às correlações no sexo feminino, o que indica uma menor relação entre a representação da figura materna e a exibição de traços desadaptativos de personalidade no sexo masculino, o que vai ao encontro das assumpções de vários autores, que identificam a relação com o progenitor do mesmo sexo como central para o desenvolvimento (Blatt & Blass, 1990, 1996; Besser & Blatt, 2007).

Todas as correlações com o Factor I, Benevolência, foram negativas, o que faz prever que uma menor benevolência percebida na figura materna se relaciona significativamente com diversos traços de personalidade desadaptativos. Assim, de acordo com os resultados, encontramos fortes antecedentes para a exibição de traços desadaptativos de personalidade numa figura materna precoce pautada por pouca benevolência. Tendo em consideração que este factor é composto por oito dos doze itens qualitativos cotáveis na descrição do objecto, de acordo com Blatt e colegas (Blatt et al., 1992), é compreensível a maior saturação que este apresenta em termos correlacionais.

Encontramos os traços de personalidade evitante e esquizotípica com correlações significativas em ambos os sexos, com uma menor benevolência sentida na figura materna. Assim, é de presumir que uma relação materna pautada pela ausência de sentimentos calorosos, onde não seja sentido um nível de envolvimento construtivo adequado com esta figura, e onde o sujeito tenha uma percepção das funções de cuidadora da mãe como insuficientes e onde haja uma percepção da figura materna como alguém fraco, talvez possa deixar os indivíduos vulneráveis ao desenvolvimento de traços evitantes e esquizotípicos de personalidade. Assim, é possível uma regressão a estados do ego estáveis mas primitivos, como forma de fuga a um mundo sentido como frio e que priva o sujeito de experiências de qualidade, tal como é típico do sujeito esquizotípico, sendo também possível a exibição de algum afastamento de relações sociais por medo da rejeição e da repetição de relações com gratificações limitadas, como é típico do sujeito evitante (Millon, 1999, 2000). É ainda de reter a correlação deste tipo de traços de personalidade evitante com o Factor II,

Punição, na sub-amostra do sexo feminino. Assim, é de assumir que o facto de a figura materna ser sentida como excessivamente crítica, punitiva ou ambivalente, sem ser possível ao indivíduo fazer uma integração adequada das suas características positivas e negativas, poderá tornar as raparigas mais vulneráveis ao desenvolvimento deste tipo de traços de personalidade, com sentimentos de desconfiança, medo e apreensão (Millon, 1999, 2000). A somar a isto, é de relembrar o facto já referido de a relação com a figura materna ser sentida como pouco satisfatória, por esta ser concebida como pouco calorosa e construtivamente envolvida; assim, haverá uma maior vulnerabilidade para a exibição de traços evitantes na idade adulta como forma de fuga a relações que não são satisfatórias.

No sexo masculino, como única correlação significativa com a escala de benevolência, para além das já referidas escalas evitante e esquizotípica, encontramos a escala de personalidade masoquista. Ao experienciar uma figura materna que promova um excesso de angústia e dor, ao estabelecer com os filhos um nível de envolvimento construtivo inadequado e insuficiente, e sentindo os filhos que existiram na relação com esta figura poucas experiências de cuidado apropriado, o sujeito poderá vir a criar um esquema relacional em que venha a repetir estas experiências, como forma de obter uma sensação de conforto e familiaridade para conseguir reduzir a sua ansiedade (Millon, 1999, 2000).

No que concerne à representação da figura materna para o sexo feminino, encontramos um número considerável de correlações significativas com as diferentes escalas de padrões de personalidade. Encontramos por exemplo o estilo de personalidade esquizóide, que de alguma forma apresenta semelhanças com o estilo esquizotípico, já discutido anteriormente. Estas perturbações estão ambas inseridas num continuum de esquizotipia (Millon, 2000), o que permite mais uma vez a suposição de uma lógica dimensional no que concerne à psicopatologia (Blatt, 1974, 1995, 2004). No entanto, enquanto que o processo de pensamento do indivíduo esquizóide não é deficiente, mas sim vago e impreciso, no sujeito esquizotípico há de facto uma personalidade estruturalmente deficitária, o que o impede de atingir um sentido de *self* e dos outros coerente e consolidado (Millon, 1999, 2000). É de assumir então que uma figura materna que prive a sua filha de uma relação de qualidade, assumindo-se como pouco cuidadora e como uma figura parcamente admirável, possa deixá-la vulnerável a uma adulez marcada por um imenso desinteresse no estabelecimento de relações interpessoais, estando esta em risco de se tornar apática, indiferente, distante e abnegada de qualquer actividade social, características que, segundo Millon (1999), estão associadas a este tipo de personalidade.

Também o estilo de personalidade sádico se encontra correlacionado na nossa sub-amostra do sexo feminino com a ausência de benevolência na figura materna. Assim, não será inusitado assumir que uma internalização da figura materna como pouco cuidadora e pouco afectiva, com a recordação da exibição por parte desta figura de características que para o sujeito não sejam exemplares, e ainda com a retenção da manifestação por parte desta figura de comportamentos malevolentes, poderá fazer com que na adultez estes indivíduos se fixem em temáticas de malícia e vingança, com energias fortemente dirigidas para a agressão e retaliação, típicos desta personalidade (Millon, 1999).

Encontramos ainda como correlacionado com a ausência de benevolência sentida na figura materna o estilo de personalidade negativista. Perante uma representação da figura materna como relativamente fraca, e como sendo uma figura não ideal em termos identificatórios, com uma diminuta tendência a estar envolvida numa relação próxima com a filha, esta última poderá estar mais sujeita ao desenvolvimento de traços de personalidade negativistas. Assim, esta lutará constantemente contra os sentimentos de raiva dirigidos à sua mãe e simultaneamente contra a sensação de culpa por estes seus sentimentos, derivados da incapacidade de lidar com as frustrações que decorrem de alguma inconsistência na relação, que pode por vezes ser, apesar de tudo, algo satisfatória (Millon, 1999).

Para o sexo feminino, também o estilo de personalidade paranóide se encontra negativamente correlacionado com o Factor I, Benevolência. Assumindo então que este estilo de personalidade poderá encontrar alguma origem na representação da figura materna, é legítimo pensar que isto se poderá relacionar com uma representação desta figura como tendo sido alguém com quem se esteve inadequadamente envolvido, não sendo esta figura considerada alguém ideal em termos identificatórios, antes pelo contrário; esta figura é situada num extremo negativo deste tipo de considerações. Desta forma, é de crer que haja, a partir de uma representação de figura materna com estas características, uma possibilidade de evolução para traços de personalidade paranóide, onde haverá uma centração em tentativas de separação dos outros, que serão sentidos como intrusivos, e aproximando-se apenas em momentos de tentativa de controlo (Millon, 1999, 2000; Porcerelli et al., 1998).

Não foi encontrada nenhuma correlação com o Factor III, Ambição, e com o nível conceptual da descrição para ambos os sexos. Concomitantemente, não foram encontradas correlações no sexo feminino com o Factor IV, relativo ao tamanho da descrição da figura parental. No entanto, para o sexo masculino foram encontradas correlações positivas com este factor, relativo ao tamanho da descrição da figura

parental, nomeadamente com a perturbação histriónica e com a perturbação narcísica. Isto leva a crer que uma descrição mais longa e talvez pormenorizada do objecto se relacione com uma tendência própria de ceder a certas seduções e teatralidades, como forma de eliciar nos outros sinais de afecto e aprovação, como é característico da perturbação histriónica (Millon, 1999, 2000). Por outro lado, também surge a hipótese de esta descrição mais longa do objecto dizer respeito a características do objecto que remetem para a satisfação pessoal, a gratificação e sensação de valor engrandecido, como é comum na perturbação narcísica (Blatt & Shichman, 1983a). Desta forma, não se confirmou a hipótese de descrições mais curtas estarem mais associadas a psicopatologia, como previsto por Marziali e Oleniuk (1990) e por Blatt e colegas (Blatt et al., 1997).

2.2 Representação da figura paterna

No que concerne à análise da relação entre a representação da figura paterna e a exibição de traços desadaptativos de personalidade, encontramos mais uma vez diferenças entre sexos. Assim, ao passo que no sexo feminino encontramos as correlações centradas no Factor I, Benevolência, e no Factor II, Punição, encontrando ainda alguns dados no que concerne ao nível conceptual da descrição da figura paterna, e uma correlação isolada com o tamanho da descrição, no sexo masculino são o Factor I e o Factor IV os que se correlacionam de forma mais evidente com algumas escalas de personalidade. No entanto, as correlações encontradas no sexo masculino são mais uma vez em número inferior às correlações encontradas no sexo feminino, sendo que no entanto os rapazes apresentam mais correlações significativas entre traços disfuncionais de personalidade na relação com a figura paterna do que com a figura materna, apesar de a diferença ser reduzida. Este último facto vai ao encontro da literatura existente (Besser & Blatt, 2007; Blatt & Blass, 1990, 1996).

No entanto, alguns dados encontrados são de certa forma contrários ao esperado, pois, de acordo com os estudos anteriormente referidos no enquadramento teórico do presente trabalho, o desenvolvimento psicológico do sexo feminino deveria estar associado de forma mais significativa com a relação com o progenitor do mesmo sexo, e a patologia com disfunções nessa relação (Blatt & Blass, 1990, 1996; Besser & Blatt, 2007). No entanto, verifica-se que o número e a variabilidade de factores de correlações entre as variáveis em estudo são superiores para a representação da figura paterna do que para a figura materna, o que contradiz aquilo que se esperava relativamente à influência da figura materna no desenvolvimento psicológico das meninas (Besser & Blatt, 2007; Blatt & Blass, 1990, 1996). Assim, parece que estas

associações esperadas entre o desenvolvimento psicológico dos sexos masculino e feminino e as representações da figura parental do mesmo sexo sucedem apenas no que diz respeito à representação da relação com esta figura, mas não com a representação da figura em si.

Apesar de tudo, existem estudos que indicam que quando as figuras parentais do sexo oposto ao dos sujeitos se apresentam como disfuncionais, haverá uma maior vulnerabilidade nos sujeitos ao surgimento de alguns conflitos neuróticos (Schwarz & Zuroff, 1979). Desta forma, talvez fique em parte explicada a quantidade de correlações apresentadas relativamente à representação da figura paterna com o sexo feminino e a exibição de traços disfuncionais de personalidade, sendo que no entanto não se pode confirmar esta hipótese por a avaliação de traços disfuncionais de personalidade ter sido feita apenas aos sujeitos, e não aos seus pais.

De forma análoga ao que sucedeu na análise da representação da figura materna, não é possível traçar um padrão de correlações semelhante entre sexos: encontramos apenas uma correlação com os estilos de personalidade comum entre ambos os sexos, a escala negativista, que se correlaciona em ambos os sexos com o Factor II, Punição. Este factor é composto pelas características qualitativas do objecto de crítica, punição e ambivalência da vivência com a figura paterna. Parece que a experienciação para ambos os sexos de um pai demasiadamente crítico e punitivo, que seja sentido pelos seus filhos de uma forma não integrada, ambivalente, poderá deixá-los vulneráveis a uma vivência posterior de fortes conflitualidades internas, demonstrando alguma incapacidade em lidar com elas. Poderão surgir traços de personalidade negativista, onde tenderá a haver a exibição de impulsos discrepantes, por vezes agressivos contra os objectos por quem se sente raiva, e por vezes de culpa pela agressividade que é dirigida a esses mesmos objectos que, não obstante, são por vezes satisfatórios. Esta escala negativista também surge associada, mas apenas no sexo masculino, à representação da figura paterna como pouco benevolente. Assim, a adicionar às já referidas características de punição, crítica e ambivalência, parece que uma relação por vezes fria e distante, e pautada por falta de afecto, poderá agravar os sentimentos de raiva e, concomitantemente, de culpa, característicos de um estilo de personalidade negativista nos rapazes (Millon, 1994, 1999, 2000).

A crítica, a punição e a incapacidade de integração de características díspares sentidas relativamente à figura paterna, características que compõem o Factor II, parecem de facto estar fortemente associadas com a exibição de traços desadaptativos de personalidade para o sexo feminino. Assim, além da já referida escala negativista, surgem ainda como correlacionados os traços de personalidade evitante, narcisista, anti-social, masoquista, esquizotípico, borderline e paranóide.

Como se pode verificar, parece que de facto a figura paterna, quando sentida como excessivamente crítica em relação à filha, punitiva perante aquilo que não consente, e quando exhibe comportamentos e sentimentos que sejam difíceis de integrar num todo coerente e com sentido para o sujeito, poderá possibilitar o desenvolvimento de diferentes traços de personalidade desadaptativos, como os acima referidos.

A relação do Factor II, composto pelas características qualitativas de crítica, punição e ambivalência do objecto paterno, com o estilo de personalidade evitante é provavelmente explicável por uma referência à experiência de uma relação com uma figura paterna sentida como excessivamente promotora de angústia e sofrimento. Assim, a criança tenderá a tornar-se num adulto cauteloso, medroso e apreensivo, que se tenderá a retirar activamente de situações sociais, perante as suas inaptidões relacionais, característica deste tipo de personalidade segundo Millon (1999).

No que concerne aos traços de personalidade masoquista, é possível encontrar alguns antecedentes na relação com a figura paterna pelas características que estão associadas ao Factor II. Ao experienciar uma figura paterna que pauta a relação com a filha de sentimentos de humilhação, de dor e de angústia, é de prever que existam consequências no desenvolvimento psicológico das mesmas. Consequentemente, estas estarão em risco de exhibir traços masoquistas na adultez, como forma de obter algum conforto através da familiaridade de situações igualmente negativas (Millon, 1999).

Ao não oferecerem às suas filhas uma relação pautada por aceitação e congruência, as figuras paternas poderão deixá-las mais susceptíveis ao desenvolvimento de traços de personalidade borderline. Assim, pela incongruência e excessiva crítica e/ou punição dos pais, poderá verificar-se nas raparigas uma incapacidade de integrar num todo com sentido as características boas e más dos seus pais, e também uma incapacidade de constância objectal, perante o medo de que este não esteja presente, ou que não seja exclusivamente bom. Assim, qualquer outra pessoa poderá substituí-lo nas suas funções, sendo rapidamente trocado assim que as suas funções de gratificação sejam sentidas como não satisfatórias. Haverá então uma dificuldade extrema no controlo dos impulsos e na integração de conceitos básicos dos outros ligados à não constância objectal (Millon, 1999; Richman & Sokolove, 1992; Blatt et al., 1997).

No que diz respeito ao Factor I, Benevolência, mais uma vez todas as correlações foram negativas, o que indica que, aparentemente, a ausência de benevolência sentida na relação com a figura paterna se relaciona significativamente com diversos traços de personalidade desadaptativos, tanto no sexo feminino como no sexo masculino. Enquanto que no sexo feminino os traços significativamente

associadas são os traços dos estilos Esquizóide, Narcisista, Sádico, Esquizotípico e Paranóide, no sexo masculino são os estilos Anti-Social e Borderline, além dos já anteriormente referidos traços negativistas, os que significativamente se correlacionam. É de assinalar que alguns destes estilos já se correlacionavam com a benevolência com a qual os sujeitos representaram a figura materna. Neste sentido, será aqui feita referência apenas aos tipos de traços que não foram já descritos.

Parece então evidente a associação entre experiências disruptivas com uma figura paterna pouco benevolente e alguns estilos de personalidade desadaptativos no sexo feminino. Desta forma, pode-se tentar encontrar uma relação entre algumas características que compõem o Factor I e a exibição de traços específicos desadaptativos de personalidade. Considere-se o estilo de personalidade narcísica. É sabido que estes sujeitos tendem a pensar que têm direitos especiais e que podem explorar os outros em benefício próprio, não pensando muito em como os podem prejudicar (Millon, 1999). Esta centração em si mesmos leva a que estes sujeitos utilizem os outros para seu proveito próprio, como forma de defesa, no fundo, dos sentimentos de insegurança e fraca auto-estima que sentem (Blatt & Shichman, 1983a). Assim, não é inusitado pensar que raparigas com relações precoces com pais que as tenham privado de experiências de qualidade, onde lhes tenha sido transmitido um cuidado, afecto e nível de envolvimento construtivo adequado, possam na adultez revelar alguns traços deste estilo de personalidade.

Também como estilo de personalidade associado a uma ausência de benevolência percebida na figura paterna para o sexo feminino está o estilo sádico. Perante uma figura paterna sentida como pouco afectuosa, onde a relação com ela estabelecida tenha sido internalizada como insuficiente e pouco gratificante, é possível que alguns sujeitos venham a desenvolver mecanismos para lidar com estas frustrações de forma agressiva, dirigindo mais tarde para os seus objectos de eleição todos os seus impulsos de destruição e vingança. Assim, parece comprovar-se que a exibição de traços de personalidade sádicos, como uma hostilidade acentuada ou uma aparente indiferença ou satisfação perante o mal-estar dos outros (Millon, 1999, 2000), poderá encontrar a sua origem numa relação com uma figura paterna insuficiente e frustradora.

Ainda no que diz respeito ao Factor I e à forma como se correlaciona com os diferentes tipos de traços considerados neste estudo, encontramos como correlações significativas para o sexo masculino, além da já referida escala negativista, as escalas anti-social e borderline. Desta forma, é de ter em consideração que, nos rapazes, uma ausência de benevolência na figura paterna para os rapazes poderá ser

desorganizadora, causando vulnerabilidade ao desenvolvimento de traços desadaptativos de personalidade desta natureza.

Para o sexo feminino, uma relação paterna pautada pela ausência de sentimentos calorosos, onde não seja sentido um nível de envolvimento construtivo adequado com esta figura, onde haja uma percepção das funções de cuidador por parte do pai como insuficientes e onde haja uma percepção da figura paterna como fraca, pode talvez deixar os indivíduos vulneráveis ao desenvolvimento de traços esquizotípicos de personalidade. Assim, é possível que as raparigas cedam a uma regressão a estados do ego primitivos, como forma de fuga a um mundo sentido como frio e que as priva de experiências de qualidade, o que ocorre nos sujeitos esquizotípicos. É de referir ainda que a exibição de traços deste estilo de personalidade se relaciona concomitantemente com uma representação da figura paterna como punitiva, ou seja com o Factor II, sendo que também se confirma uma correlação negativa significativa com o Factor IV, relativo ao tamanho da descrição, que é neste caso reduzido. Assim, parece haver uma série de experiências disruptivas que podem ocorrer em diferentes dimensões na relação, e que podem conseqüentemente afectar a representação da figura paterna, favorecendo a exibição de traços de personalidade esquizotípicos (Millon, 1994, 1999, 2000).

Da mesma forma, uma relação paterna marcada por ausência ou inconsistência de afectos e de sentimentos calorosos, onde haja um envolvimento construtivo e um cuidado insuficientes ou incongruentes, poderá fazer com que os rapazes não consigam conceber esta figura como integrada, ou simultaneamente boa e má: os seus sentimentos oscilarão entre totalmente positivos e totalmente negativos, o que resultará numa incapacidade de integração e formação de conceitos da realidade (Millon, 2000; Blatt & Auerbach, 2001). Desta forma, estes ficarão em maior risco de problemáticas emocionais primitivas, perante a incapacidade de atingir tarefas primárias como a constância do objecto: caso o objecto não esteja presente, ou não cumpra as suas funções de gratificação, os sujeitos sentirão um desamparo e falta de definição pessoal, sendo-lhes mais tranquilizante simplesmente mudar de objecto, para outro que o satisfaça (Blatt & Shichman, 1983a; Harpaz-Rotem & Blatt, 2005). Assim, um estilo de personalidade borderline surge como consequência possível, em resposta a uma parentalidade inadequada.

No que concerne ao Factor IV, que diz respeito ao tamanho da descrição da figura parental, é de referir que foi encontrada, como já se mencionou, uma correlação negativa com a perturbação esquizotípica no sexo feminino, ao passo que são encontradas no sexo masculino correlações positivas com as perturbações histriónica, narcisista e anti-social. Esta última é a única correlação para o sexo masculino que

surge como nova relativamente à figura paterna, uma vez que as outras duas correlações também se verificaram relativamente à representação da figura materna.

Estes dados levam a crer que uma descrição mais curta e menos pormenorizada se pode relacionar com uma dificuldade na mentalização e separação do objecto, como é característico da perturbação esquizotípica. Estes dados vão ao encontro daqueles referidos por Blatt et al. (1979) e Marziali e Oleniuk (1990), que referem que é esperado que descrições mais curtas estejam associadas à exibição de psicopatologia. Sendo o padrão de personalidade esquizotípico um dos três padrões que Millon considera graves, esta correlação está em conformidade com a literatura existente (Millon, 1999, 2000).

Por outro lado, uma descrição longa e pormenorizada do objecto talvez se relacione, tal como referido, com uma tendência própria de constantemente tentar elicitir nos outros sinais de aprovação e afecto, como sucede na perturbação histriónica, ao mesmo tempo que esta maior descrição do objecto sugere que esta talvez sirva a função de engrandecimento pessoal devido a características do objecto que remetam para a satisfação pessoal, a gratificação e sensação de valor, como se observa comumente na perturbação narcisista (Blatt & Shichman, 1983a). Finalmente, parece legítimo assumir que esta descrição, quando longa, poderá ser decorrente de um enfoque e atenção extrema sobre o objecto da descrição, devido ao seu cepticismo e falta de confiança no mesmo, havendo alguma antecipação relativamente ao sofrimento que se espera vir a receber dele. Assim, haverá uma atenção excessiva sobre os outros como forma de antever esse mesmo sofrimento, algo que pode ser atribuído à perturbação anti-social (Millon, 1999, 2000).

Não é de excluir também a hipótese de estar patente a necessidade de um certo engrandecimento de fundo destas personalidades, numa tentativa de negar aspectos negativos dos seus introjectos e de “preencher” o seu mundo interno. Haveria então nestes sujeitos um certo traço megalómano, com necessidade de engrandecimento do *self*, através de objectos grandiosos e “cheios” para tapar uma pobreza interior.

O nível conceptual da descrição das figuras parentais surge como pouco discriminativo das várias escalas consideradas neste estudo, tendo surgido como negativamente correlacionado apenas no sexo feminino, com traços disfuncionais de personalidade dependente e masoquista. Apesar de estas personalidades serem consideradas pertencentes respectivamente a uma linha desenvolvimental anaclítica e introjectiva (Blatt & Levy, 1998), não se torna possível ponderar sobre as possíveis diferenças entre as diversas escalas de personalidade consideradas para este estudo, apesar da suposição de que seria possível fazer tal diferenciação, pela ausência de correlações adicionais que permitam comparações enquadradas (Blatt, 1995).

Torna-se evidente então a existência de um padrão de correlações no sexo feminino entre os estilos de personalidade Narcisista, Esquizotípico e Paranóide e a ocorrência simultânea de ausência de benevolência e excesso de punição por parte da figura paterna. É possível identificar nestes diferentes estilos de personalidade uma certa propensão para uma retirada esquizóide, sendo de destacar que este estilo de personalidade não se inseriu neste padrão por escassas milésimas. Assim, pode-se considerar que estes estilos de personalidade apresentam em comum o facto de os sujeitos se retirarem das relações, afastando-se de uma realidade que poderá ser fonte de angústia e conflito.

Surge ainda um padrão de correlações entre os estilos de personalidade Anti-Social, Negativista e Borderline, tanto nos sujeitos do sexo feminino como nos sujeitos do sexo masculino. No entanto, é de destacar o facto de este padrão estar associado ao excesso de punição para o sexo feminino, enquanto que para o sexo masculino isto verifica-se quando há uma ausência de benevolência. Assim, assume-se que existam diferenças entre ambos os sexos na importância que o pai terá no desenvolvimento de traços destes estilos de personalidade, que apresentam em comum um padrão errático de explosão e impulsividade contra o mundo, quer seja por sentirem terem sido alvo de injustiças no passado (como os sujeitos anti-sociais), quer seja por oscilarem entre a raiva e a deferência devido a temáticas de gratificação (como os sujeitos negativistas) ou ainda por sentirem que os seus objectos lhes falham, recorrendo então à clivagem (como os sujeitos borderline) (Millon, 1999, 2000).

2.3 Limitações do estudo

Um processo adequado de avaliação implica a articulação de informações provenientes de várias fontes. É assim possível recorrer a diversos instrumentos de medida, como por exemplo inventários, questionários, métodos projectivos ou escalas de avaliação, cada qual com as suas vantagens e desvantagens, na recolha de informação relativa ao sujeito em avaliação (Campos, 2004). Desta forma, tentou-se conjugar neste trabalho a utilização de provas de diferente natureza, de forma a recolher informações o mais diversificadas possível.

Apesar de as experiências precoces na infância serem frequentemente consideradas como um factor no desenvolvimento de psicopatologia no adulto, a avaliação dessas mesmas experiências não é realizada com frequência (Brewin et al., 1993). Este motivo prende-se, talvez, com as dúvidas sobre a exactidão das recordações dos sujeitos. Surgem por vezes questões de alguns autores sobre as

limitações normais da memória e sobre défices associados à psicopatologia, tal como ocorre em alguns estados clínicos, como a ansiedade e a depressão. Da mesma forma, poderão existir distorções nos processos de memória que são congruentes com o estado de espírito do sujeito, tal como ocorre nos sujeitos depressivos, que tendem a evocar menos memórias positivas do que sujeitos não depressivos (Brewin et al., 1993; Blatt et al., 1979; Campos, 2006). Paralelamente, existe ainda a possibilidade de os sujeitos não responderem às questões apresentadas de forma honesta, colocando em causa o valor das suas respostas à prova como um todo (Fernandez-Ballesteros, 2002), especificamente quando se utilizam instrumentos de auto-relato. Uma forma de minimizar estas limitações, aumentando a fiabilidade dos dados, pode ser conseguida através de outros informadores além do sujeito e através de métodos de investigação fiáveis que minimizem problemáticas de memória e de honestidade dos sujeitos (Brewin et al., 1993).

Desta forma, o facto de se ter utilizado a adaptação portuguesa (Ramos et al., 2009) de um instrumento de auto-relato referente à experiência com as figuras parentais, o *Parental Bonding Instrument* (Parker et al., 1979), poderá ser visto como uma limitação deste estudo. Bornstein (2006) refere que alguns consideram que a utilização de medidas correlacionais e de auto-relato é uma desvantagem, dada a assumpção de alguns investigadores, que segundo o autor é injustificada, de que auto-relatos adequados podem ser obtidos rotineiramente de sujeitos com patologia de personalidade considerável.

Como forma de contornar este tipo de problemas, foi também utilizada na presente investigação uma prova de cariz projectivo, o *Object Relations Inventory* (ORI, Blatt et al., 1979; Blatt et al., 1992), o que permite a avaliação do sujeito de forma indirecta (Quinlan et al., 1992). Assim, ao ter acesso ao mundo interno do indivíduo de forma encoberta, através de estímulos aparentemente vagos, pode-se aceder aos seus sentimentos, experiências e processos de pensamento sem que o próprio sujeito tenha noção disso, o que ajuda a complementar a informação recolhida de forma directa com a prova de auto-relato já referida (Bornstein, 2006). Complementarmente, é preciso notar que de forma genérica, como afirmam Brewin et al. (1993), parecem haver poucos dados que confirmem que a relação encontrada entre psicopatologia e relações precoces disfuncionais se possa dever a uma distorção da percepção dos pacientes. Desta forma, apesar das críticas, este tipo de instrumentos parece ter as suas vantagens.

Como limitação decorrente da utilização da prova de cariz projectivo acima referida, surge a grande oscilação no número de casos válidos entre os vários factores passíveis de serem avaliados nesta mesma prova. Devido ao facto de a avaliação da

representação ser feita a partir da descrição elaborada pelos sujeitos, tornou-se por vezes impossível a consideração de algumas características que compunham determinados factores constituídos por poucos itens, como é o caso do Factor II, Punição, e do Factor III, Ambição, por estas simplesmente não constarem da descrição feita. Desta forma, apesar de por vezes serem encontradas correlações relativamente elevadas, estas não foram consideradas significativas devido ao reduzido número de casos válidos para esse factor. Além disso, é de referir a grande subjectividade e as dificuldades de cotação desta prova projectiva, o que nos indica que em estudos futuros talvez seja valioso utilizar vários cotadores treinados.

É de referir que existem algumas desvantagens na utilização de sujeitos universitários como participantes, como por exemplo o facto de estes poderem não dar respostas tão desviantes quanto sujeitos de grupos clínicos ou sujeitos mais velhos dariam, possivelmente pelo facto de as suas experiências familiares serem ainda recentes. Talvez não tenha ainda havido tempo suficiente para que alguns traços disfuncionais se manifestassem de forma clara (Zemore & Rinholm, 1989). Assim, haverá eventualmente uma fraca expressão de alguns dos traços de personalidade que se pretenderam avaliar neste estudo. No entanto, surge como vantagem o facto de as suas recordações poderem estar ainda pouco sujeitas às transformações normais da memória referidas.

Finalmente, é de referir que o facto de se ter uma amostra mais heterogénea em termos de sexo, idade e proveniência, extraída da população geral e não apenas da população universitária, poderia permitir obter uma maior variância nas variáveis observadas. Isto, por sua vez, poderia aumentar as hipóteses de encontrar relações significativas entre as variáveis e dar uma base mais sólida para a generalização dos resultados (Zemore & Rinholm, 1989). Sublinhamos ainda a importância de realizar este tipo de estudos com amostras clínicas, pois a utilização de resultados de estudos com amostras de estudantes universitários para tirar conclusões gerais pode representar uma limitação, pois estes não são considerados substitutos adequados para pessoas que preenchem critérios de perturbação propriamente ditos (Campos, 2006).

Capítulo VIII: Conclusões

Neste trabalho pretendeu compreender-se a relação entre experiências relacionais estabelecidas na infância com as figuras significativas, especificamente os pais, e a exibição de traços disfuncionais de personalidade na idade adulta. Tentou estudar-se possíveis repercussões de experiências disruptivas na relação com as figuras significativas numa fase mais precoce do desenvolvimento no funcionamento mental do indivíduo adulto. O conhecimento obtido a partir dos resultados poderá constituir, eventualmente, um pequeno contributo para a prevenção de evoluções psicopatológicas no percurso desenvolvimental do sujeito. Foram estudadas não apenas as representações que o indivíduo tem do funcionamento da relação estabelecida com as figuras parentais mas também a representação que o indivíduo tem dessas mesmas figuras.

De uma forma geral, os nossos resultados apontam para a existência de uma relação entre alguns tipos de traços disfuncionais da personalidade na idade adulta e determinadas experiências disruptivas na relação com as figuras parentais durante a infância e determinados elementos das representações das figuras parentais. Como esperado, foram encontradas diferenças entre rapazes e raparigas em algumas das dimensões da relação precoce avaliadas, na sua correlação com os traços de personalidade.

Relativamente à relação estabelecida com as figuras parentais, a temática da autonomia, tanto na sua vertente instrumental como também psicológica, afirmou-se como mais relacionada com a disfuncionalidade da personalidade do que a temática do cuidado, em ambos os sexos. Em termos da autonomia psicológica, a relação com a figura parental do mesmo sexo, que se afigura como a mais relevante para o desenvolvimento psicológico e identitário do sujeito, quando sentida como disfuncional, está significativamente mais associada à exibição de traços desadaptativos de personalidade do que a relação com a figura parental do sexo oposto, tal como previsto por Besser e Blatt (2007) para os adolescentes. Desta forma, para os jovens adultos do sexo masculino, uma relação com a figura paterna marcada por uma não promoção da autonomia psicológica surge como mais associada à disfuncionalidade, ao passo que para as raparigas, o estabelecimento de uma relação com a figura materna onde não sejam permitidas manifestações de uma identidade feminina, independente e separada daquela da figura materna, poderá contribuir para o desenvolvimento de diferentes tipos de traços disfuncionais de personalidade.

Torna-se então óbvia a importância desenvolvimental da relação com a figura parental do mesmo sexo do indivíduo, relação essa que se pretende marcada por

suficiente autonomia psicológica para que o sujeito crie a sua própria identidade, não ficando assim vulnerável à patologia da personalidade. No entanto, a figura materna surge sempre como a mais relevante em termos instrumentais, quer para os rapazes, quer para as raparigas. Isto põe em evidência a necessidade de esta figura permitir aos seus filhos, qualquer que seja o seu sexo, uma autonomia suficiente para que estes tomem as suas próprias decisões.

Foi então encontrado para ambos os sexos um padrão de correlação entre as temáticas de autonomia instrumental da figura materna, e de autonomia psicológica da figura parental do mesmo sexo do indivíduo, e manifestações psicológicas de disfuncionalidade. Assim, ficou demonstrada uma relação entre a negação de autonomia psicológica sentida na relação com a figura parental do mesmo sexo e a negação de autonomia instrumental na relação com a figura materna e a exibição de traços de personalidade negativista, masoquista, esquizotípica e borderline. No entanto, não foi possível distinguir neste estudo o que leva o sujeito a tornar-se especificamente vulnerável a traços de uma destas perturbações e não das outras.

No que concerne à representação das características das figuras parentais, torna-se evidente a relação existente entre uma menor benevolência percebida nessas figuras e a exibição de traços disfuncionais de personalidade, principalmente no sexo feminino. Desta forma, parece ser possível assumir que, para as raparigas, uma percepção de ambas as figuras parentais como, por exemplo, pouco afectuosas, cuidadosas e construtivamente envolvidas, pode fazer com que na idade adulta estas estejam mais sujeitas a manifestações de disfuncionalidade. Além disso, quando a figura paterna é sentida como excessivamente punitiva, poderá surgir alguma vulnerabilidade nas raparigas para o desenvolvimento de alguns traços disfuncionais de personalidade. Assim, parece que a excessiva crítica, punição e ambivalência sentida relativamente à figura paterna parece possibilitar o desenvolvimento de diferentes tipos de traços de personalidade desadaptativos. No entanto, mais uma vez não foi possível estabelecer uma diferenciação clara entre eles.

Encontramos no sexo masculino poucas correlações significativas entre as manifestações de disfuncionalidade e perturbações na representação das figuras parentais, tanto no que respeita à figura paterna como à figura materna. No entanto, houve de qualquer forma uma maior incidência de correlações na benevolência sentida em ambas as figuras parentais, assim como no tamanho da descrição das mesmas. Isto leva a crer que, para o sexo masculino, a representação da relação com ambas as figuras parentais poderá ser mais importante na previsão de um desenvolvimento psicológico perturbado do que os aspectos estruturais e qualitativos da representação das figuras parentais em si.

Foram encontrados alguns padrões específicos de correlações em ambos os sexos da nossa amostra, como por exemplo aquele que associava os estilos de personalidade Narcisista, Esquizotípico e Paranóide no sexo feminino com a descrição de uma figura paterna simultaneamente pouco benevolente e excessivamente punitiva, ou ainda o padrão que incluía os estilos de personalidade Anti-Social, Negativista e Borderline, que surgia associado no sexo feminino a um excesso de punição e no sexo masculino a uma ausência de benevolência. Desta forma, ficou demonstrada a relação que poderá haver entre uma vivência precoce pautada por perturbações entre as crianças e os seus pais e a exibição de traços disfuncionais de personalidade na idade adulta. No entanto, não se tornou evidente aquilo que torna os sujeitos mais propícios a desenvolver traços de um estilo de personalidade em detrimento de outro, sendo que também não nos foi possível esclarecer de forma inequívoca as diferenças existentes entre sexos para a vulnerabilidade ao desenvolvimento de certos traços de personalidade.

No que diz respeito ao tamanho das descrições das figuras parentais, tornou-se evidente que, para além de haver uma relação entre uma descrição mais curta e a exibição de disfuncionalidade, como foi evidenciado por Blatt e colegas (Blatt et al., 1997) e Marziali e Oleniuk (1990), especificamente no sexo feminino e relativamente à figura paterna, também se verificou a situação inversa. No sexo masculino, e relativamente a ambas as figuras parentais, alguns traços de personalidade surgiram associados a descrições maiores. Assim, estes dados parecem apoiar apenas parcialmente os obtidos pelos autores acima referidos.

Não foi possível neste estudo esclarecer se existe uma relação entre nível conceptual da representação objectal e diferentes estilos de personalidade. Neste sentido, seria importante que estudos posteriores pudessem esclarecer esta questão, permitindo um olhar sobre as perturbações de personalidade previstas por Millon (1987) numa lógica desenvolvimental, de acordo com possíveis perturbações no desenvolvimento das representações mentais, como concebido por Blatt (1995), nomeadamente em amostras clínicas.

Seria interessante também se estudos subsequentes pudessem de alguma forma continuar o trabalho agora apresentado, tentando, por exemplo, compreender que variáveis mediadoras poderão influenciar o surgimento de determinados traços de personalidade em detrimento de outros, partindo do pressuposto que uma mesma disrupção na relação precoce com os pais pode deixar o sujeito vulnerável a diferentes tipos de disfunções de personalidade, em função de outras circunstâncias desenvolvimentais e de variáveis ambientais diversas.

Como conclusão final, pode-se afirmar que este trabalho coloca em evidência a importância do estabelecimento de relações de qualidade entre a criança e os seus cuidadores, onde não só se promova a autonomia, mas também que se estabeleça uma relação próxima e construtiva, marcada por aceitação e afecto. Isto permitirá ao sujeito a obtenção de uma base segura e suficientemente estável para o seu desenvolvimento, tanto no que concerne às relações que vai estabelecer ao longo da vida com os outros, como também no que diz respeito ao seu sentimento de si, a um desenvolvimento de *self* adequado.

As experiências de vinculação tendem a organizar-se numa representação estável, influenciando as relações futuras do sujeito, quer com os seus filhos (Ijzendoorn, 1995) quer com companheiro ou companheira. Não é demais sublinhar uma vez mais o papel fundador e estruturante que a vinculação assume no desenvolvimento e na vida humana

Porque cada vez mais é importante intervir antes da ocorrência de um problema, esperamos que o pequeno contributo dado por este trabalho permita a reflexão e o aprofundamento do tema da influência das relações precoces no desenvolvimento da personalidade e das suas perturbações, através de novas investigações.



Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relations, dependency and attachment: a theoretical review of the infant-mother relationship. In *Child Development*, 40, pp. 969-1025
- Ainsworth, M. D. S.; Blehar, M. E.; Waters, E. & Wall, S. (1978). *Pattern of attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum
- American Psychiatric Association (APA) (2002). *DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Trad. por J. N. Almeida. 4ª edição: texto revisto. Lisboa: Climepsi Editores
- Bartholomew K. & Horowitz, L. (1991). A four category model of attachment. In *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, pp. 226-241
- Beebe, B. & Lachmann, F. M. (1988). The contribution of mother-infant mutual influence to the origins of self- and object representations. In *Psychoanalytic Psychology*, 5, pp. 305-337
- Besser, A. & Blatt, S. J. (2007). Identity consolidation and internalizing and externalizing problem behaviors in early adolescence. In *Psychoanalytic Psychology*, 24 (1), pp. 126-149
- Birtchnell, J., & Shine, J. (2000). Personality disorders and the interpersonal octagon. In *British Journal of Medical Psychology*, 73, pp. 433-448
- Blatt, S. J. (1974). Levels of Object Representation in Anaclitic and Introjective Depression. In *Psychoanalytic Study of the Child*, 24, pp. 107-157
- Blatt, S. J. (1991). A cognitive morphology of psychopathology. In *Journal of Nervous and Mental Disease*, 179, 449-458
- Blatt, S. J. (1995). Representation Structures in Psychopathology. In D. Cicchetti & S. L. Toth (Eds.), *Emotion, Cognition and Representation*. Rochester Symposium on Developmental Psychopathology, Vol. 6

Blatt, S. J. (2004). *Experiences of Depression: Theoretical, Clinical and Research Perspectives*. Washington DC: American Psychological Association

Blatt, S. J. & Auerbach, J. S. (2001). Mental representation, severe psychopathology and the therapeutic process. In *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 49, pp. 113-159

Blatt, S. J. & Blass, R. B. (1990). Relatedness and Self-Definition: Two primary dimensions in personality development, psychopathology, and psychotherapy. In J. Barron, M. Eagle & D. Wolitsky (Eds.), *The interface between psychoanalysis and psychology* (pp. 399-428). Washington, DC: The American Psychological Association

Blatt, S. J. & Blass, R. B. (1996). Relatedness and Self-Definition: A Dialectic Model of Personality Development. In G. G. Noam & K. W. Fischer (eds.), 1996, *Development and vulnerabilities in close relationships*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum

Blatt, S. J. & Lerner, H. (1983a). The psychological assessment of object representation. In *Journal of Personality Assessment*, 47 (1), pp. 7-28

Blatt, S. J. & Lerner, H. (1983b). Psychodynamic perspectives on personality theory. In M. Hersen, A. E. Kazdin, A. S. Bellack (Eds.), *The Clinical Psychology Handbook*. New York: Pergamon Press Inc.

Blatt, S. J. & Levy, K. N. (1998). A Psychodynamic Approach to the Diagnosis of Psychopathology. In J. M. Barron (ed.), *Making Diagnosis Meaningful* (pp. 73-109). Washington, DC: American Psychological Association.

Blatt, S. J. & Maroudas, C. (1992). Convergences among Psychoanalytic and Cognitive-Behavioral Theories of Depression. In *Psychoanalytic Psychology*, 9(2), pp. 157-190.

Blatt, S. J. & Shahar, G. (2004). Psychoanalysis: with whom, for what, and how? Comparisons with psychotherapy. In *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 52, pp. 393-447

Blatt, S. J. & Shichman, S. (1983a). Two Primary Configurations of Psychopathology. In *Psychoanalysis and Contemporary Thought*, 6, pp. 187-254

Blatt, S. J. & Shichman, S. (1983b). Synopsis of Anaclitic and Introjective Configurations of Psychopathology: Two primary configurations of psychopathology – Appendix 8 (pp. 277-279). In *Psychoanalysis and Contemporary Thought*, 6, pp. 187-254

Blatt, S. J.; Auerbach, J. S. & Levy, K. N. (1997). Mental Representations in Personality Development, Psychopathology and the Therapeutic Process. In *Review of General Psychology*, 1, pp. 351-374

Blatt, S. J.; Wein, S.; Chevron, E. & Quinlan, D. M. (1979). Parental Representation and Depression in Normal Young Adults. In *Journal of Abnormal Psychology*, 88 (4), pp. 388-397

Blatt, S. J.; Chevron, E. S.; Quinlan, D. M.; Schaffer, C. E. & Wein, S. (1992). *The assessment of qualitative and structural dimensions of object representations* (Revised Edition). Unpublished research manual. Yale University

Bornstein, R. F. (2006). A freudian construct lost and reclaimed: the psychodynamics of personality pathology. In *Psychoanalytic Psychology*, 23 (2), pp. 339-353

Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: vol. 3. Loss, sadness, depression*. New York: Basic

Brewin, C. R; Andrews, B. & Gotlib, I. H. (1993). Psychopathology and early experience: a reappraisal of retrospective reports. In *Psychological Bulletin*, 113 (1), pp. 82-98

Campos, R. C. (1999). O adoecer depressivo: síntese descritiva do modelo teórico de Coimbra de Matos de compreensão da patologia depressiva e do seu tratamento. In *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 15, pp. 61-89

Campos, R. C. (2000). *Análise exploratória das manifestações da dependência e do auto-criticismo enquanto estilos de personalidade no método do Rorschach*. Dissertação de Mestrado em Psicologia (Clínica). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Campos, R. C. (2001). *O Inventário Multiaxial Clínico de Millon (MCMI-III): Características, perspectiva teórica subjacente, desenvolvimento e propriedades psicométricas*. Universidade de Évora: Documento policopiado

Campos, R. C. (2003). Síntese integrativa dos aspectos centrais da perspectiva teórica de Sidney Blatt sobre o desenvolvimento da personalidade e sobre a psicopatologia. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 5 (1), pp. 91-99

Campos, R. C. (2004). O processo de avaliação da personalidade e os instrumentos de medida que utiliza: algumas notas em torno da sua caracterização em contexto clínico. In *Ciência Psicológica*, 9, pp. 95-113

Campos, R. C. (2006). *“Depressivos somos nós”: Um estudo de conceptualização e avaliação da personalidade depressiva e da depressão*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia apresentada à Universidade de Évora, Évora

Coimbra de Matos, A. (2001). *A Depressão: Episódios de um percurso em busca do seu sentido*. Lisboa: Climepsi Editores

Coimbra de Matos, A. (2002). *O desespero: alguém da depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.

Cramer, P.; Blatt, S. J. & Ford, R. Q. (1988). Defense mechanisms in the anaclitic and introjective personality configuration. In *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56 (4), pp. 610-616

Diamond, D. & Blatt, S. J. (1994). Internal Working Models and the Representational World in Attachment and Psychoanalytic Theories. In M. B. Sperling & W. H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp. 72-97). New York: Guilford Press

Diamond, D.; Blatt, S. J.; Stayner, D. & Kaslow, N. (1991). *Self-other differentiation of object representations*. Unpublished research manual, Yale University, New Haven, CT.

Dias, C. A. & Vicente, T. N. (1984). *A Depressão no Adolescente*. Porto: Afrontamento

Fernandez-Ballesteros, R. (2002). *Evaluación psicológica: conceptos, métodos y estudio de casos*. Madrid: Síntesis.

Figueiredo, B. (2003). Vinculação materna: contributo para a compreensão das dimensões envolvidas no processo inicial de vinculação da mãe ao bebé. In *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 3(3), pp. 521-539

Fritsch, R. C. & Holmstrom, R. W. (1990). Assessing Object Representation as a Continuous Variable: A Modification on the Concept of the Object on the Rorschach Scale. *Journal of Personality Assessment*, 55 (1 & 2), pp. 319-334

Goodman, G. (2004). Empirical evidence supporting the conceptual relatedness of object representations and internal working models. In *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 53, pp. 597-617

Harpaz-Rotem, I. & Blatt, S. J. (2005). Changes in representations of a self-designated significant other in long-term intensive inpatient treatment of seriously disturbed adolescents and young adults. In *Psychiatry*, 68 (3), pp. 266-282

Ijzendoorn, M. H. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness and infant attachment: a meta-analysis on the predictive validity of the AAI. In *Psychological Bulletin*, 3, pp. 387-403

Layne, J. A.; Porcerelli, J. H. & Shahar, G. (2006). Psychotherapy of Self-Criticism in a Case of Mixed Anaclitic-Introjective Depression. In *Clinical Case Studies*, 5, pp. 421-436

Leal, I. & Maroco, J. (2009) *Avaliação em Psicologia e Saúde*. Coimbra: Quarteto Editora

Levy, K. N.; Blatt, S. J. & Shaver, P. (1998). Attachment styles and parental representations. In *Journal of Personality & Social Psychology*, 74, pp. 407-419

Marcelli, D. (2005). *Infância e Psicopatologia*. Lisboa: Climepsi Editores

Marziali, E. & Oleniuk, J. (1990). Object representations in Descriptions of Significant Others: A Methodological Study. *Journal of Personality Assessment*, 54 (1 & 2), pp. 105-115

Millon, T. (1999). *MCMI-II: Inventário clínico multiaxial de Millon-II – Manual*. Trad. A. Ávila-Espada, F. J. Gómez e col. Madrid: TEA Ediciones, S. A.

Millon, T. (2000). *Personality Disorders in Modern Life*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Millon, T. (2007). *MCMI-III: Inventário Clínico Multiaxial de Millon-III*. Adap. por V. C. Hernáez e M. P. S. López. Madrid: TEA Ediciones, S. A.

Parker, G.; Tupling, H. & Brown, L. B. (1979). A parental bonding instrument. In *British Journal of Medical Psychology*, 52, pp. 1-10

Porcerelli, J. H.; Cogan, R. & Hibbard, S. (1998). Cognitive and Affective Representations of People and MCMI-II Personality Psychopathology. In *Journal of Personality Assessment*, 70(3), pp. 535-540

Quinlan, M. D.; Blatt, S. J.; Chevron, E. S. & Wein, S. J. (1992). The Analysis of Descriptions of Parents: Identification of a More Differentiated Factor Structure. In *Journal of Personality Assessment*, 59 (2), pp. 340-351

Ramon, S.; Castillo, H. & Morant, N. (2001). Experiencing Personality Disorder: a Participative Research. In *International Journal of Social Psychiatry*, 47, pp. 1-15

Ramos, V., Leal, I. & Maroco, J. (2009). Escala de Bonding Parental. Isabel Leal e João Maroco (Org.). *Avaliação em Sexualidade e Parentalidade*: Coimbra, Quarteto

Richman, N. E. & Sokolove, R. L. (1992). The experience of aloneness, object representation and evocative memory in borderline and neurotic patients. In *Psychoanalytic Psychology*, vol. 9(1), pp. 77-91

Sampson, M. J.; McCubbin, R. A. & Tyrer, P. (2006). *Personality Disorder and Community Mental Health Teams: A Practitioner's Guide*. Chichester: John Wiley & Sons

Schwartz, A. E. (1993). Thoughts on the Constructions of Maternal Representations. In *Psychoanalytic Psychology*, 10 (3), pp. 331-344

Schwarz, J. C. & Zuroff, D. C. (1979). Family Structure and Depression in Female College Students: Effects of Parental Conflict, Decision-Making Power, and Inconsistency of Love. In *Journal of Abnormal Psychology*, 88 (4), pp. 398-406

Sherwood, V. R. (1989). Object constancy: the illusion of being seen. In *Psychoanalytic Psychology*, 6 (1), pp. 15-30

Soares, I. & Dias, P. (2007). Apego y psicopatología en jóvenes y adultos: contribuciones recientes de la investigación. In *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7(1), pp. 177-195

Thobaben, M. (2008). A Basic Understanding of Personality Disorders. In *Home Health Care Management Practice*, 20, pp. 354-356

Urist, J. (1977). The Rorschach test and the assessment of object relations. In *Journal of Personality Assessment*, vol. 41(1), pp. 3-9

Watson, D.; Clark, L. A. & Harkness, A. R. (1994). Structures of personality and their relevance to psychopathology. In *Journal of Abnormal Psychology*, vol. 103 (1), pp. 18-31

Westen, D.; Lohr, N.; Silk, K. R.; Gold, L. & Kerber, K. (1990). Object relations and social cognition in borderlines, major depressives and normals: a Thematic Apperception Test analysis. In *Psychological Assessment*, 2 (4), pp. 355-364

Zemore, R. & Rinholm, J. (1989). Vulnerability to depression as a function of parental rejection and control. In *Canadian Journal of Behavioral Science Review*, 21(4), pp. 364-376

Zimerman, D. E. (1999). *Fundamentos Psicanalíticos – Teoria, Técnica e Clínica*.
São Paulo: Artes Médicas

ANEXOS

Anexo A: *Millon Clinical Multiaxial Inventory – II*

MCCI-II
(Millon, 1987)

INSTRUÇÕES

As páginas seguintes contêm afirmações que as pessoas utilizam para se descreverem e caracterizarem os seus sentimentos e atitudes.

Não se preocupe se algumas frases lhe parecerem pouco usuais. Elas estão incluídas no questionário para descreverem experiências muito variadas.

Se concordar com uma afirmação ou achar que essa afirmação o descreve, marque V (F).

Se discordar com uma afirmação, ou achar que essa afirmação não o descreve, marque F (V).

Tente responder a todas as afirmações, mesmo que não esteja completamente seguro da sua escolha. Se pensou bem e mesmo assim não consegue decidir-se, marque F.

Não leve muito tempo com cada afirmação

MCMII-II

Inventário Clínico Multiaxial de Millon

1. V F Sigo sempre as minhas ideias em vez de fazer aquilo que os outros esperam de mim.
2. V F Sempre me senti melhor a fazer as coisas calmamente sozinho do que com outras pessoas.
3. V F Falar com as outras pessoas tem sido quase sempre difícil e penoso para mim.
4. V F Acredito ter força de vontade e ser determinado em tudo aquilo que faço.
5. V F Nas últimas semanas começo a chorar quando a mais pequena coisa corre mal.
6. V F Algumas pessoas acham-me presunçoso e centrado em mim próprio.
7. V F Quando era adolescente tinha muitos problemas por causa do meu mau comportamento na escola.
8. V F Sinto sempre que não sou desejado num grupo.
9. V F Crítico frequentemente com veemência quem me aborrece.
10. V F Sinto-me satisfeito por ser um seguidor de outros.
11. V F Gosto de fazer tantas coisas diferentes que não consigo decidir o que fazer primeiro.
12. V F Por vezes posso ser muito duro e mau nas relações com a minha família.
13. V F Tenho pouco interesse em fazer amigos.
14. V F Penso que sou uma pessoa muito sociável e que gosta muito de se dar com os outros.
15. V F Sei que sou uma pessoa superior, por isso não me preocupo com o que as outras pessoas pensam.
16. V F As pessoas nunca me deram crédito suficiente pelas coisas que eu tenho feito.
17. V F Tenho um problema com a bebida que tenho tentado acabar sem sucesso.
18. V F Ultimamente, sinto "borboletas no estômago" e fico com suores frios.
19. V F Tentei sempre expôr-me pouco durante actividades sociais.
20. V F Farei sempre coisas pelo simples facto de poderem ser divertidas.
21. V F Fico muito aborrecido com as pessoas que nunca parecem ser capazes de fazer nada bem.
22. V F Se a minha família me pressiona, é provável que me sinta zangado e resista a fazer o que eles querem.
23. V F Sinto frequentemente que devo ser punido pelas coisas que fiz.
24. V F As pessoas gozam comigo nas minhas costas, comentando a forma como me comporto ou pareço.
25. V F As outras pessoas parecem mais seguras do que eu sobre quem são e o que querem.

26. V F Tenho tendência para desatar a chorar ou ter ataques de fúria por razões que desconheço.
27. V F Comecei a sentir-me sozinho e vazio há cerca de um ano ou dois atrás.
28. V F Tenho tendência para ser dramático.
29. V F Tenho dificuldade em manter o equilíbrio quando ando.
30. V F Gosto de competição intensa.
31. V F Quando entro em crise procuro rapidamente alguém que me ajude.
32. V F Protejo-me de problemas nunca deixando as outras pessoas saberem muito a meu respeito.
33. V F Sinto-me fraco e cansado a maior parte do tempo.
34. V F As outras pessoas ficam mais zangadas com coisas aborrecidas do que eu.
35. V F O vício da droga sempre me meteu numa série de problemas no passado.
36. V F Ultimamente, dou comigo a chorar sem qualquer razão.
37. V F Acho que sou uma pessoa especial que merece atenção especial dos outros.
38. V F Nunca me deixo enganar por pessoas que dizem que precisam de ajuda.
39. V F Uma forma certa de tornar o mundo pacífico é melhorando a moral das pessoas.
40. V F No passado envolvi-me sexualmente com muitas pessoas que não significavam muito para mim.
41. V F Acho difícil simpatizar com pessoas que estão sempre inseguras acerca das coisas.
42. V F Sou uma pessoa muito concordante e submissa.
43. V F O meu mau génio sempre foi a causa principal dos meus problemas.
44. V F Não me importo de intimidar os outros para conseguir que eles façam o que eu quero.
45. V F Nos últimos anos até a mais pequena das coisas parecia deprimir-me.
46. V F O meu desejo de conseguir fazer as coisas perfeitas atrasa frequentemente o meu trabalho.
47. V F Sou tão sossegado e reservado que a maioria das pessoas nem nota que eu existo.
48. V F Gosto de namoriscar com membros do sexo oposto.
49. V F Sou uma pessoa passiva e medrosa.
50. V F Sou uma pessoa instável, que muda constantemente de ideias e de sentimentos.
51. V F Sinto-me muito tenso quando penso nos acontecimentos do dia.
52. V F Beber álcool nunca me causou problemas sérios no trabalho.
53. V F Ultimamente sinto não ter forças, mesmo pela manhã.
54. V F Comecei a sentir-me um falhado há alguns anos atrás.
55. V F Fico ressentido com pessoas que têm a mania que conseguem sempre fazer as coisas melhor do que eu.

56. V F Sempre tive um medo terrível de perder o amor das pessoas de quem mais preciso.
57. V F Deixo com facilidade que as pessoas se aproveitem de mim.
58. V F Ultimamente, tenho vontade de partir coisas.
59. V F Ultimamente, tenho pensado seriamente em acabar comigo.
60. V F Estou sempre a tentar fazer novos amigos e conhecer pessoas novas.
61. V F Controlo bastante bem as minhas finanças para estar preparado para qualquer eventualidade.
62. V F Estive na primeira página de várias revistas do ano passado.
63. V F Poucas pessoas gostam de mim.
64. V F Se alguém me criticasse por ter feito um erro, rapidamente apontaria alguns dos erros dessa pessoa.
65. V F Algumas pessoas dizem que eu gosto de sofrer.
66. V F Expresso frequentemente os meus sentimentos de raiva e depois sinto-me terrivelmente culpado por isso.
67. V F Ultimamente, sinto-me agitado e sob grande tensão, mas não sei porquê.
68. V F Perco frequentemente a capacidade de sentir quaisquer sensações em partes do meu corpo.
69. V F Acredito que existem pessoas que usam telepatia para influenciar a minha vida.
70. V F Tomar as chamadas drogas ilegais pode ser insensato, mas no passado eu achei que precisava delas.
71. V F Sinto-me sempre cansado.
72. V F Parece que não consigo dormir e acordo tão cansado como quando fui para a cama.
73. V F Tenho feito uma série de coisas estúpidas, por impulso, que acabaram por me causar muitos problemas.
74. V F Nunca perdoo um insulto nem esqueço um embaraço que alguém me causou.
75. V F Devemos respeitar as gerações anteriores e não pensarmos que sabemos mais do que elas.
76. V F Presentemente, sinto-me terrivelmente deprimido e triste a maior parte do tempo.
77. V F Sou do tipo de pessoas de quem os outros se aproveitam.
78. V F Tento sempre agradar aos outros mesmo quando não gosto deles.
79. V F Há vários anos que me ocorrem sérios pensamentos de suicídio.
80. V F Descubro com facilidade como as pessoas estão a tentar causar-me problemas.
81. V F Sempre tive menos interesse pelo sexo do que a maioria das pessoas.
82. V F Não consigo compreender porquê, mas pareço gostar de magoar as pessoas que amo.
83. V F Há muito tempo que decidi ser melhor ter pouco a ver com as pessoas.

84. V F Estou disposto a lutar até à morte para não deixar que ninguém me roube a minha auto-determinação.
85. V F Desde criança que sempre tive de estar alerta face a pessoas que tentavam enganar-me.
86. V F Quando as coisas se tornam aborrecidas gosto de encontrar algo excitante.
87. V F Tenho um problema com o álcool que tem criado problemas, para mim e para a minha família.
88. V F Se alguém deseja fazer algo que exige grande paciência, deve pedir-me a mim.
89. V F Sou provavelmente o pensador mais criativo de entre as pessoas que conheço.
90. V F Não vi um único carro nos últimos 10 anos.
91. V F Não vejo nada de errado em usar as pessoas para obter aquilo que quero.
92. V F A punição nunca me impediu de fazer aquilo que queria.
93. V F Há muitas ocasiões em que, sem razão aparente, me sinto muito alegre e cheio de entusiasmo.
94. V F Quando era adolescente fugi de casa, pelo menos uma vez.
95. V F Digo muitas vezes coisas que me arrependo de ter dito.
96. V F Nas últimas semanas sinto-me exausto, sem razão especial.
97. V F Desde há algum tempo que me tenho sentido culpado por já não conseguir fazer bem as coisas.
98. V F As ideias circulam no meu pensamento sem parar, e não se vão embora.
99. V F Tornei-me bastante desanimado e triste acerca da vida, nos últimos um ou dois anos.
100. V F Muitas pessoas têm vindo a espiar a minha vida privada, há anos.
101. V F Não sei porquê, mas às vezes digo coisas cruéis só para fazer os outros infelizes.
102. V F Detesto ou tenho medo da maioria das pessoas.
103. V F Expresso abertamente a minha opinião acerca das coisas, sem me importar com o que os outros possam pensar.
104. V F Quando alguma figura de autoridade insiste para que eu faça algo, é provável que não o faça ou que o faça mal de propósito.
105. V F O meu hábito de abuso de drogas levou-me a faltar ao trabalho, no passado.
106. V F Estou sempre disposto a ceder em favor de outros para evitar desacordos.
107. V F Estou frequentemente irritado e rabugento.
108. V F Já não tenho forças para ripostar.
109. V F Ultimamente, tenho que repetir as coisas vezes sem conta, sem razão aparente.
110. V F Penso frequentemente que não mereço as coisas boas que me acontecem.
111. V F Uso o meu charme para chamar a atenção das outras pessoas.

112. V F Quando estou sozinho, sinto frequentemente a presença de outra pessoa que não pode ser vista.
113. V F Sinto-me à deriva, sem saber para onde a vida vai.
114. V F Ultimamente, tenho suado muito e sentido-me muito tenso.
115. V F Às vezes sinto que devo fazer algo para me magoar a mim ou a outras pessoas.
116. V F Tenho sido injustamente punido pela lei, por crimes que nunca cometi.
117. V F Estive muito agitado nas últimas semanas.
118. V F Continuo a ter pensamentos estranhos dos quais gostava de me ver livre.
119. V F Tenho tido muita dificuldade para tentar controlar o impulso para beber em excesso.
120. V F A maioria das pessoas pensa que eu não valho nada
121. V F Consigo ficar muito excitado sexualmente quando luto ou discuto com a pessoa que amo.
122. V F Tenho sido capaz, ao longo dos anos, de manter o meu consumo de álcool no mínimo.
123. V F Sempre "testei" os outros para descobrir até que ponto é que eles são de confiança.
124. V F Mesmo quando estou acordado, pareço não notar as pessoas que me rodeiam.
125. V F Tenho muita facilidade em fazer muitos amigos.
126. V F Tento sempre ter a certeza de que o meu trabalho está bem planeado e organizado.
127. V F Frequentemente oiço as coisas tão bem, que isso me incomoda.
128. V F O meu humor parece mudar de dia para dia.
129. V F Não culpo ninguém que se aproveite de quem não se importa com isso.
130. V F Mudei de emprego mais de três vezes nos últimos dois anos.
131. V F Tenho muitas ideias que estão avançadas no tempo.
132. V F Há já algum tempo que me venho sentindo triste e não consigo sair deste estado.
133. V F Penso que é sempre melhor procurar ajuda para tudo aquilo que faço.
134. V F Zango-me frequentemente com as pessoas que fazem as coisas devagar.
135. V F Fico realmente chateado com as pessoas que esperam que eu faça aquilo que não quero.
136. V F Nos últimos anos tenho-me sentido tão culpado, que poderei fazer algo de terrível a mim próprio.
137. V F Nunca me isolo quando estou numa festa.
138. V F Dizem-me que eu sou uma pessoa correcta com sentido moral.
139. V F Por vezes fico confuso e sinto-me incomodado quando as pessoas são simpáticas para mim.
140. V F O meu consumo das chamadas drogas ilegais tem levado a discussões familiares.
141. V F Fico muito apreensivo nas relações com o sexo oposto.

142. V F Há membros na minha família que dizem que eu sou egoísta e que só penso em mim.
143. V F Não me importo que as pessoas não se interessem por mim.
144. V F Francamente, minto com frequência para não ter chatice.
145. V F As pessoas podem mudar facilmente as minhas ideias, mesmo que já esteja decidido.
146. V F Há pessoas que me tentaram "tramar", mas eu tenho força de vontade suficiente para os neutralizar.
147. V F Os meus pais diziam-me frequentemente que eu não prestava.
148. V F Faço frequentemente as pessoas zangarem-se, mandando nelas.
149. V F Tenho um grande respeito pelos que me são hierarquicamente superiores.
150. V F Não tenho praticamente laços pessoais fortes com nenhuma pessoa.
151. V F As pessoas disseram no passado que eu fiquei demasiadamente interessado e demasiadamente entusiasmado com demasiadas coisas.
152. V F Voei sobre o Atlântico trinta vezes no ano passado.
153. V F Acredito no ditado "deitar cedo e cedo erguer...".
154. V F Mereço o sofrimento que tenho experimentado na minha vida.
155. V F Os meus sentimentos em relação às pessoas importantes da minha vida passam frequentemente do amor ao ódio.
156. V F Os meus pais sempre discordaram um do outro.
157. V F Já me aconteceu beber dez ou mais bebidas sem ficar bêbado.
158. V F Nos grupos sociais fico quase sempre muito auto-consciente e tenso.
159. V F Eu tenho em grande conta as regras porque acho que são um bom guia a seguir.
160. V F Desde criança que tenho vindo a perder o contacto com a realidade.
161. V F Raramente sinto algo com intensidade.
162. V F Costumava ser realmente inquieto, viajando de lugar para lugar sem saber aonde iria parar.
163. V F Não suporto as pessoas que chegam atrasadas aos encontros.
164. V F Há pessoas velhacas que frequentemente tentam ficar com o crédito das coisas que fiz ou pensei.
165. V F Fico muito irritado se as pessoas exigem que eu faça as coisas à maneira delas, e não à minha.
166. V F Tenho capacidade para ter sucesso em quase tudo o que faço.
167. V F Ultimamente, tenho-me sentido a desfazer em pedaços.
168. V F Pareço encorajar as pessoas que amo a magoarem-me.
169. V F Nunca tive nenhum pêlo nem na cabeça nem no corpo.
170. V F Quando estou com outras pessoas gosto de ser o centro das atenções.

171. V F Pessoas pelas quais tive uma grande admiração inicialmente, acabaram por me desapontar.

172. V F Sou do tipo de pessoas que é capaz de se dirigir a alguém e dar-lhe uma descompostura.

173. V F Prefiro estar com pessoas que me protejam.

174. V F Houve muitos períodos na minha vida em que estava tão contente e gastei tanta energia que me fui abaixo.

175. V F Tive dificuldades no passado em evitar o abuso de drogas ou álcool.

Anexo B: *Parental Bonding Instrument*

PBI

Este questionário enumera as várias atitudes e comportamentos dos pais. Deverá colocar uma cruz no quadrado mais apropriado a seguir a cada resposta relativamente ao modo como recorda o seu PAI nos primeiros 16 anos de vida.

Modelo para o Pai

	Concordo Totalmente	Concordo Moderadamente	Discordo Moderadamente	Discordo Totalmente
1. Falava comigo num tom de voz caloroso e simpático.				
2. Não me ajudava tanto como eu necessitava.				
3. Deixava-me fazer aquelas coisas que eu gostava de fazer.				
4. Parecia emocionalmente frio comigo.				
5. Mostrava compreender os meus problemas e preocupações.				
6. Era afectuoso comigo.				
7. Gostava que eu tomasse as minhas próprias decisões.				
8. Não queria que eu crescesse.				
9. Tentava controlar tudo aquilo que eu fazia.				
10. Invadia a minha privacidade.				
11. Gostava de falar sobre as coisas comigo.				
12. Frequentemente sorria para mim.				
13. Costumava tratar-me como um bebé.				
14. Parecia não compreender o que eu precisava ou queria.				
15. Deixava-me decidir as coisas por mim próprio.				
16. Fazia-me sentir que eu não era desejado.				
17. Conseguia fazer-me sentir melhor quando eu estava preocupado.				

18. Não costumava falar muito comigo.				
19. Tentava fazer com que me sentisse dependente dele.				
20. Fazia-me sentir que não conseguia tomar conta de mim sem que ele estivesse presente.				
21. Deu-me tanta liberdade quanto aquela que eu queria.				
22. Deixava-me sair tantas vezes quanto eu queria.				
23. Era hiper protector comigo.				
24. Não me elogiava.				

Este questionário enumera as várias atitudes e comportamentos dos pais. Deverá colocar uma cruz no quadrado mais apropriado a seguir a cada resposta relativamente ao modo como recorda a sua MÃE nos primeiros 16 anos de vida.

Modelo para a Mãe

	Concordo Totalmente	Concordo Moderadamente	Discordo Moderadamente	Discordo Totalmente
1. Falava comigo num tom de voz caloroso e simpático.				
2. Não me ajudava tanto como eu necessitava.				
3. Deixava-me fazer aquelas coisas que eu gostava de fazer.				
4. Parecia emocionalmente fria comigo.				
5. Mostrava compreender os meus problemas e preocupações.				
6. Era afectuosa comigo.				
7. Não queria que eu crescesse.				
8. Tentava controlar tudo aquilo que eu fazia.				
9. Invadia a minha privacidade.				
10. Gostava de falar sobre as coisas comigo.				
11. Frequentemente sorria para mim.				
12. Parecia não compreender o que eu precisava ou queria.				
13. Deixava-me decidir as coisas por mim próprio.				
14. Fazia-me sentir que eu não era desejado.				
15. Conseguia fazer-me sentir melhor quando eu estava preocupado.				
16. Tentava fazer com que me sentisse dependente dela.				
17. Fazia-me sentir que não conseguia tomar conta de mim sem que ela estivesse presente.				
18. Deu-me tanta liberdade quanto aquela que eu queria.				

19. Deixava-me sair tantas vezes quanto eu queria.				
20. Não me elogiava.				
21. Deixava-me vestir do modo que eu queria.				

Anexo C: *Object Relations Inventory*

Descreva a sua mãe

Descreva o seu pai